



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER – NEIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE GÊNERO E MULHERES (PPGNEIM)**

SINTIA ARAÚJO CARDOSO

**LUTE COMO UMA MULHER NEGRA: DO SINDOMÉSTICO AO COLETIVO DE
MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA**

Salvador
2019

SINTIA ARAÚJO CARDOSO

**LUTE COMO UMA MULHER NEGRA: DO SINDOMÉSTICO AO COLETIVO DE
MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Orientadora: Prof. Dra. Angela Lúcia Silva Figueiredo

Linha de Pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas

Salvador
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CARDOSO, SINTIA ARAÚJO

LUTE COMO UMA MULHER NEGRA: DO SINDOMÉSTICO AO COLETIVO DE MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA / SINTIA ARAÚJO CARDOSO. -- SALVADOR/BA, 2019.

146 f.

Orientadora: ANGELA FIGUEIREDO.

Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E

FEMINISMO) -- Universidade Federal da Bahia, FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, 2019.

1. TRABALHO DOMÉSTICO. 2. MULHERES NEGRAS. 3. EMPODERAMENTO. 4. INTERSECCIONALIDADE. I. FIGUEIREDO, ANGELA. II. Título.

SINTIA ARAÚJO CARDOSO

**LUTE COMO UMA MULHER NEGRA: DO SINDOMÉSTICO AO COLETIVO DE
MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestra. Versão final da dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Mulheres (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Mulheres, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

Aprovada em 20 de maio de 2019

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Angela Lúcia Silva Figueiredo (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof^a. Dra. Valéria Noronha (Convidada)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^a. Dra. Denize de Almeida Ribeiro (Convidada)
Universidade Federal do recôncavo da Bahia - UFRB

AGRADECIMENTOS

Sou grata pelo dom da minha vida a Deus e às minhas ancestrais, mãe, tias, avós, madrinha, mulheres com as quais pude compartilhar momentos de aprendizado e de demonstração de cuidado e de amor incondicional, que me mostraram que precisamos continuar honrando a trajetória de luta de quem nos trouxe até aqui. Dedico este trabalho especialmente à minha mãe, Rosilda Gomes Araújo, por despertar em mim o desejo de lutar com dignidade contra aquilo que consideramos injusto, que nos oprime e tenta nos subjugar. Por me mostrar que somos fortes o suficiente para superar os nossos medos, quebrar o silêncio que nos oprime e conquistar os nossos objetivos. Quem é a minha mãe, senão uma feminista negra “da prática”? A meu pai, Nailton Cardoso, todo amor e gratidão por todo o incentivo de uma vida. Foi a síntese dessa dedicação que fez com que eu fosse a primeira mulher de todas as gerações das nossas famílias a ingressar no Ensino Superior, a ser grata e a acreditar que todos os caminhos são possíveis.

Sou grata a toda a minha família e amigxs, pela torcida e pelo apoio para a concepção deste trabalho. Eu não teria como elencar todos os nomes, mas destaco Autimar Machado, Viviane Martins e Leonardo D’Icarahy, desde a concepção deste projeto, e a Casa de Oração da Luz, a casa de Pai Oxalá em Arembepe-BA, na pessoa de minha mãe espiritual, dona Marinalva, através da qual eu pude reconhecer a minha ancestralidade, a beleza e proteção das/os orixás que me acompanham e me guiam em direção à minha paz e ao meu equilíbrio.

Gratidão ao NEIM, o meu berço enquanto pesquisadora ativista, à Ana Alice Costa, *in memoriam*, a minha primeira orientadora, que sempre me incentivou a ingressar nesse mestrado e por todo aprendizado durante o tempo que passamos juntas. À amiga irmã, desde calouras no curso de Ciências Sociais, Rebeca Sobral, hoje professora doutora, quem me apresentou a esse espaço. Agradeço com muito carinho a todas as funcionárias e funcionários do NEIM e às colegas do mestrado Leonellea Pereira, Elza Argolo e Doranei Alves pelas experiências compartilhadas durante o curso, sobretudo às de superação. À Valéria Noronha, a primeira orientadora neste curso, “gratidão e axé”, pela acolhida e por me mostrar que é preciso leveza para nos manter saudáveis no espaço acadêmico, tão excludente. Muito obrigada, companheirxs do Coletivo Angela Davis, pela resignificação do espaço acadêmico em minha vida, em especial a Wellington Pereira, querido e cuidadoso amigo, alegria garantida ao nosso trabalho, nossa “biblioteca ambulante e itinerante”, com as indicações mais certeiras; às amigas queridas Rebeca Sobral, Dailza Lopes, Jéssica Bruno e Rafaela Sousa, pela revisão cuidadosa, didática e sensível. À Luciana Falcão, Priscila Silveira e Helena Argolo, pelas divertidas relações entre

teoria e prática; à Denize Ribeiro, pela sensibilidade com a qual acompanhou o meu trabalho; e à professora Angela Figueiredo, por ter confiado no meu trabalho, pelas valiosas contribuições à minha escrita e à minha nova forma de ver o mundo, por ser inspiração e exemplo para nós, suas orientandas.

Gratidão e amor sem fim aos colegas e assistidas/os do *Programa Corra pro Abraço*, amigxs queridxs com os quais pude compreender o significado da palavra empatia. Mas sobretudo, a minha enorme gratidão, amor e admiração pelas companheiras do Sindoméstico e do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira: Milca Martins Evangelista, Marinalva de Deus Barbosa, Maria do Carmo de Jesus Santos, Anna Cristina Souza, Francisco Xavier, e às demais, tão queridas quanto; elas são as verdadeiras “feministas da prática”, parceiras nessa trilha pela nossa libertação das opressões cotidianas, mulheres negras que representam a sua coletividade com muita garra, e que lutam com maestria pelo direito de existir e de ser feliz. E nosso máximo respeito, carinho e admiração à Creuza Maria de Oliveira, por ser inspiração para nós, mulheres negras, por representar com tanto amor e compromisso as trabalhadoras domésticas baianas e brasileiras.

Ainda Assim Eu Me Levanto – (“Still I Rise”)

Você pode me inscrever na História
Com as mentiras amargas que contar,
Você pode me arrastar no pó
Mas ainda assim, como o pó, eu vou me levantar.
Minha elegância o perturba?
Por que você afunda no pesar?
Porque eu ando como se eu tivesse poços de petróleo
Jorrando em minha sala de estar.
Assim como lua e o sol,
Com a certeza das ondas do mar
Como se ergue a esperança
Ainda assim, vou me levantar
Você queria me ver abatida?
Cabeça baixa, olhar caído?
Ombros curvados com lágrimas
Com a alma a gritar enfraquecida?
Minha altivez o ofende?
Não leve isso tão a mal,
Porque eu rio como se eu tivesse
Minas de ouro no meu quintal.
Você pode me fuzilar com suas palavras,
E me cortar com o seu olhar
Você pode me matar com o seu ódio,
Mas assim, como o ar, eu vou me levantar
A minha sensualidade o aborrece?
E você, surpreso, se admira,
Ao me ver dançar como se tivesse,
Diamantes na altura da virilha?
Das chochas dessa História escandalosa
Eu me levanto
Acima de um passado que está enraizado na dor
Eu me levanto
Eu sou um oceano negro, vasto e irrequieto,
Indo e vindo contra as marés, eu me levanto.
Deixando para trás noites de terror e medo
Eu me levanto
Em uma madrugada que é maravilhosamente clara
Eu me levanto
Trazendo os dons que meus ancestrais deram,
Eu sou o sonho e as esperanças dos escravos.
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!

ANGELOU, Maya (1978)

RESUMO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada no Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, com o objetivo de entender se esse grupo contribuiu para com o fortalecimento do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia (Sindoméstico-BA), e de que forma essa contribuição se deu. O período de realização do estudo foi de abril de 2016 a dezembro de 2018, tendo como *lócus* de pesquisa o Sindoméstico e, posteriormente, o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, no período compreendido entre dezembro de 2016 a dezembro de 2018. Como metodologia de construção dos dados, foi utilizada a pesquisa qualitativa com viés etnográfico, tendo como técnica a observação participante realizada em reuniões de ambos os espaços. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas com roteiro semiestruturado com mulheres que integram e frequentam esses dois grupos, e a análise de documentos oficiais, publicações e arquivos do Sindoméstico e do Coletivo Creuza, a exemplo das atas de reuniões e do periódico *O Quente*. Como resultado da pesquisa apresenta-se que: O coletivo de mulheres Creuza Maria Oliveira surgiu como um instrumento de mobilização para fortalecer o Sindoméstico; em suas reuniões, além de abordar os direitos e deveres das trabalhadoras domésticas, houve oficinas abordando temáticas como violência, combate ao racismo, trabalho doméstico no Brasil, empoderamento, autoestima; o Coletivo promoveu a realização de curso de alfabetização e incentivo à escolarização, o acesso a cursos profissionalizantes, encaminhamentos para atendimento psicológico e atuou fortemente na mobilização de mulheres a participar do Sindicato; as diretoras do Sindoméstico entrevistadas consideram que a intersecção entre gênero, raça e classe determinou/norteou o surgimento e as práticas do Sindicato e do Coletivo Creuza, o que faz com que elas se entendam como “feministas da prática”, devido à sua organização e luta em defesa dos direitos trabalhistas para a categoria, por igualdade de oportunidades e melhores condições de vida e trabalho, e pelo empoderamento das mulheres negras trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Mulheres negras. Empoderamento. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This dissertation results of a qualitative research carried out at the Creuza Maria Oliveira Women's Collective, with the objective of understanding whether this group contributed to the strengthening of the Domestic Workers Union of Bahia (Sindoméstico-BA) and in what way this contribution was made. The period of the study was from april 2016 to december 2018, with the Sindoméstico being the locus of research and later the Creuza Maria Oliveira Women's Collective, in the period from december 2016 to december 2018. As a methodology to the construction of data, qualitative research with an ethnographic bias was used, with the technique of participative observation carried out in meetings in both spaces. The data collection instruments used were a semi-structured script with women who are part of these two groups and an analysis of official documents, publications and archives of Sindoméstico and Coletivo Creuza, an example of the minutes of meetings and the periodical *O Quente*. As a result of the research it is presented that: The Creuza Maria Oliveira women's collective emerged as a mobilization instrument to strengthen the Sindoméstico; at its meetings, in addition to addressing the rights and duties of domestic workers, there were workshops addressing topics such as violence, combating racism, domestic work in Brazil, empowerment, self-esteem; the Collective promoted literacy courses and encouraging schooling, access to professional training courses, referrals for psychological assistance, and acted strongly in mobilizing women to participate in the Union; the directors of Sindoméstico interviewed consider that the intersection between gender, race and class determined / guided the emergence and practices of the Union and Coletivo Creuza, which makes them understand themselves as "practice feminists", due to their organization and fights in defense of labor rights for the category, for equal opportunities and better living and working conditions, and for the empowerment of black working women.

Keywords: Domestic worker; women; empowerment; interseccionalidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Rua Direta do Campo, n. 111, no bairro da Mata Escura (Salvador-BA)	109
Figura 2	Creuza Maria Oliveira e Milca Martins, representantes do Sindoméstico-Bahia e do Coletivo Creuza Maria Oliveira, em dezembro de 2016, na sede do Coletivo Creuza	110
Figura 3	Dinâmica <i>Pise no seu preconceito</i> , realizada durante as celebrações do Novembro Negro, promovidas pelo Coletivo Creuza Maria Oliveira em 2017	114
Figura 4	Turma de alfabetização de mulheres integrantes do Coletivo Creuza Maria Oliveira, em junho de 2018	117
Figura 5	Oficina de Cozinha e Congelamento, promovida pelo Qualifica Bahia para as integrantes do Coletivo Creuza Maria Oliveira	118
Figura 6	Creuza Maria Oliveira, representando o Sindoméstico em palestra promovida pelo Qualifica Bahia, em 2017, na Escola Municipal São Miguel, Mata Escura (Salvador-Ba).....	118
Figura 7	Reunião do Coletivo Creuza Maria Oliveira, realizada na casa de Milca Martins Evangelista – sede do coletivo.....	119
Figura 8	Curso de pintura em tecido promovido pelo Coletivo Creuza Maria Oliveira para as mulheres da comunidade	121
Figura 9	Atividade em comemoração aos 40 anos do Movimento Negro Unificado, no ano de 2018, com a presença de mulheres do Sindoméstico e do Coletivo Creuza Maria Oliveira.....	124
Figura 10	Participação das mulheres do Sindoméstico e do Coletivo Creuza na Marcha das Mulheres Negras, em 25 de julho de 2018	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCS	Ação Curricular em Comunidade e Sociedade
ACOPAMEC	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Região
AL	Alagoas
BA	Bahia
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
COHAB	Companhia de Habitação de Pernambuco
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONTRACS	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço
CONLACTRAHO	<i>Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar</i>
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAS	Centro de Especializado em Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única de Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DFID/UK	Department for International Development/ United Kingdom
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FETIBA	Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador da Bahia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaias Alves
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	<i>Institute of Development Studies</i>
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial Urbano
ISBA	Instituto Social da Bahia
JOC	Juventude Operária Católica
MA	Maranhão
MEC	Ministério de Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MNU	Movimento Negro Unificado
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MSTS	Movimento das Sete Mulheres de Salvador
MTSB	Movimento Sem Teto da Bahia
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização Nacional das Nações Unidas
PATRA	Programa de Apoio ao Trabalhador
PE	Pernambuco
PEA	População Economicamente Ocupada
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PGE-BA	Procuradoria Geral do Estado da Bahia
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SE	Sergipe
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR	Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SINE BAHIA	Serviço de Intermediação para o Trabalho
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SP	São Paulo

SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TDC	Projeto Trabalho Doméstico Cidadão
UcSal	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIJORGE	Centro Universitário Jorge Amado
URBIS	Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 “ARTESÃS DA AÇÃO COLETIVA”: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS BAIANAS ORGANIZADAS	29
2.1 SINDOMÉSTICO-BAHIA: MULHERES NEGRAS PAUTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS.	35
2.2 CREUZA MARIA OLIVEIRA: A BAHIA E O BRASIL COMO REFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO	38
2.4 O CONJUNTO HABITACIONAL 27 DE ABRIL: TRANSFORMANDO UM SONHO EM DIREITO.....	46
2.5. DE DONA LAUDELINA DE CAMPOS MELO A CREUZA OLIVEIRA, “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”	48
2.6 DO SINDICATO AO COLETIVO CREUZA MARIA OLIVEIRA: A RESISTÊNCIA ÀS MÚLTIPLAS OPRESSÕES.....	54
3 DA ESCRAVIZAÇÃO AO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: OS PERCALÇOS DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	62
3.1 ASPECTOS LEGAIS VERSUS REALIDADE PRÁTICA: ADVERSIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS	68
3.2 “PARA ALÉM DOS FEMINISMOS”: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE NAS PRÁTICAS DO FEMINISMO NEGRO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	75
4 ENTRE O SINDOMÉSTICO E O COLETIVO DE MULHERES CREUZA OLIVEIRA: POR MAIS LÓCUS DE RESISTÊNCIA	97
4.1 OBSERVANDO O SINDOMÉSTICO - BAHIA: A PRÁXIS POLÍTICA NA LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS	99
4.2 O COLETIVO DE MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA: UMA “CRIA” DO SINDOMÉSTICO.....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Sou natural de Feira de Santana, Bahia, a segunda maior cidade do estado depois da capital, Salvador, formada por vários distritos de zona rural. Nessa introdução farei um paralelo entre o meu tema de pesquisa e a minha história pessoal. Minha mãe nasceu em São Gonçalo dos Campos, Bahia e meu pai em Jaguara, Bahia, e ambos foram morar em Feira de Santana, maior cidade próxima a esses locais, quando crianças.

Meu pai foi o sétimo dos dez filhos do casal, e quando tinha três meses de idade meus avós se mudaram para Feira de Santana, a fim de que seus filhos pudessem estudar e trabalhar na “cidade grande”, já que as más condições climáticas para a agricultura e a oferta precária de serviços públicos e de trabalho em Jaguara faziam da vida uma luta árdua pela sobrevivência. Já minha mãe saiu da zona rural para a cidade grande aos nove anos de idade para “ajudar” uma prima, da parte abastada da família, no cuidado com seus filhos, o que também aliviaria a situação de meus avós, que à época já tinham doze dos seus treze filhos. A minha mãe, aos nove anos, além de cuidar de outras duas crianças, fazia outros serviços domésticos. Infelizmente, o trabalho doméstico infantil em nossa sociedade além de ser ilegal é visto como “ajuda” (FIGUEIREDO, 2011), e ela não recebia pagamento por isso.

Ela não foi maltratada fisicamente, nem tinha seu quarto, comida, ou seus pertences separados dos da casa; ela estudava e brincava, mas, diferentemente das crianças das quais cuidava, ela trabalhava. Depois, adolescente, fora morar com a irmã mais velha para desempenhar a mesma tarefa, cuidando de dois sobrinhos e do trabalho doméstico. Aos quinze anos de idade já conhecia a dupla jornada de trabalho, tal como destacado por pesquisadoras da área (BRUSCHINI, 1998; HIRATA; MARUANI, 2003), pois trabalhava como empacotadora em um mercadinho do bairro, estudava, mas continuava cuidando dos trabalhos domésticos da casa da irmã. Aos dezenove anos, ainda nessa dinâmica, cursava o segundo ano do ensino médio, quando se casou com meu pai e engravidou de mim, sua filha mais velha, não concluindo os estudos e optando por ser dona de casa, ficando o sustento financeiro da nossa família ao encargo dele.

Ciclicamente, minhas tias mais novas vieram para a nossa casa “ajudar” nos cuidados comigo, posteriormente com minhas duas irmãs, “auxiliando” nas tarefas domésticas. Eu, inclusive, “ajudei a criar”, como dizemos aqui no Nordeste do Brasil, minhas irmãs e vários primos, embora não tenha deixado a casa da minha família para isso.

No meu caso, eram “pequenos cuidados”, do tipo “passar o olho neles” enquanto o pai trabalhava e a mãe ia resolver alguma coisa “na rua” (no comércio), ou ensinar o “dever de

casa” da escola. Jurema Brites, uma das maiores pesquisadoras sobre o trabalho doméstico no Brasil, traz essa reflexão em seus trabalhos, sobre como filhas e filhos de trabalhadoras domésticas experimentam o trabalho infantil cuidando de si e de seus irmãos, para que suas mães possam trabalhar (BRITES; PICANÇO, 2014).

O presente trabalho, obviamente, não trata da minha história de vida nem da minha família, nem se propõe a ser uma autobiografia, porém já aponta razões da minha inquietação sobre o tema estudado. Sendo filha de uma mulher negra, que passou pela infeliz e difícil experiência do trabalho infantil doméstico, é impossível não situar a minha história com a escolha do meu tema de interesse para essa pesquisa, pois pude perceber que questões que toda vida me inquietaram e acometeram as mulheres da minha família são temas de estudos e impulsionam lutas há pelo menos oitenta anos, vide a história de dona Laudelina de Campos Melo, em 1936, em Santos-SP, pelo reconhecimento de trabalho doméstico como profissão (PINTO, 2015).

Na verdade, se considerarmos o trabalho doméstico como herança da escravidão, percebemos que a resistência e a luta por um mínimo de respeito são ainda mais antigas, pois a nossa sociedade racista e escravocrata discrimina e não valoriza esse trabalho, atributo das mulheres negras escravizadas na divisão social e sexual do trabalho. Depois de libertas, essas mulheres e suas descendentes continuaram a ser incumbidas dessas tarefas, não sendo reconhecidas como profissionais, mas sim como as pessoas naturalmente responsáveis por isso.

Às mulheres foram historicamente relegados, pela divisão social e sexual do trabalho, os cuidados domésticos com suas casas e seus filhos (SOUZA-LOBO, 1991; BRITTO DA MOTTA, 1992; BRUSCHINI, 1998; MELO, 1998). No caso da minha família, não ouvi relatos de maus tratos físicos sofridos por minha mãe e minhas tias, embora houvesse a ideia de posse e de autoridade das irmãs mais velhas ou dos padrinhos, travestida de cuidado, do tipo “você me deve satisfações, pois, enquanto você estiver morando em minha casa, comendo da minha comida, vestindo a roupa que eu te dou, podendo estudar e fazer cursos, eu sou a sua responsável e mando em você”.

O mesmo acontece entre patrões e empregadas; a elas é obrigado seguir a agenda deles (CUNHA ARAÚJO, 2003 apud FIGUEIREDO, 2011). No nosso caso, havia uma ambiguidade entre afeto e medo das irmãs mais novas pelas mais velhas e seus maridos, e podemos inclusive relacionar com o que constatou Brites (2003), pois, mesmo não sendo livres o suficiente, inclusive porque eram menores de idade, e depois de maiores de dezoito

anos, não sendo ainda “donas dos seus narizes”¹, elas relatam que era melhor viver assim do que ter continuado na “roça”, sem a possibilidade de estudar, sem perspectiva de um futuro melhor.

Todos esses exemplos são retratados pelas pesquisas, e analisados como sendo a reprodução dos eixos de desigualdades sociais e raciais (FIGUEIREDO, 2011), quando a sociedade define o trabalho doméstico como sendo a opção para mulheres pobres, negras, com baixa escolaridade, e inclusive, advindas de cidades do interior. As minhas tias continuaram essa saga e, atualmente, três das minhas nove tias por parte de mãe encontram-se trabalhando como empregadas domésticas (arrumadeiras, babás etc.) em São Paulo, capital, há cerca de vinte anos. Todas três possuem carteira assinada, trabalhando para famílias ricas, em bairros nobres. E outra tia trabalha como cuidadora de um idoso em Feira de Santana, também regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), possibilidade essa, fruto da luta das trabalhadoras domésticas organizadas, desde 1936.

Os meus três tios por parte de mãe seguiram a regra que é imposta a famílias pobres da zona rural pela nossa sociedade excludente e racista, de reprodução das desigualdades sociais e raciais, que relegam aos meninos o trabalho na lavoura quando crianças, pois é preciso ajudar aos pais na luta pela sobrevivência, e quando adultos, atuam em trabalhos menos valorizados (FIGUEIREDO, 2011): um deles é motorista, e os outros dois são pedreiros. Do total de treze filhos e filhas de meus avós maternos, somente cinco filhas terminaram o segundo grau. Duas delas possuem curso técnico em enfermagem, e outras duas, formação em magistério, todos de nível médio.

As outras são “donas de casa”, eventualmente trabalhando como autônomas ou comerciantes. Esse ciclo não se reproduziu para a geração seguinte, no caso, a minha, embora tenhamos cumprido as tarefas do trabalho reprodutivo que nos foram relegadas pela nossa sociedade patriarcal.

A não perpetuação do ciclo de trabalho doméstico feminino na nossa família deve-se a alguns fatos. No caso do meu núcleo familiar, o meu pai formou-se Técnico em Eletricidade Industrial pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)² em 1979, concomitantemente à conclusão do ensino médio, depois disso trabalhou em grandes

¹ Expressão utilizada coloquialmente; refere-se a pessoas que controlam as suas próprias vidas, podendo fazer as suas escolhas.

² O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-BA tem como missão promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria baiana. Mais informações disponíveis em: <<http://www.fieb.org.br/senai/>>. Acesso em: 14 de abr. de 2019.

empresas automobilísticas e do ramo da construção civil, e ingressou no serviço público federal em 1987 como Técnico em Eletrotécnica, o que conferiu ao meu núcleo familiar à época, meus pais, eu e minhas duas irmãs, uma melhoria na qualidade de vida.

Conseguimos construir a nossa casa própria, uma casa pequena em cima de uma das casas de meus avós paternos, compramos um carro (usado), e houve um investimento na nossa educação; esse era o maior desfrute que tínhamos. Estudamos em colégios particulares tradicionais da cidade de Feira de Santana durante a Educação Básica, reconhecidamente bons colégios, tínhamos computador em casa e curso de inglês. A maioria dos nossos primos, mesmo estudando em escolas públicas, já sucateadas pelo processo de precarização da educação no Brasil, também puderam se qualificar para escolher as suas profissões, inclusive ingressando no Ensino Superior, avançando no quesito escolaridade com relação à geração anterior.

Com esses relatos eu quis destacar que na minha família, a minha geração e as posteriores não reproduziram o trabalho doméstico, pois tivemos a oportunidade de viver a infância, estudar e brincar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com o que preconiza a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho infantil, que, além de ser proibido, é prejudicial ao desenvolvimento das crianças. Ressalto também a importância das políticas sociais em educação no Brasil a partir dos anos 2000, que fizeram com que meus primos pudessem ter acesso a universidades e oportunidades de formação em profissões especializadas. Vale ressaltar também que, no caso da minha família materna, nossas mães foram trabalhadoras domésticas, desempenhando trabalho infantil doméstico, e elas tiveram assumidamente como meta fazer com que esse fato não se repetisse com suas filhas, pois reconhecem nesse trabalho uma fase da vida em que lhes foi permitido um acesso limitado à educação e ao lazer.

Elas foram criadas de forma tradicional, seguindo a lógica patriarcal de família, da qual elas saíam da responsabilidade de seus parentes para se casarem, tendo logo filhos, sendo as principais responsáveis pelos cuidados deles e de suas casas, não prosseguindo com os estudos, como aconteceu com minha mãe. São “donas de casa”, e quando trabalham é para “ajudar seus maridos”, os quais são os responsáveis pelo sustento da família através do trabalho produtivo (BRUSCHINI, 1998).

No caso das mulheres que entrevistei para esta pesquisa, principalmente com as de idade mais avançada (depois dos 35 anos), infelizmente, foram relatados muitos casos de violências diversas sofridas quando crianças e jovens, para as que foram levadas para a “cidade grande” com a promessa de poderem estudar e ter uma vida digna, e em troca

“dariam uma ajuda” nos cuidados com a casa e com as crianças. A violência infelizmente é muito presente no trabalho doméstico. Valéria Corossacz (2014) discute sobre como as diversas formas de violência e a violação de direitos atravessam o trabalho doméstico de forma muito cruel, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, e constata que abusos sexuais são constantemente perpetrados pelos patrões contra as trabalhadoras domésticas, como se o serviço sexual fosse algo inerente à profissão. A autora destaca como os abusos refletem as relações de poder entre os diferentes grupos, não sendo apenas uma violência sexista, mas também racista e de classe, demonstrando a intersecção de diferentes relações de dominação, nas quais a violência é naturalizada, e o racismo invisibilizado.

Ainda com relação a violações de direitos, Figueiredo (2011) chama atenção para o descumprimento dos direitos trabalhistas por parte dos patrões, sobretudo quando a trabalhadora vem de cidades menores:

(...) quanto mais jovem, menos escolarizada e desvinculada de laços afetivos e familiares, mais disposição a trabalhadora terá, melhor será o seu desempenho e menor o conhecimento acerca dos seus direitos, ou seja, configura-se nessa situação a subalternização das profissionais e o seu efetivo desempoderamento (FIGUEIREDO, 2011, p. 95).

No caso das mulheres envolvidas nessa pesquisa, há relatos de violência, abusos e exploração desde a infância, negação e invisibilidade de seu trabalho. Elas foram impedidas de estudar, como havia sido prometido para as suas mães, realizando esse intuito somente na fase adulta, fato que acontece com praticamente todas as que passam por esse processo. Infelizmente é dessa forma que se dá a construção da identidade dessas mulheres, através da negação, negociação e invisibilidade, e não a partir da garantia de direitos (FIGUEIREDO, 2011).

Em se tratando de cidades do interior da Bahia, com forte descendência de comunidades negras, o racismo estrutural também não pode passar despercebido, pois era notória a diferença de classe entre a parte da família paterna da minha mãe que era abastada, composta por pessoas brancas, e a família nuclear dela, negra, numerosa e empobrecida. Era naturalizado o fato de mandarem as nossas meninas negras para trabalharem para eles, bem como a melhor parte da farinha e da produção agrícola em troca de roupas e utensílios usados, de pouco dinheiro, e alguma assistência quando alguém dos nossos se encontrava doente.

Ao ter contato com as teorias feministas, na Universidade, pude então entender que não se tratava de uma realidade isolada. Angela Figueiredo (2017), em diálogo com as

formulações de Lélia Gonzalez (1984, apud FIGUEIREDO, 2017) e bell hooks (1995, apud FIGUEIREDO, 2017), analisa a forma como nós, mulheres negras, éramos tratadas, de acordo com um projeto político racista, que nos submetia à vontade dos brancos e nos hipersexualizava, sendo referenciadas três figuras emblemáticas: mãe preta, mucama e trabalhadora doméstica, o que, como considerou, nos relega a uma identificação como os corpos responsáveis pelo servir aos outros, muitas vezes sem o direito a uma vida “privada” (FIGUEIREDO, 2017).

A minha aproximação com o tema “trabalho doméstico remunerado” deu-se no ano de 2008, na graduação em Ciências Sociais, quando estagiária do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) no *Projeto Trajetória de Empoderamento da Organização das Trabalhadoras Domésticas no Brasil*, no âmbito de um projeto maior, intitulado *Trilha do Empoderamento das Mulheres*³.

Sobre esse trabalho, Cecília Sardenberg, em seu texto *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*, uma transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, em junho de 2006, referencia que:

No projeto que pretendemos desenvolver, o Projeto TEMPO, queremos investigar histórias de empoderamento de mulheres para entender como se dá esse processo. Também queremos entender o que acontece no sentido oposto, isto é, de como projetos e políticas públicas têm contribuído criando condições para o desencadeamento de processos de empoderamento. Nosso interesse é pensar esse processo em termos de três eixos de análise, que acreditamos serem importantes no sentido do empoderamento: voz, trabalho decente, integridade (e políticas) do corpo (SARDENBERG, 2009, p. 10).

Alguns autores situam essa época em seus trabalhos, ao historicizar as ações voltadas às trabalhadoras domésticas no âmbito do governo federal, à época sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). É importante ressaltar que essas ações não vieram desconectadas da luta da categoria, sendo também fruto das articulações da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e, no caso da Bahia, articulações do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia (Sindoméstico) com órgãos internacionais,

³ (*Pathways of Women's Empowerment* – desenvolvido pelo NEIM/UFBA em parceria com outros centros de pesquisa no Egito, Gana, e Bangladesh sob a coordenação do *Institute of Development Studies* (IDS), do Reino Unido - DFID/ UK), sob coordenação geral da profa. Dr^a. Cecília Sardenberg.

nesse caso, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulher) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), no escopo do Trabalho Decente (BERNARDINO-COSTA, 2013; 2015; LEITE, 2017).

O projeto também envolveu oficinas de fotografia, e teve como um de seus produtos finais uma exposição na Biblioteca Pública dos Barris (Salvador-Bahia) intitulada *Cidades Reveladas*, com fotografias produzidas pelas participantes do projeto⁴. Fizemos pesquisas, entrevistas, e as nossas vivências moldaram a cartilha *Caminhos do Empoderamento de Mulheres – Empoderando o Trabalho Doméstico: A Organização de Trabalhadoras Domésticas no Brasil*, que foi traduzida para o inglês.

A experiência nesse projeto fez com que eu estreitasse a parceria com as trabalhadoras vinculadas ao sindicato e, posteriormente, cursando a Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional com concentração em Políticas Públicas (NEIM/UFBA, 2007-2009), elaboramos em grupo para a disciplina “Projeto de Intervenção” um trabalho intitulado *Não somos Sebastianas quebra-galhos: Formação de Trabalhadoras Domésticas para a Cidadania*, que tinha como objetivo pensar oficinas para trabalhadoras domésticas estudantes no período noturno no Colégio Instituto Social da Bahia (ISBA)⁵, situado em um bairro nobre de Salvador, sobre: o valor social e breve histórico do trabalho doméstico; ética e cidadania; saúde e segurança no trabalho, abrangendo violência e assédio moral; direitos trabalhistas; gênero, raça e geração no trabalho doméstico, abordando também o trabalho infantil doméstico; e a importância do sindicato.

Fazendo uma autocrítica, penso que a categoria raça foi pouco estudada nesses trabalhos, cujo enfoque principal foi em gênero e classe, mais especificamente com relação à divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo. Apesar disso, referenciamos Mary Castro⁶ (1992), em seu artigo *Alquimia de categoriais sociais na produção de sujeitos*

⁴Mais informações disponíveis em: <http://archive.ids.ac.uk/pathwaysofempowerment/www.pathwaysofempowerment.org/archive_resources/revealed-cities-a-photovoice-project-with-domestic-workers-in-salvador-brazil.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

⁵O Colégio ISBA – Instituto Social da Bahia foi fundado em 1964, no bairro de Ondina, com o nome de Escola Santo Antônio, conveniada com a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Salvador, atendendo inicialmente de 1ª a 4ª série (Ensino Fundamental), e em 1979 a escola é assumida pela Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (ABEFS), atual mantenedora do ISBA e Faculdade Social. Fonte: <<https://www.isba.com.br/o-colegio/historia-do-isba/>>. Acesso em 07 jan. 2019.

⁶A Profa. Dra. Mary Garcia Castro é professora e pesquisadora na área de Sociologia, Estudos Culturais e Demografia, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, etnicidade e raça; migrações internacionais; gênero, família, mulher, feminismo, identidades e cidadanias; modernidade; e metodologia de pesquisa. Foi membro do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher até 2007. Mary foi uma das primeiras pesquisadoras, pelo menos no Brasil, a pensar em “discriminação composta”, ao invés do conceito de “dupla opressão”. Mais informações disponíveis em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783973Y8>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

políticos, trabalho resultante de uma pesquisa realizada junto ao Sindoméstico. A autora denominou de “discriminação composta” o que relacionamos ao conceito de “interseccionalidade” (CRENSHAW, 2002), ao se referir ao cruzamento de vários eixos de discriminação, mais especificamente gênero, raça, classe e geração, enquanto marcadores sociais que impactam as trabalhadoras domésticas organizadas na luta por reconhecimento profissional e por cidadania.

O marco temporal inicialmente pensado para esta pesquisa foi 2003-2015, porque ele concentra conquistas importantes para categoria profissional que tiveram muita visibilidade na mídia brasileira (BERNARDINO-COSTA, 2015; LEITE, 2017), sobretudo quando da aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 (EC 72/2013), conhecida como PEC das Domésticas. Acompanhamos entrevistas de Creuza Maria Oliveira à época em telejornais falando sobre essa mobilização, chamando atenção para o protagonismo e engajamento das trabalhadoras nessas conquistas. Foi o que me inspirou a submeter meu projeto de mestrado ao NEIM em 2015, sob o título: *Descolonizando O Trabalho Doméstico na Bahia: Participação Política e o Processo de Luta de trabalhadoras domésticas baianas pela conquista de direitos sociais e Trabalhistas (2003-2015)*.

Mas, ao analisar a atuação do Sindoméstico entre abril de 2016 e dezembro de 2018, acompanhando suas reuniões ordinárias, mensais, e eventos promovidos pelo sindicato ou por parceiros dos quais suas lideranças participaram, acompanhei o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, um coletivo de mulheres negras trabalhadoras domésticas que foi criado como instrumento para o fortalecimento político e comunitário do sindicato. Esse fato fez com que eu mudasse o objeto da minha pesquisa, por entender que se tratava de um fato novo a ser agregado ao conhecimento científico.

Nesse sentido, foi muito importante a minha inserção no Coletivo Angela Davis⁷ em setembro de 2017, na Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), Campus de Cachoeira-BA. Esse Coletivo, fundado em 2011, tem pesquisas e leituras em gênero, raça e subalternidade, através da perspectiva dos feminismos negros, e promove atividades de leitura crítica em diversas temáticas. Essa experiência continuará sendo fundamental para a

⁷ A Missão do Coletivo Angela Davis é refletir sobre as implicações da intersecção de gênero, raça e classe em fenômenos e contextos socioculturais diferenciados e produzir subsídios teóricos à compreensão dos mecanismos que fundamentam o processo de exclusão das mulheres negras, minorias sexuais e outros grupos subalternizados, assim como as formas de resistência por eles engendradas. <<https://www.facebook.com/coletivoangeladavis/>>. Acesso em: 14 de abr. de 2019.

minha formação política e para a minha instrumentalização enquanto pesquisadora feminista negra.

Entendo e corroboro com a necessidade de me colocar epistemologicamente nesse trabalho, e esse lugar é um lugar posicionado, ou seja, é um lugar não neutro. (SARDENBERG, 2002; GONDIM, 2002; ROCHA-COUTINHO, 2006; MACEDO, 2008). Isso contraria aos métodos da ciência positivista, que preza pela objetividade e impessoalidade do pesquisador.

Portanto, optei por uma escrita em primeira pessoa do singular, mas por vezes foi necessário utilizar a primeira pessoa do plural. Junto a isso, soma-se o meu lugar no mundo, a forma como me entendo, como mulher negra, feminista negra, estudante, trabalhadora, professora de sociologia em escola pública, pesquisadora ativista, enfrentando opressões de gênero, raça e classe na academia – local ainda excludente e elitista, no mercado de trabalho e no cotidiano.

Essa exclusão nos impõe imagens controladoras, que precisamos superar e reconstruir através da autodefinição (COLLINS, 1990), que leva ao nosso empoderamento enquanto mulheres negras. Optei por uma epistemologia feminista (SARDEMBERG, 2002; COLLINS, 2018), por entender que tanto o meu ponto de vista quanto o das mulheres trabalhadoras domésticas devem ser levados em consideração nessa escrita (HARAWAY, 1995; HARDING, 2004).

Destaco que esse trabalho foi coletivo e que as trabalhadoras domésticas foram as minhas parceiras. Foi construído a várias mãos, inclusive inspirada pela atuação e pelas produções das professoras e colegas do mestrado e do Coletivo Angela Davis, que pensam e produzem ciência de forma politicamente engajada. Portanto, corroboro com Luiza Bairros (1995), quando afirma que a experiência de ser mulher (vivida através da raça) e de ser negra (vivida através do gênero feminino) se dá de forma social e historicamente determinada.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa (CÓRDOVA, 2009), e o caminho metodológico mais adequado para a minha pesquisa foi o da observação participante (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), com realização de entrevistas semiestruturadas. Essa metodologia me permitiu acompanhar um pouco do cotidiano do sindicato da Bahia, as demandas e o trabalho desenvolvido por seis mulheres e um homem à frente de sua diretoria executiva, e os eventos dos quais participaram.

Nessas oportunidades, conversei individualmente com as trabalhadoras presentes nas reuniões e participei das rodas informais de conversa em grupo, fontes importantes para a escuta. Registrei relatos sobre como a vida pessoal se confunde com o tempo dedicado ao

trabalho doméstico, as violências sofridas, a negação da identidade enquanto sujeitas de direitos, o racismo e os preconceitos que essas mulheres tiveram que enfrentar e ainda enfrentam devido à sua condição de raça, gênero e classe.

Como já dito, durante a pesquisa junto ao Sindoméstico tive o privilégio de acompanhar o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, em dezembro de 2016. O Coletivo reúne uma vez por mês vinte e seis mulheres, em média, em sua sede, na Mata Escura (Salvador-BA). Fruto das ações de mobilização e de divulgação do Sindoméstico, o grupo tem como objetivo fortalecer o sindicato e a comunidade através do acolhimento das mulheres que vem participando dele. Além da reunião ordinária com palestras, acontecem aulas de alfabetização, pintura em tecido e um bazar bimestral.

A pesquisa de campo, demarcada de abril de 2016 a dezembro de 2018, foi realizada através de observação participante de duas atividades por mês, em média. Esses momentos de convivência foram importantíssimos para que os dados da pesquisa fossem analisados em consonância com a realidade social em que eram produzidos. As atividades escolhidas para observação foram as reuniões mensais do sindicato, os eventos que a diretoria promovesse ou participasse e o atendimento na sede. No Coletivo Creuza, participei das reuniões mensais, acompanhei as mulheres na participação em eventos e a realização dos cursos. Nessas oportunidades eram realizadas as entrevistas semiestruturadas.

Inspirada na etnografia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996; FRAVET-SAADA, 2005), participei das reuniões ordinárias do Sindoméstico realizando observação participante (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) como primeiro passo para realização da pesquisa. Observar a rotina do sindicato foi uma tarefa interessante, prazerosa e muito rica, pois através dela pude compreender como as tarefas de atendimento, encaminhamento e resolução de casos é feita através do acolhimento humanizado de cada trabalhadora que chega ao local precisando de ajuda.

Da mesma forma, a observação realizada no Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira tornou-se uma vivência inspiradora, à medida que pude perceber o quanto esse espaço é valioso para as mulheres que dele participam, através do qual podem partilhar as suas angústias, trocar e potencializar saberes. As mulheres partilham o café-da-manhã, socializam as suas preocupações pessoais e conversam sobre as carências da comunidade, trocando experiências com mulheres de outros bairros atraídas pela proposta, a fim de melhorar a qualidade de vida no local, buscando articular estratégias e parcerias para isso.

Tendo conhecimento de que a Pesquisa-Ação possui uma metodologia própria, trago aqui outra perspectiva de Pesquisa-Ação, baseada em Figueiredo (2011), vivenciada a partir

da minha experiência junto ao Sindoméstico desde 2006, onde pude acompanhar o surgimento do Coletivo Creuza Maria Oliveira, bem como as ações pensadas a partir das demandas das mulheres integrantes do Sindicato e do Coletivo. Na pesquisa realizada sobre o emprego doméstico, Figueiredo (2011) destaca a importância da pesquisa-ação não só para a produção de dados acadêmicos, mas enquanto contribuição para a luta da categoria pesquisada. Durante esse trabalho (MORI et al, 2011) as trabalhadoras mobilizavam e buscavam apoio no Congresso Nacional pela aprovação da PEC das Domésticas, o que aconteceu em 2013. A autora explica:

Nesse sentido, o estudo não é eminentemente acadêmico, trata-se de uma pesquisa-ação, haja vista que a reflexão está necessariamente associada a proposições, isto é, conclusões que contribuam para mudanças na condição de vida das profissionais em questão e no exercício da sua atividade (FIGUEIREDO, 2011, p. 93).

Visto que tenho contato com o Sindoméstico desde 2006, e mais sistematicamente para esse trabalho desde 2016, revisitei esse campo no sentido de aprender com as lições de vida de cada mulher que pude conhecer, e me dispus a contribuir sempre que necessário e possível para a realização e desenvolvimento das atividades durante esse tempo. O mesmo foi feito com relação ao Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, também no sentido de colaborar com atividades e discussões que contribuíssem para a organização política das mulheres que o compõem.

Sob inspiração no método etnográfico para a realização desse trabalho, “participei” das ações acompanhadas nesses dois espaços no sentido de me “deixar afetar” (FRAVETSAADA, 2005), principalmente no espaço do Coletivo de Mulheres, que não é direcionado apenas para trabalhadoras domésticas, pois está aberto a todas as mulheres da comunidade, abarcando donas-de-casa, idosas, trabalhadoras aposentadas e adolescentes. Também era comum a presença de crianças nas atividades, seja acompanhando suas mães porque gostam de estar nesse espaço, em sendo um espaço lúdico e de socialização, ou porque as mães não tinham com quem deixá-las.

Entendo que o meu olhar é “teoricamente domesticado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p 15), e que as minhas lentes são parciais e limitadas pela minha subjetividade. “Olhar” e “ouvir” são tarefas complementares no processo etnográfico, e o meu processo de interação enquanto pesquisadora com as mulheres pesquisadas fez com que eu fosse aceita pelo grupo, me permitindo realizar a observação participante, gerando “hipóteses” (CARDOSO DE

OLIVEIRA, 1996, p.21), as quais puderam ser testadas durante a pesquisa, mais especificamente quando da realização das entrevistas semiestruturadas.

O ato de “escrever”, em sendo a materialização desse envolvimento, é fruto de um pensamento que não é unicamente meu, mas sim do grupo, produzido no interior de uma “representação coletiva”, como ressaltava Roberto Cardoso de Oliveira (1996, p. 23). Participei das discussões para a preparação das atividades, da escolha dos temas para as reuniões ordinárias do Coletivo Creuza, e até mesmo facilitando oficinas, como a comemoração do *Novembro Negro* com a dinâmica *Pise no seu preconceito*, que consistiu na confecção de um tapete contendo imagens e textos que denunciavam situações de racismo sofrido pelas participantes e imagens de personalidades negras inspiradoras, que dão exemplos de superação do sofrimento causado pelo preconceito racial.

Diante desse contexto surge a questão que norteou essa pesquisa: em que medida o Coletivo Creuza Maria Oliveira tem sido instrumento de fortalecimento do Sindoméstico? Para tanto, foram elencados como objetivo geral: analisar como o Coletivo Creuza Maria Oliveira contribui para o fortalecimento do Sindoméstico; e como objetivos específicos: investigar a dimensão organizativa e mobilizadora das trabalhadoras domésticas do Sindoméstico-Bahia entre o período 2016 a 2018; analisar a articulação e o posicionamento dessas mulheres diante das desigualdades de gênero, raça e classe, e do movimento social de mulheres negras; compreender o alcance das ações do Coletivo Creuza Maria Oliveira, fruto da organização delas dentro da comunidade.

Tomando também como base a composição dessa categoria profissional, de maioria de mulheres negras, foi feita a escolha metodológica por denominar “trabalhadoras” e não “trabalhadores domésticos” neste trabalho, em conformidade com Alda Motta (1992) e Mori et al. (2011, p. 21), que também apontam que retratar essas mulheres como “trabalhadoras” e não como “empregadas” é importante para enfatizar que as tarefas relativas aos cuidados domésticos estão enquadradas na organização social do trabalho, e não mais devem ser entendidas como atividades realizadas naturalmente pelas mulheres.

Participam das reuniões mensais do Coletivo Creuza Oliveira vinte e seis mulheres em média, dentre as quais foram entrevistadas treze. Dessas, nove também participam do Sindoméstico. Algumas mulheres ficaram “acanhadas”, pois tinham a ideia de que a entrevista era algo formal e que teriam perguntas que elas não saberiam responder, ficando constrangidas caso não correspondessem à essa expectativa, portanto, relataram ainda não se sentirem à vontade para isso. Expliquei sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para resguardá-las, e que, aceitando serem entrevistadas, poderiam

interromper a entrevista a qualquer momento. Elas foram convidando umas às outras para participar da entrevista, o que dirimiu a sensação de insegurança das que estavam indecisas. É importante salientar que eu gostaria de ter entrevistado todas as seis mulheres que concluíram o curso de alfabetização oferecido na sede do Coletivo no mês de dezembro de 2018, mas quatro delas relataram ainda não se sentiam à vontade para falar.

Como critérios para a entrevista, no caso do Sindoméstico, escolhi os membros da diretoria; no Coletivo Creuza, selecionei as mulheres que eram mais assíduas às reuniões mensais.

Dos sete componentes da diretoria executiva do sindicato, quatro mulheres e um homem foram entrevistados mais de uma vez, e também uma ex-diretora. Obtive também muitos relatos importantes em conversas informais.

Foi elaborado um questionário para traçar o perfil socioeconômico das pessoas entrevistadas, buscando saber idade, escolaridade, renda mensal, acesso a moradia e benefícios sociais, condição familiar (estado civil e quantidade de filhos), e em seguida foi realizada a entrevista, seguindo um roteiro semiestruturado. O roteiro elaborado para a diretoria do sindicato buscou investigar como e quando a pessoa chegou ao órgão, como passou a fazer parte da diretoria, quais serviços eram oferecidos pela instituição, sobre a participação da categoria no sindicato, quais as pautas principais e as principais dificuldades; busquei saber também sobre como avaliavam o avanço na legislação trabalhista para o trabalho doméstico, e qual a avaliação acerca da iniciativa do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira.

Para as mulheres do Coletivo Creuza foi perguntado como elas definem o Coletivo e o que ele representa para elas, o que as motiva a participar, o que lhes é oferecido nesse espaço e de quais atividades participam. Sobre os temas tratados nas palestras, quais consideram mais importantes e o que sugerem. Também foi perguntado sobre a relação delas com a comunidade e qual o sentido atribuído por elas ao Coletivo nesse contexto; se conhecem e/ou participam do Sindoméstico; e o que elas anseiam enquanto mulheres/mulheres negras, mães, moradoras de periferia, trabalhadoras/ trabalhadoras domésticas, a fim de entender qual a sua percepção sobre sua condição de gênero, raça, classe e geração.

É importante frisar que prezei por “uma escuta sensível, sem pressa, fazendo uma interlocução solidária, que coaduna com a escolha por uma epistemologia feminista” (ALVES, 2013, p. 84). Como recursos, utilizei gravação e registros em diário de campo, os quais foram transcritos e analisados. Também há registros fotográficos, os quais são muito importantes como documentação das atividades.

As entrevistas individuais com roteiro semiestruturado foram importantes para resgatar as memórias das mulheres e detalhes que não foram documentados pelos jornais e demais documentos, quando, por exemplo, do resgate da história do bairro da Mata Escura, ou de eventos do sindicato. Recorremos a Michelle Perrot (1989), que denunciou que a memória e a escrita das mulheres são tidas como familiares, ou seja, semificiais. E tal como proposto por outras pesquisadoras (BISPO, 2011; MORI et al, 2011; LEITE, 2017) os nomes das entrevistadas foi mantido, por concordarem que é importante visibilizar a sua militância e a sua contribuição para a luta da categoria em questão.

Assim, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: nessa primeira parte apresentei a introdução com a memória da construção da pesquisa, envolvendo os aspectos teórico-metodológicos sob os quais esse trabalho foi construído.

No segundo capítulo são apresentadas pesquisas realizadas sobre o trabalho doméstico, que envolvem a organização da categoria a partir do protagonismo das mulheres que o compõem. Inspirada em dona Laudelina Campos de Melo, primeira liderança nacional da categoria das trabalhadoras domésticas, Creuza Maria Oliveira teve sua história destacada nesse trabalho, por ser a principal representante dessa categoria no estado da Bahia, tendo expressão nacional e internacional.

Um breve histórico do sindicato da Bahia, sua atuação, parcerias e as dificuldades que tem enfrentado para melhor atender ao seu público foram pontuadas nesse tópico, bem como as suas conquistas, a exemplo da execução do *Projeto Trabalho Doméstico Cidadão*, entre 2005 e 2007, e do primeiro condomínio residencial construído exclusivamente para trabalhadoras domésticas, em 2012. O Sindoméstico também atuou na luta por avanços na legislação trabalhista através da PEC das Domésticas (EC n.72/2013) e da Nova lei do Trabalho Doméstico (LC n.150/2015), e fomentou o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. Esse grupo, achado desta pesquisa, se reúne mensalmente no bairro da Mata Escura para discutir questões relativas ao trabalho doméstico e à situação das mulheres periféricas, buscando encaminhamentos.

No terceiro capítulo foi apresentado um panorama sobre o trabalho doméstico no Brasil, sua construção histórica, que parte do trabalho escravizado ao trabalho remunerado, sendo realizado majoritariamente por mulheres negras.

Ao discorrer sobre as dificuldades enfrentadas no processo de legalização profissional e sobre o processo organizativo que vai do Sindoméstico ao Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, pensando outros espaços de resistência às múltiplas opressões, foram analisadas as relações e articulações entre gênero, raça e classe a partir da prática das

trabalhadoras domésticas. Conceitos como empoderamento, interseccionalidade, múltiplas opressões e a crítica trazida por pesquisadoras feministas negras sobre a insuficiência da essencialização da categoria “Mulher” são trabalhados no último tópico desse capítulo.

O quarto capítulo envolve as questões relativas ao trabalho de campo e à análise dos dados encontrados no acompanhamento das ações do Sindoméstico-Bahia e, posteriormente, do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, principal objeto desta pesquisa. Foi destacada a sua relação com o Sindoméstico e a sua importância para a comunidade e para a vida das mulheres que o compõem, através do envolvimento e participação delas nas atividades propostas pelo grupo. Essas atividades tiveram como objetivo divulgar as ações do sindicato para aproximá-las do mesmo, contribuir com a socialização, encaminhamento de demandas e propor alternativas para geração de renda e qualificação profissional das participantes. Trata também da relação entre a atuação do Sindicato e do Coletivo e a reivindicação de um “feminismo da prática”, a partir da militância e das intervenções realizadas pelas mulheres negras nestes dois espaços.

E por fim, as considerações finais, refletindo sobre o espaço do Sindoméstico e do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira como espaços de resistência, sendo o Coletivo Creuza instrumento efetivo para fortalecimento desse sindicato.

2 “ARTESÃS DA AÇÃO COLETIVA”⁸: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS BAIANAS ORGANIZADAS

Esse trabalho retrata como a experiência de organização política das trabalhadoras domésticas do Sindoméstico Bahia tem sido frutífera, com desdobramentos importantes para a luta da categoria por visibilidade e direitos. O trabalho dessas mulheres envolve esforços para conscientizar outras trabalhadoras domésticas com relação: a informações sobre os seus direitos trabalhistas; à luta pela valorização do trabalho doméstico enquanto profissão; ao combate à informalidade no trabalho; à promoção de cursos de qualificação profissional; ao apoio a núcleos de trabalhadoras domésticas de cidades do interior do estado; dentre outras ações que o sindicato desenvolve, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas desde o seu surgimento. O não recolhimento da contribuição sindical em folha e a falta de recursos financeiros o impedem de oferecer alguns benefícios à categoria, a exemplo de plano de saúde, clube etc, como outras categorias dispõem.

Este capítulo discorre sobre a dimensão organizativa e mobilizadora das trabalhadoras domésticas baianas, mais detidamente entre o período de 2016 e 2018, quando eclodiu o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira – um grupo de mulheres organizado no bairro da Mata Escura (Salvador-BA), a partir da militância das diretoras do Sindoméstico e das demandas das mulheres da comunidade. Contribui assim, para a reflexão sobre os modos de articulação e posicionamento das mulheres negras trabalhadoras domésticas a partir de organizações políticas e movimentos sociais. Para tanto, ao longo das subseções aborda o histórico do Sindoméstico, suas lutas, conquistas, bem como o desdobramento de suas ações, a exemplo da própria criação do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira.

Em se tratando de uma categoria que vem construindo a sua identidade a partir da negação e da invisibilidade (FIGUEIREDO, 2011), é importante destacar e contribuir com a visibilidade das iniciativas de protagonismo das trabalhadoras domésticas baianas, que vem se dando através do trabalho resistente do Sindoméstico e da participação nos movimentos sociais. A organização das mulheres e das mulheres negras em fóruns, coletivos, grupos de estudos, etc, vem sendo uma alternativa para o desmonte e o enfraquecimento das instituições representativas das categorias profissionais pela política

⁸Expressão utilizada por Mary G. Castro ao se referir à mobilização política peculiar das trabalhadoras domésticas organizadas, em *Alquimia das categorias sociais na construção de sujeitos políticos: Gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Salvador. Revista Estudos Feministas, Vol. 0, 1992, p. 57-73.*

institucional. Essas organizações têm contribuído para a perpetuação da memória das mulheres negras, a saber:

Apenas para citar algumas das muitas atuações de resistências realizadas por mulheres negras, temos as fugas, os motins, o infanticídio, as revoltas empreendidas, a formação em grupos coletivos – territórios religiosos – como as irmandades negras, casas de candomblé e etc. para exemplificar dois expoentes de tais atuações temos a Revolta dos Malês, em 1837 realizada na cidade do Salvador, e a formação e manutenção dos quilombos, em especial o Quilombo dos Palmares, no século XVII, na Serra da Barriga (BISPO, 2011, p. 83).

As trabalhadoras domésticas trabalham de segunda a sábado, sendo o domingo o único dia possível para se dedicarem aos cuidados de suas casas e de seus filhos, por isso as reuniões ordinárias do Sindoméstico acontecem todo segundo domingo de cada mês, de março a dezembro. Entretanto, o dia da reunião concorre com o dia em que a trabalhadora tem para se dedicar às suas famílias, além de o sindicato ficar localizado no centro de Salvador, o que implica em despesas para o deslocamento.

A diretoria do sindicato tem então se debruçado sobre formas de levá-lo para mais próximo das bases, sejam elas em bairros periféricos de Salvador ou nas cidades do interior do estado da Bahia. Exemplo disso foram viagens para Vitória da Conquista, em dezembro de 2018, para assessorar na criação do Núcleo de Trabalhadoras Domésticas de Vitória da Conquista, com aspiração a sindicato. O Sindoméstico há cerca de quinze anos vem tentando consolidar esse grupo, capilarizando a sua atuação. A demanda pela criação de sindicatos nas cidades do interior da Bahia infelizmente esbarra nas dificuldades financeiras e de pessoal que o Sindicato tem.

Seguidoras da luta iniciada por dona Laudelina de Campos Melo, em 1936, e em parceira com as companheiras trabalhadoras militantes em todo o país, as trabalhadoras domésticas baianas têm conseguido se organizar a ponto de pautarem suas necessidades em espaços importantes de representação política. Isto lhes tem conferido conquistas históricas, a exemplo da execução do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão⁹, a primeira política pública para qualificação social e profissional da categoria no Brasil; da concretização do Conjunto

⁹Programa Nacional de Elevação de Escolaridade e Qualificação Social e Profissional das Trabalhadoras Domésticas (Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, 2005-2008).

Habitacional 27 de Abril¹⁰, o primeiro condomínio construído exclusivamente para mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil, importante mérito do Sindoméstico; e da recente aprovação da Emenda Constitucional n. 72/2013, mais conhecida como PEC das Domésticas, e da Lei Complementar n. 150/2015 (BRASIL, 2015), as quais garantiram direitos trabalhistas e sociais que faltavam para equipararem-se às outras categorias profissionais.

Além dessas conquistas históricas para a categoria, o sindicato vem realizando, através de parcerias, cursos de qualificação para as profissionais e articulação com outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), da Rede de Mulheres Negras da Bahia e com o movimento feminista. Destaca-se como fruto desse engajamento político a associação de membros da diretoria em um grupo de mulheres, intitulado Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, sediado no bairro da Mata Escura (Salvador-Bahia). O Coletivo tem desenvolvido atividades diversas voltadas para qualificação e geração de renda para essas mulheres, e tem sido um instrumento importante de mobilização das mesmas para a participação no sindicato e na agenda das ações do movimento de mulheres negras.

Portanto, o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira é entendido como uma das grandes realizações do Sindoméstico no sentido do seu engajamento político. Esse trabalho versa sobre as suas características, agenda e atuação, levando em consideração que o engajamento dessas mulheres tem contribuído para a melhoria da sua qualidade de vida e para o seu fortalecimento enquanto mulheres negras trabalhadoras, moradoras de periferia, lutando pela ampliação de seus direitos, por políticas públicas para a sua comunidade e para a sua categoria profissional, sendo a maioria delas trabalhadoras domésticas.

Aliançado ao Sindoméstico, o Coletivo vem fortalecendo as suas ações e as ações do sindicato, sendo estabelecida assim uma cooperação mútua entre essas duas entidades, representando uma importante parceria para o movimento das mulheres negras de Salvador na contemporaneidade, fortalecendo o movimento de mulheres negras em relação ao movimento feminista do Brasil. De acordo com Sueli Carneiro (2003), desde a década de 1980 o movimento de mulheres negras luta para enegrecer o feminismo, questionando a perspectiva feminista clássica baseada na mulher branca ocidental. Dessa forma, a mulher

¹⁰27 de abril é o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, em homenagem à Santa Zita, que morreu nesse dia e é a padroeira da categoria.

negra afirma-se como um “novo” sujeito político que possui demandas específicas pautadas nas opressões sofridas por sua condição de gênero, raça e classe, e que têm como prioridade política o combate ao racismo nas diversas esferas (CARNEIRO, 2003).

É importante demarcar a posição desse Coletivo de mulheres no histórico de luta das trabalhadoras domésticas organizadas, a nível nacional e a nível local, através do Sindoméstico Bahia, de onde vem as suas fundadoras, relacionando suas ações e investimentos para com essa categoria profissional. As experiências, sociabilidades e a atuação política dessas mulheres são aspectos importantes sobre os quais esse trabalho se debruçou.

Durante a pesquisa bibliográfica em teses e dissertações sobre o trabalho doméstico com foco no sindicato da Bahia e suas dirigentes, foram encontrados trabalhos muito bem fundamentados em pesquisas junto aos sindicatos, incluindo o sindicato da Bahia. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Alda Motta (1992), com seu artigo *Emprego doméstico: Revendo o Novo*, em que discorre sobre as modificações históricas no trabalho doméstico, de coletivo a individual, de não remunerado a assalariado, problematizando a naturalização do exercício desse trabalho executado por mulheres negras e pobres, as quais são prejudicadas pela não valorização dessa profissão. A autora destaca a ação política dessas mulheres pela construção de uma identidade coletiva pela busca de direitos. À época, essa busca se dava através do crescente número de associações e sindicatos, e de associações que se transformavam em sindicatos, ainda que com limitado número de pessoas associadas. A autora traz nesse artigo reflexões sobre suas pesquisas realizadas entre 1976 e 1989, que envolveram uma considerável revisão da literatura sobre o tema do trabalho doméstico, e também pesquisas junto às trabalhadoras domésticas baianas.

Mary Castro (1992), com *Alquimia de categorias sociais na construção de sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador*, e Joaze Bernardino-Costa (2007; 2013; 2015; 2016), que a partir de sua tese de doutorado (BERNARDINO-COSTA, 2007), intitulada *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*, resgata a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil, a história de sua mobilização em congressos, a organização em associações profissionais e, posteriormente, em sindicatos, traz o protagonismo dessas mulheres na luta ao transformar a opressão em ação política.

O trabalho *Tensões e Experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*¹¹ (MORI et al, 2011) também traz contribuições muito importantes, no sentido de dar visibilidade às condições de vida e trabalho de trabalhadoras domésticas de Salvador e Distrito Federal, trazendo recomendações para a efetivação de um trabalho doméstico decente, como preconiza a Convenção 189 da OIT. Em 2011, quando publicado, alguns direitos sociais e trabalhistas tinham sido legalmente alcançados e a categoria reivindicava equiparação com as demais categorias, o que avançou significativamente em 2013, com a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2013), foi garantido a com a Lei Complementar 150/2015 (BRASIL, 2015), a Nova Lei do Trabalho Doméstico. Temos trabalhos que discutem a efetivação da Emenda Constitucional 72/2013 (BRITES; PICANÇO, 2014; BERNARDINO-COSTA, 2015) e da Lei Complementar 150/2015 para a categoria e para os sindicatos, trazendo suas vantagens e desvantagens. Luísa Firmino (2016) e Bianca Leite (2017) o fazem a partir do olhar das trabalhadoras, dando destaque a essa narrativa.

A partir da sua dissertação de mestrado intitulada *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*, Elisabete Pinto (2013) publicou artigos e um livro de mesmo nome (PINTO, 2015), também uma grande contribuição para os estudos sobre trabalho doméstico e sobre as trabalhadoras domésticas organizadas no Brasil, a começar por dona Laudelina, a pioneira na luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico enquanto profissão. Sua prática norteadada pelo combate ao racismo, pelo desejo por justiça social e pela melhoria da qualidade de vida do povo negro fez com que dona Laudelina se inserisse também na política partidária.

Bianca Leite (2017), em sua pesquisa intitulada "*Audácia*": *A Emenda Constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho das mulheres do Sindoméstico-Bahia*, que tem o objetivo de analisar a PEC das Domésticas através das narrativas das sindicalistas baianas sobre as suas condições de vida, trabalho e de atuação para a aprovação dessa emenda constitucional, discorre sobre o protagonismo das trabalhadoras domésticas e o alcance da sua luta para além do sindicato. A autora cita como exemplo disso o Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira à época do seu surgimento, mas sem se aprofundar na análise desse grupo. Esse trabalho analisa a PEC das Domésticas a partir

¹¹O livro citado foi escrito a partir de pesquisas qualitativas realizadas em Salvador e em Brasília junto aos sindicatos das trabalhadoras domésticas, sendo uma parceria entre FENATRAD, OIT, ONU MULHERES, CEFEMEA, IPEA. Traz histórias de vida de lideranças na organização política da categoria e retrata a situação do trabalho doméstico do Brasil à época, com seus avanços e desafios.

da narrativa das próprias trabalhadoras, valorizando essas “narrativas subalternas” em detrimento de uma perspectiva acadêmica tradicional, eurocentrada e impessoal, que historicamente invisibilizou essas vozes.

Entende-se por “empregado doméstico” aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana, conforme dispõe o art. 1º da Lei Complementar n. 150/2015 (BRASIL, 2015). Esse quesito “tempo de prestação de serviço” é um entrave, segundo a diretoria do sindicato, pois há quem trabalhe um ou dois dias na semana numa mesma casa há anos, e, por conta da restrição da lei à quantidade semanal de dias trabalhados, esses anos não são contabilizados como vínculo empregatício.

A Nova Lei dos Empregados Domésticos (BRASIL, 2015) regulamentou as alterações previstas pela Emenda Constitucional n. 72 (BRASIL, 2013), mais conhecida como a “PEC das Domésticas”, garantindo direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 que não foram aplicados aos trabalhadores domésticos, a exemplo do intervalo para refeição e descanso, regulamentação de jornada diária e semanal de trabalho, de oito horas, e quarenta e quatro horas, respectivamente, dentre outros direitos trabalhistas e previdenciários que garantem a isonomia entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores domésticos. Há muitas controvérsias sobre a equiparação de direitos através da Lei Complementar n. 150/2015 (BRASIL, 2015), tendo sido necessário, então, aprofundar essas análises realizadas nesse trabalho sob o ponto de vista das trabalhadoras domésticas. Embora seja obrigatória a formalização do emprego doméstico, a maioria dos patrões ainda não cumpre essa determinação, estando a maioria das trabalhadoras na informalidade, o que mantém essa categoria em um lugar ainda muito socialmente vulnerabilizado. A falta de fiscalização contribui sobremaneira para a precarização desse trabalho.

Nesse sentido, o trabalho de conscientização feito pelos sindicatos junto às trabalhadoras é de suma importância, bem como o seu papel de denúncia de situações de violação de direitos. Na próxima seção apresentaremos a história do Sindicato de Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico - Bahia) e o trabalho feito pelo em prol da garantia e ampliação dos direitos e da cidadania da categoria por ele representada, bem como algumas repercussões práticas e simbólicas relacionadas à sua criação.

2.1 SINDOMÉSTICO-BAHIA: MULHERES NEGRAS PAUTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS.

A representação baiana das trabalhadoras domésticas na luta nacional por direitos trabalhistas deu-se de maneira organizada na década de 1980, quando um grupo de trabalhadoras que cursava o supletivo à noite no Colégio Antônio Vieira¹², situado em um bairro nobre da cidade de Salvador e que integra a Rede Jesuíta de Ensino, começou a se reunir enquanto categoria, com apoio de padres e professoras. Em pesquisa realizada junto aos principais sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil, Joaze Bernardino-Costa (2007; 2015) entrevistou as principais lideranças.

Na Bahia destaca-se Creuza Maria Oliveira, uma das mais antigas participantes desse grupo e atual representante do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico-Bahia) e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). Ela relata ao pesquisador que existiu um grupo de trabalhadoras que se reunia em 1969, mas que não sabe sobre registros dessa época, e que também chegou a participar da *Pastoral da Doméstica*, mas que o discurso nessas reuniões não lhe agradou, pois comparavam a patroa com uma mãe, à qual deviam obediência. E que, ao ouvir no rádio sobre um grupo de trabalhadoras que se reunia no Colégio Antônio Vieira para se organizar por mais direitos para a categoria, resolveu conhecer o grupo, em 1983, que era muito pequeno, porém propositivo. Para fortalecê-lo, Creuza então se empenhou na mobilização de outras colegas de profissão.

Tornando-se representante do grupo, em 1985, Creuza participou do 5º Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas, em Olinda (PE) conhecido como “Congresso de Recife”, onde foi produzido um documento no qual as trabalhadoras reivindicavam o reconhecimento profissão, contemplação e ampliação dos direitos trabalhistas (BERNARDINO-COSTA, 2015). Esse documento foi encaminhado para deputados federais e senadores, a fim de que essas demandas fossem atendidas na Nova Constituição Federal

¹²Com mais de um século de atividades, o Colégio Antônio Vieira é uma obra da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, no século XVI, conhecida por seu trabalho missionário e educacional e cujos princípios inspiram as ações desenvolvidas em diversos países. Sua fundação, em 15 de março de 1911, é parte das realizações empreendidas pela missão jesuíta que desembarcou em Salvador no início do século XX. Para patrono, o Colégio homenageou Antônio Vieira, famoso padre jesuíta que viveu entre 1608 e 1697. Atualmente, o Colégio atende a alunos do 1º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nos turnos matutino e vespertino, além do Ensino Médio Noturno, voltado para Jovens e Adultos. Mais informações disponíveis em: <<https://www.colegioantoniovieira.com.br/quem-somos/index.html>>. Acesso em: 27 de nov. 2018.

que estava sendo elaborada. Foi a partir daí que ela resolveu se dedicar exclusivamente à militância.

Através da elaboração de um estatuto, o grupo tornou-se Associação das Trabalhadoras Domésticas em 1986, em Salvador, e continuou reunindo-se em dois domingos por mês no Colégio Antônio Vieira, com palestras e debates. Em busca de maior autonomia, alugaram uma casa na Av. Vasco da Gama, que foi a primeira sede da associação, tendo Creuza Maria Oliveira como sua presidenta. De acordo com Britto da Motta (1992), de quinze militantes passou a cento e cinquenta inscritas, e em 1990 a associação tornou-se o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia – Sindoméstico-Bahia, sendo um espaço de participação política e empoderamento das trabalhadoras domésticas, na busca de seus direitos e de dignidade humana (MORI et al, 2011), reconhecido por elas como um espaço de luta por direitos e conscientização (CASTRO, 1992; COROSSACZ, 2014).

Em 1993, o Sindoméstico passou a fazer parte do Conselho Nacional de Trabalhadoras Domésticas, que passou a coexistir com a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, criada em 1997. Creuza Maria Oliveira foi a segunda presidenta da Federação, em 2001, quando a sua sede foi transferida para Salvador.

Segundo Bernardino-Costa (2015), datam da década de 1960 as tentativas de nacionalização do movimento político das trabalhadoras domésticas organizadas, tendo nesse período a atuação de dona Laudelina de Campos Melo e a Juventude Operária Católica (JOC) nesse intuito. Em 1978, no 3º Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas, foi criada informalmente a Equipe Nacional, formalizada no Congresso seguinte, em 1981, a fim de fortalecer a união dos grupos e associações existentes naquela ocasião, para a partir disso, organizarem os congressos nacionais.

Em 1989, no 6º Congresso da categoria, em Campinas, a Equipe nacional foi substituída pelo Conselho Nacional, e em maio de 1997 foi criada a FENATRAD, com o objetivo de articular e qualificar a atuação nacional das trabalhadoras domésticas. Em 1999 a Federação filiou-se à Central Única de Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço (CONTRACS).

A FENATRAD desenvolve atividades conjuntas com a *Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar* (CONLACTRAHO), bem como com diversas organizações feministas e feministas negras, movimento negro, partidos de esquerda, movimentos populares, movimento estudantil, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobretudo em ações

pela erradicação do trabalho doméstico infantil, contra as discriminações de gênero, raça e classe, e pelo reconhecimento e garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas.

A diretoria da FENATRAD atuou junto ao Conselho Nacional de Direito das Mulheres e ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para a aprovação da Emenda Constitucional nº. 72/2013 e a aprovação da Convenção e Recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras domésticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011. Essas conquistas trouxeram à tona a necessidade de reparação dos direitos negados às trabalhadoras domésticas, do combate ao trabalho infantil doméstico, e também para ampará-las legalmente com relação às violências às quais estão expostas na casa dos patrões.

Atualmente, a FENATRAD¹³ está sediada em Brasília, representa 26 sindicatos dos estados do Brasil, a saber: Bahia, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Piauí, Paraíba, Espírito Santo, Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e uma associação. Luiza Batista Pereira, do sindicato de Recife (PE), está como sua presidenta (2016-2019). Representando a Bahia, temos Creuza Oliveira, Presidenta do Sindoméstico-Bahia, como Secretária geral, e Francisco Xavier Santana, atual Secretário de Serviços e Apoio Social do Sindoméstico-Bahia, como Tesoureiro.

Creuza Maria Oliveira é reconhecidamente a liderança ícone da luta das trabalhadoras domésticas na Bahia, inclusive tendo sido candidata a cargos executivos (vereadora e deputada estadual) por sete vezes¹⁴. O seu reconhecimento político não é somente sobre si, mas também sobre a história das mulheres trabalhadoras domésticas que ela representa. O próximo tópico discorre sobre a sua história pessoal e sua representatividade política para as mulheres negras trabalhadoras domésticas baianas e brasileiras.

¹³Mais informações disponíveis no site oficial da FENATRAD:

<http://www.fenatrad.org.br/site/?page_id=174>. Acesso em: 19 nov. 2018.

¹⁴ Segundo informações da própria Creuza Oliveira, a mesma candidatou-se a cargos executivos por sete vezes: seis candidaturas à vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e foi uma vez candidata à deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2014, sua última tentativa em ser eleita. Fonte: <<http://www.psb40.org.br/noticias/presidente-da-fenatrad-reforca-time-de-pre-candidatos-do-psb/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

2.2 CREUZA MARIA OLIVEIRA: A BAHIA E O BRASIL COMO REFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Creuza Maria Oliveira é a principal liderança do movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia. A sua história de vida se entrelaça com a história da sua luta coletiva, como bem pontuado por Castro (1992), sobre os sujeitos políticos:

Isso se traduz em um estar junto ou ser parte de um projeto comum de mudança de uma identidade social imposta ao seu grupo de referência por interesses de um poder antagônico. A identidade de referência do sujeito político vai sendo traçada na relação entre biografia e história, um processo com diversos momentos e situações. Tal processo é marcado por projetos através dos quais as experiências são reelaboradas (CASTRO, 1992, p. 57-58).

Creuza tentou se eleger a cargos executivos em eleições municipais e estaduais, segundo ela, seguindo os passos de dona Laudelina, por entender que é necessária uma representação nesse nível para que se possa angariar mais direitos para a categoria. Perguntada para este trabalho sobre a sua experiência e expectativas com relação às suas candidaturas, ela desabafa:

Não quero mais não! Tentei sete vezes, não tenho recursos financeiros para custear, e nem investiram em minha campanha, enfrentei muito preconceito (racismo, machismo, religioso, de classe, a própria categoria não entendeu a importância de uma representação no parlamento). A última candidatura foi pelo PSB. Benedita (Benedita da Silva), me quer, o PT me quer, eu sou militante de esquerda, mas eu não quero mais me candidatar... (Entrevista com Creuza Oliveira, presidenta do Sindoméstico, em 20 fev. 2018).

Destacamos a estreita relação entre Creuza Oliveira e Benedita da Silva¹⁵, na qual também se inspirou. Benedita está como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT/RJ, mandato 2019-2023), o qual ajudou a fundar, e também tem uma história de vida marcada pela pobreza e pelo trabalho infantil, como vendedora ambulante. Atuou como trabalhadora doméstica, professora, auxiliar de enfermagem, e concluiu ensino superior em Serviço Social e em Estudos Sociais aos quarenta anos. Na vida pública, ocupou vários

¹⁵ Benedita da Silva. Biografia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>>. Acesso em 11 de junho de 2019.

cargos; com o slogan “Mulher, negra e favelada”, foi eleita a primeira mulher vereadora negra pelo PT, em 1982. Foi representante de sindicatos de classe e de conselhos, Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Vice-governadora e Governadora do Estado do Rio de Janeiro (2002), quando foi convidada a assumir o cargo de Ministra de Estado de Assistência Social e Promoção Social (2003-2004). Em 2010, quando deputada federal pela segunda vez, foi escolhida para ser a relatora da PEC das Domésticas.

A história de Creuza Maria Oliveira ainda não foi sistematizada em uma biografia, mas pode ser lida em diversas publicações impressas e virtuais. Sobre a sua atuação político-partidária, encontramos a pesquisa de Maísa Vale (2014), sobre as candidatas negras à Câmara Municipal de Salvador em 2008 e 2012. Na entrevista com Creuza Oliveira são trazidos relatos muito marcantes sobre a violência sofrida na infância, ao exercer trabalho doméstico desde os nove anos de idade.

Vale (2014) problematiza a naturalização do trabalho doméstico infantil no interior das famílias brasileiras, as quais em sua maioria têm discursos e práticas paradoxais, que mostram o quão patriarcal e capitalista é o modelo sob o qual estamos socioeconomicamente estruturados. Segundo ela, a trajetória pessoal interfere inclusive na inserção dessas mulheres na política, explicitando as diferenças intragêneros, corroborando com o fato de que essas diferenças entre as mulheres não podem ser analisadas apenas sob o viés de gênero.

Sobre a trajetória pessoal de Creuza Oliveira, eu optei pela versão trazida no livro *Saberes Subalternos e Decolonialidade – Os Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas do Brasil*, de Joaze Bernardino-Costa, publicado em 2015, que traz também um depoimento dela sobre a participação no Fórum Especial *Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo*, da 3ª Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo, em Durban (África do Sul), em 2001, tendo sido escolhida como uma das representantes do Brasil por conta da sua luta contra o racismo sofrido pelas trabalhadoras domésticas, categoria trabalhista que abarca o maior número de mulheres negras do Brasil.

Como já dito, Creuza Oliveira, como tantas outras mulheres negras oriundas de famílias pobres, teve a infância marcada pelo trabalho doméstico infantil. Nascida no dia 11 de maio de 1957, natural de Santo Amaro da Purificação (Bahia), ela ficou órfã de pai aos cinco anos e, aos dez anos sua mãe foi morar com uma pessoa que não aceitou os seus três filhos com a desculpa de não poder sustentá-los, então Creuza teve que trabalhar. Quando sua mãe também faleceu ela tinha treze anos e morava com uma família que prometeu cuidar dela e colocá-la na escola para continuar os estudos. Em troca fazia o serviço doméstico e seria babá de uma criança de dois anos.

Creuza conviveu com humilhações, maus tratos, xingamentos, piadas racistas com relação ao seu cabelo e sua cor, apanhava dos patrões por qualquer motivo, sofreu abuso sexual e assédio moral, teve a sua mão de obra explorada durante esses anos, pois não recebia pagamento, trabalhava em troca de restos de comida e roupas usadas. Sua mãe, quando a ia visitar, recebia essas mesmas coisas e cerca de vinte reais, duas vezes ao ano.

Ela considera que perdeu a sua infância junto com a convivência com seus pais, pois ao invés de brincar e ir à escola, fora trabalhar, além de ter sido impedida de conviver e de visitar a sua família. Ela começou a estudar numa escola pequena da zona rural do interior da Bahia aos oito anos de idade, mas parou antes dos dez anos, quando começou a trabalhar em Santo Amaro, só voltando a estudar aos quatorze anos, cursando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹⁶, em Salvador, para onde foi levada como trabalhadora doméstica.

Creuza cursou o Ensino Fundamental no Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA) e concluiu no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAFRO-UFBA), ambos situados no centro de Salvador. Diante de muitas interrupções, pois algumas patroas a liberavam para estudar e outras não, ela não concluiu Ensino Médio, tendo estudado apenas o primeiro ano do mesmo.

Creuza afirma que foi através da militância que ela conseguiu ressignificar o sofrimento que passou como trabalhadora doméstica desde a infância, e transformar a dor em resistência. Através do trabalho no sindicato, que consiste na conscientização de outras trabalhadoras acerca de seus direitos, no combate ao racismo, à violência contra a mulher e à informalidade no trabalho doméstico; na luta pela valorização social e profissional da categoria, na campanha contínua contra a exploração do trabalho infantil, feita também em parceria com a UFBA e o UNICEF, Creuza reelabora a sua história (BERNARDINO-COSTA, 2015). É através desse acolhimento a outras companheiras que ela afirma se sentir realizada, com a sensação de missão cumprida, embora reconheça que ainda há muito por fazer diante da condição de precariedade em que ainda vive a maior parte da categoria.

Ainda de acordo Bernardino-Costa (2015), Creuza Oliveira atribui ao Movimento Negro Unificado (MNU) a conscientização com relação ao seu pertencimento à raça negra,

¹⁶MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização. “Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985”. Extraído de: <<http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em 26 nov. 2018.

o acolhimento necessário para a sua autoaceitação, o orgulho de si e do seu povo. Ela referencia ao Conselho Estadual de Mulheres o apoio e embasamento necessários para buscar “uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 211). Essas foram as primeiras entidades das quais ela participou.

Nesse mesmo depoimento, Creuza lamentou o fato de o trabalho doméstico continuar com essas mesmas características para tantas meninas e mulheres negras, o que considera como efeitos nefastos do racismo na história do povo negro que foi escravizado, e que continua sendo discriminado. “Esse sistema negou a humanização desses povos submetidos à opressão e os tratou como coisas” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 208).

A partir desse depoimento, o autor ressalta que:

Portanto, o conhecimento produzido pelo movimento das trabalhadoras domésticas tem sido não somente um saber voltado à resistência contra opressão e exploração, mas tem sido um saber voltado, no plano individual, à reexistência de cada trabalhadora doméstica por meio do combate ao racismo e do reconhecimento da humanidade dessas mulheres e, no plano coletivo-utópico, tem sido um saber que se propõe a lutar contra as hierarquias de classe, gênero e raça (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 213).

Diante do exposto, a história dessa mulher se tornou fonte de inspiração para muitas companheiras, as quais vêm seguindo os seus passos na luta coletiva junto ao sindicato: Marinalva de Deus Barbosa, Milca Martins Evangelista, Maria do Carmo de Jesus Santos, Valdirene Boaventura Santos, Marcelina Martins dos Santos, Francisca Gonçalves dos Santos, Georgina da Cruz Silva e outras mulheres negras que fizeram¹⁷ parte da história do sindicato, e que vêm se somando à luta do Sindoméstico, fortalecendo e pulverizando as suas ações, e inspirando outras companheiras.

A filósofa, professora e ativista americana Angela Davis, em visita ao Brasil no ano de 2017, fez uma fala muito importante a respeito da organização das trabalhadoras domésticas na Bahia ressaltando à importância da organização do sindicato:

Precisamos aprender sobre o poder feminista negro preservado dentro da tradição do Candomblé. Precisamos aprender sobre os movimentos organizados por mulheres negras trabalhadoras domésticas na Bahia e no

¹⁷ Registramos a trabalhadora doméstica Cleusa Santos, que foi uma das presidentas do Sindoméstico, liderança importante no movimento de mulheres negras de Salvador, integrante da Rede de Mulheres Negras da Bahia, mas atualmente não faz mais parte do sindicato.

Brasil. Tive o privilégio de conhecer Marinalva Barbosa, que é a presidente do sindicato de trabalhadoras domésticas da Bahia. Temos muito a aprender com a atividade dessas mulheres. Nós ainda não conseguimos nos organizar de uma maneira bem sucedida através de sindicatos dessa categoria nos Estados Unidos, apesar do fato de que mulheres negras, trabalhadoras da limpeza, terem organizado uma greve em 1881, em Atlanta, na Geórgia. Mesmo apesar do fato de que nos anos 20 e 50 tenham havido esforços, que não tiveram sucesso, de organizar sindicatos dessa categoria. Não é uma coincidência que Alicia Garza seja uma das mulheres co-fundadoras do movimento Vidas Negras Importam. Mesmo assim, ainda não temos um sindicato de trabalhadoras domésticas (Palestra de Angela Davis na Universidade Federal da Bahia, no dia 25/07/17, transcrição feita por Naruna Costa¹⁸)

Em visita mais recente ao Brasil, no *II Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 anos - Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres negras movem o Brasil*, realizado em dezembro de 2018 em Goiânia (GO), Angela Davis reiterou a importância dessa luta e dessas mulheres, como descreve Milca Martins:

Lá em Goiânia eu tive o prazer de conhecer a Angela Davis, menina, que mulher espetacular é aquela! No segundo dia do encontro ela fechou a fala dela assim: “– Todas as mulheres que estão aqui presentes, nós temos por obrigação, devemos a essas mulheres negras, trabalhadoras domésticas, nós devemos a elas, porque são 80 anos de organização, não é fácil.” Ela pediu uma salva de palmas para as trabalhadoras domésticas do Brasil que estavam presentes, e para aquelas que já partiram também para outra dimensão. E aí ela falou assim: “– Nós ainda precisamos aprender muito com essas mulheres!”. Poxa, eu fiquei assim encantada! Porque ela é uma mulher negra, militante, e referência, e agora eu falando com você de Creuza, Laudelina, eu me lembrei dela falando da gente, que mulher espetacular! (Milca Martins, 50 anos, direção do Sindoméstico, informação verbal, fornecida em 03 de abril de 2019).

Desta forma, a atuação política de Creuza Maria Oliveira mostra-se de fundamental relevância não apenas para a articulação das trabalhadoras domésticas enquanto categoria na Bahia e no Brasil, mas também, e talvez sobretudo, enquanto contribuição fundamental no estímulo à organização coletiva das mulheres negras e para a disputa de nossas pautas em uma sociedade marcada por opressões de raça, gênero e classe.

¹⁸ Palestra completa disponível em: <<https://lucianagenro.com.br/2017/07/o-discurso-completo-de-angela-davis-na-ufba/>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

2.3 SINDOMÉSTICO BAHIA: HÁ 29 ANOS EM “LUTA E RESISTÊNCIA PELA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA”

O Sindicato de Trabalhadores Domésticos da Bahia completou, em 13 de maio de 2019, vinte e nove anos de existência e tem como bordão “*Sindoméstico Bahia: Luta e Resistência construindo Cidadania*”¹⁹. Ele é o único sindicato da categoria neste estado, sendo que o trabalho doméstico representa 16,2% das mulheres economicamente ocupadas em Salvador (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, 2018), o que equivale a 111 mil mulheres, sendo 94,8% dessas, mulheres negras.

Segundo o levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2018, o total de mulheres no trabalho doméstico remunerado em Salvador em 2017 era de 96,8%, ou seja, apenas 3,2 % dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador eram homens (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2018). A nível nacional, a categoria é formada por aproximadamente sete milhões de trabalhadoras e trabalhadores, sendo 92,3% desse total, mulheres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deste ano. Esses dados nos autorizam afirmar, portanto, que essa categoria profissional em Salvador é majoritariamente formada por mulheres negras.

O Sindicato fica localizado à Av. Vasco da Gama, 682, Ed. Juremeiro, 1º andar, no bairro da Federação – área central da cidade. Tem sede própria, adquirida em 1993 (BERNARDINO-COSTA, 2015), que conta com uma sala de espera ampla, onde fica a recepção e onde também são realizados cursos, oficinas e as reuniões mensais. Há duas salas para atendimento, duas salas de trabalho para contador e advogado, dois banheiros (um para o público, outro para funcionárias), cozinha e dispensa.

Atualmente, conta com dois funcionários que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a secretária e o contador²⁰. O restante do trabalho é realizado pelos membros da diretoria, que trabalham de forma voluntária, em regime de escala, prestando atendimento ao público. Funciona de segunda a quinta-feira (devido à baixa procura no ano de 2018, foi necessário suspender o atendimento da sexta-feira), oferecendo atendimento às trabalhadoras com orientações e assessorias contábil e jurídica, à efetivação dos direitos

¹⁹Mais informações disponíveis no site oficial do Sindoméstico: <<https://sindomesticobahia.wordpress.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

²⁰Arquivo SINDOMÉSTICO. Acesso em: novembro de 2018.

trabalhistas, escuta e encaminhamento em casos de acusação de roubo, assédio sexual e racismo.

O sindicato dispõe de uma publicação trimestral, o jornal *O Quente*²¹, que publiciza a agenda e informações sobre a formalização do trabalho doméstico. Através de cartilhas, cursos de formação e capacitação em parceria com instituições governamentais e não governamentais (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE; Instituto Aliança; Instituto Dom Bosco; Universidade Federal da Bahia – UFBA etc) o Sindoméstico atua na qualificação da categoria. As reuniões de sócias acontecem no segundo domingo de cada mês entre março e dezembro, sendo abertas para associadas e comunidade em geral.

Atualmente, o sindicato conta com 2.250²² associadas, do universo de 111 mil trabalhadoras da Região Metropolitana de Salvador (RMS), o que é um número muito reduzido diante do todo, representando cerca de 0,02% do total. Esses números demonstram que a adesão ao sindicato ainda é muito baixa, o que pode ser atribuído à dificuldade para mobilização e à condição através da qual o trabalho doméstico é realizado: em domicílios e de forma isolada. Segundo Angela Figueiredo (2011), a falta de mais espaços coletivos para a categoria também dificulta essa articulação. Salientamos que a organização das trabalhadoras domésticas é efetiva em termos de atuação, mas infelizmente, ainda alcança um número reduzido de mulheres. O fato de não existirem sindicatos no interior da Bahia, por exemplo, dificulta essa mobilização e sobrecarrega as poucas militantes que atuam na diretoria do órgão, sediado em Salvador.

O sindicato, desde que era uma associação (entre 1986 e 1990), vem trabalhando incansavelmente no sentido de ampliar as suas ações a fim de atrair cada vez mais trabalhadoras para participar das reuniões e atividades, empenhando-se para que essas possam ser conscientizadas sobre seus direitos e deveres, contribuindo com a luta contra a informalidade e desrespeito à profissão.

Assim, fazem palestras em instituições públicas e privadas, a exemplo de escolas noturnas, equipamentos da Assistência Social (Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, e Centro Especializado e Assistência Social - CREAS), creches públicas etc, divulgando informações acerca dos direitos trabalhistas e da história dessa luta sindical para as trabalhadoras, ressaltando a importância da sindicalização como contribuição e

²¹O Quente – Boletim Informativo dos/as Trabalhadores/as Domésticos do Estado da Bahia, publicação trimestral, com tiragem de 4000 exemplares. Em agosto/2018, completou a 129ª edição.

²²Arquivo SINDOMÉSTICO. Acesso em: novembro de 2018.

fortalecimento à luta da categoria. Participam também de eventos em articulação com movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro Unificado e da Rede de Mulheres Negras²³, e organizam eventos próprios, a exemplo da Semana de Valorização do Trabalho Doméstico, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE).

Os membros da diretoria do Sindicato participam organicamente de outros movimentos sociais, conforme destacado acima. Desde 1983 participam do Movimento Negro Unificado (MNU) e em 1986 começaram a integrar o Conselho Municipal da Mulher (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Em 2011 passaram a integrar a Rede de Mulheres Negras da Bahia, o que amplia a atuação e a articulação política desse sindicato, no sentido da luta contra a discriminação racial, que tem como um exemplo prático a luta contra a proibição do acesso das trabalhadoras pelo elevador social nos edifícios, a qual rendeu várias ações do sindicato junto ao Ministério Público da Bahia em 1997 (BERNARDINO-COSTA, 2015).

O sindicato tem proposto e participado de atividades no sentido da qualificação profissional para a categoria e da articulação política para a efetivação dos direitos conquistados com a aprovação das recentes PEC das Domésticas (EC 72/2013) e a Nova Lei do Trabalho Doméstico (LC 150/2015), e tem investido em cursos de qualificação profissional (Cuidadora de Idosos, Empreendedorismo, Técnicas de Congelamento, em parceria com a SETRE, através do Programa Qualifica Bahia²⁴). Essas ações de investimento em qualificação profissional são prioridade do sindicato, que reconhece a necessidade de valorização das profissionais, também através do incentivo à escolarização.

Cabe ressaltar que o sindicato da Bahia contribuiu para a formulação e protagonizou a execução da primeira política pública voltada para o trabalho doméstico no Brasil, que foi o *Projeto Trabalho Doméstico Cidadão*, o qual estava previsto para 210 trabalhadoras em sete

²³ O Movimento Negro Unificado, reconhecido pela sigla MNU, é um coletivo de ativismo político voltado para o enfrentamento ao racismo e defesa dos direitos das populações negras no Brasil, fundado em 18 de junho de 1978, no município de São Paulo, a partir de uma reunião de entidades negras.

A Rede de Mulheres Negras da Bahia é uma “articulação feminista negra, de esquerda, autogerida e organizada horizontalmente” (<https://www.instagram.com/rededemulheresnegras/>). Foi idealizada em 2012 e é composta por organizações de mulheres negras, mulheres negras autônomas e grupos diversos, com diferentes orientações políticas, sexuais e religiosas.

²⁴O Programa Qualifica Bahia é uma ação do Governo do Estado da Bahia via Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), que tem o objetivo de promover a inserção no mundo do trabalho através de ocupações alternativas para geração de renda. O Instituto Aliança foi o parceiro executor desses módulos, em parceria com o Sindoméstico. Para mais informações, ver em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178>>. Acesso em: 13 de nov. de 2018.

cidades de seis estados brasileiros: Salvador (BA), Aracaju (SE), Recife (PE), São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Campinas (SP), mas, por conta de problemas orçamentários, foi executado o projeto piloto apenas aqui em Salvador de 2005 a 2007, para trinta trabalhadoras domésticas, no bairro da Mata Escura. Esse projeto teve como objetivo a elevação de escolaridade e a qualificação social e profissional das trabalhadoras, envolvendo também oficinas temáticas e cursos de formação que visavam o exercício da cidadania e o fortalecimento da auto-organização das trabalhadoras domésticas (ALVES, 2013).

Também no escopo do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão houve a previsão de ações de investimento em moradia, pauta antiga na luta da categoria, visto que não ter para onde ir faz com que elas fiquem sujeitas à exploração de seus patrões, principalmente quando ainda não havia a delimitação de carga horária nem direito ao horário de descanso. Além disso, morar na casa dos patrões as expõe mais à violência sexual perpetrada por eles, à perda de sua autonomia e de sua identidade, além do isolamento social (FIGUEIREDO, 2011; BERNARDINO-COSTA, 2015). Em resposta a essa demanda foi inaugurado em setembro de 2012 o Conjunto Habitacional 27 de Abril²⁵ pelo governo do Estado da Bahia, sobre o qual discorreremos na seção a seguir.

2.4 O CONJUNTO HABITACIONAL 27 DE ABRIL: TRANSFORMANDO UM SONHO EM DIREITO

O Conjunto Habitacional 27 de Abril foi a primeira política pública habitacional exclusivamente voltada para a categoria das trabalhadoras domésticas no Brasil. O condomínio foi construído no ano de 2012, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), no âmbito do *Programa Casa da Gente*, sendo uma iniciativa do Sindoméstico-Bahia e FENATRAD, em parceria com os governos do estado e Governo Federal, ambos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

O condomínio fica localizado no bairro Doron, na região do Cabula, e possui quatro prédios com oitenta e oito apartamentos. Os prédios possuem nomes em homenagem a trabalhadoras domésticas que atuaram no movimento sindical no Brasil: PRÉDIO I - Maria José Alves, PRÉDIO II - Maria das Graças, PRÉDIO III - Lenira Carvalho e PRÉDIO IV -

²⁵Mais informações disponíveis em: <<https://conjunto27deabril.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Teófila Nascimento. O condomínio possui uma creche (ainda sem funcionamento), parque para as crianças, estacionamento e uma área comum com bancos, que as moradoras chamam de “pracinha”. Foram contempladas cinquenta e cinco trabalhadoras cadastradas pelo sindicato e vinte e cinco mulheres cadastradas pela CONDER, também trabalhadoras domésticas (DANTAS, 2014).

O Conjunto Habitacional 27 de Abril é a segunda iniciativa de política pública de moradia para trabalhadoras domésticas no Brasil; a primeira foi em Pernambuco, em 1989, a Vila 27 de Abril, também fruto da luta protagonizada pelo sindicato da categoria, o Sindicato dos Domésticos de Pernambuco, que conseguiu essas casas junto à Companhia de Habitação de Pernambuco (Cohab)²⁶. Como resultado dessa mobilização, do total de noventa casas de habitação popular em construção no bairro do Ibura, que fica às margens da BR 101, vinte e cinco foram destinadas a trabalhadoras domésticas.

Infelizmente, essa comunidade enfrenta dificuldades com relação à assistência pelo poder público, pois, sendo situada entre Recife e Região Metropolitana, não pertence legalmente a município nenhum, o que faz com que as prefeituras justifiquem a falta de assistência por não serem responsáveis pela localidade. As ruas continuam sem asfalto e o transporte público não chega ao local de forma satisfatória, dificultando o acesso ao posto de saúde e escola mais próximos²⁷, o que comprova a pouca importância conferida pelos governantes a essa categoria profissional, composta em sua maioria por mulheres negras empobrecidas.

O exemplo citado é resultado do descaso do poder público à população que mora nas periferias das cidades, como podemos ver também em Salvador, e comprovar com os depoimentos das mulheres que fazem parte do Coletivo Creuza Oliveira, no bairro da Mata Escura. As moradoras relatam que esse descaso se dá por conta do preconceito e do racismo e sexismo em relação à sua profissão, ainda muito desvalorizada socialmente, o que pode ser estendido para a população periférica. Esta situação é evidenciada nas falas das entrevistadas, como pode ser observado no trecho a seguir:

Fico triste, não tem uma área de lazer, um parque para levar as crianças, não tem um lugar **seguro**, você não pode nem ficar na porta de casa!

²⁶ A vila 27 de Abril, entretanto, não é exclusivamente voltada para trabalhadoras domésticas, embora esta categoria tenha sido beneficiada com uma quantidade de casas dentro conjunto habitacional.

²⁷ Mais informações sobre o conjunto habitacional “Vila 27 de Abril”: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/08/21/interna_vidaurbana.760660/vila-27-de-abril-a-historia-de-luta-das-trabalhadoras-domesticas-pern.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Minhas reivindicações: um atendimento no posto de saúde de qualidade, que profissionais que atendessem com precisão, que o CRAS funcionasse corretamente, você tem uma, as que só lhe ouvem de imediato, seria bom um psicólogo, seria bom se estivessem na comunidade para acompanhar essas famílias que não sabem que conseguem ser atendidas em outros lugares, não conseguem sair daqui; lazer para as crianças, estão abandonadas, a gente cria presa em casa, presas na televisão e no celular, e mais segurança, porque os policiais quando entram trazem mais insegurança, assustam mais do que trazem paz. Não estou defendendo o tráfico, também não apoio, mas os policiais também não ajudam (Entrevista. Nilvanildes Cruz, 31 anos, integrante do Coletivo Creuza, moradora do bairro da Mata Escura).

Por ser uma categoria discriminada, as trabalhadoras domésticas enfrentam mais essa dificuldade, seja na Vila 27 de Abril em Pernambuco, seja no bairro da Mata Escura ou no Condomínio 27 de Abril, em Salvador, que ainda luta pela regularização da documentação dos apartamentos e pelo funcionamento da creche.

Na próxima seção apresentamos um breve histórico da organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil, que começou na cidade de Santos (SP), e obteve conquistas importantes ao longo desses oitenta anos, sendo referência mundial.

2.5. DE DONA LAUDELINA DE CAMPOS MELO A CREUZA OLIVEIRA, “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”

O aprendizado adquirido a partir do processo de luta por equiparação de direitos sociais e trabalhistas pelas mulheres trabalhadoras domésticas diretoras e associadas ao Sindoméstico-Bahia, do investimento em formação político-cidadã, bem como em qualificação profissional, através de práticas associativas e solidárias, tem rendido muitos frutos de luta e resistência. As mulheres integrantes do sindicato têm feito cada vez mais articulações em rede com movimentos sociais, órgãos públicos, escolas e universidades, pautando e garantindo o debate sobre as demandas das mulheres negras trabalhadoras domésticas nesses espaços e participando da agenda de lutas do movimento de mulheres negras.

A inspiração primeira para esse engajamento chama-se dona Laudelina de Campos Melo (PINTO, 2015; 2018; BERNARDINO-COSTA, 2007), trabalhadora doméstica que desde antes de fundar a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil, em Santos (SP), em 1936, lutou pela profissionalização do trabalho doméstico e contra o racismo, participando também da Frente Negra Brasileira. O trabalho era desenvolvido

reunindo-se em grupos nas comunidades e nos bairros para “conscientizar negros, para pensar em estratégias para “elevação da raça”²⁸, o que era feito através de reuniões, festas e passeios.

Aos dezesseis anos Laudelina tornou-se presidente do grupo 13 de Maio, formado por vizinhos negros e negras para promover suas festas, já que eram impedidos de frequentar os mesmos espaços recreativos que as pessoas brancas (PINTO, 2018). Depois, junto com o marido e com o apoio da igreja Católica, ela iniciou um trabalho assistencial recolhendo empregadas domésticas em situação de rua por conta do abandono de seus patrões (PINTO, 2018), criando grupos para alfabetização e ajudando também a suprir necessidades básicas, como roupas e remédios, principalmente àquelas que tinham sido desempregadas e desamparadas pelos patrões, que por conta do não cumprimento dos direitos trabalhistas não eram obrigados a arcar com essas despesas.

Dona Laudelina atuou também nas comunidades de periferia junto à Igreja Católica, organizando reuniões, festas, pautando a luta por creches, tão importante para as mulheres das comunidades de periferia. Engajada fundamentalmente na luta pela inclusão social da população negra, defendia a união entre a classe operária, a mulher e o negro, por entender que esses três grupos eram os mais socialmente vulneráveis e, por isso, precisavam se unir para a sua representação política efetiva.

Ainda assim, ela tinha a consciência de que “a união da raça em torno de um projeto político” pela qual ela tanto lutou não seria “para esse século”, “porque o negro não vota no negro, assim como a mulher não vota em mulher, trabalhador vota no patrão, e assim seguimos” (PINTO, 2018, p. 122). Ela atribuía esse fato à capacidade dos brancos, que sempre tiveram o poder, de recriar as formas de manipular, de fazer com que os próprios negros reproduzissem o racismo, tornando-se competitivos entre si, enfraquecendo o sentimento de coletividade.

A demanda por acesso à educação para as trabalhadoras domésticas vem tentando ser resolvida pelos sindicatos desde sempre. A materialização dessa luta enquanto política pública se deu através do *Projeto Trabalho Doméstico Cidadão* (ALVES, 2013), que tinha em um de seus módulos a “elevação da escolaridade”.

Dona Laudelina reiterava à necessidade do reconhecimento do trabalho doméstico enquanto profissão e de qualificação profissional quando dizia: “Precisamos ter um

²⁸Fala de Laudelina Campos de Melo retirada do Documentário Laudelina, suas lutas e conquistas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

departamento de arte culinária e economia doméstica”²⁹, inclusive, com “diploma na mão”, pois, segundo ela, só as pessoas que tem um diploma são reconhecidas pela sociedade enquanto profissionais. Em tendo sido as tarefas domésticas relegadas às mulheres pela divisão sexual do trabalho, e diante da herança escravista do trabalho doméstico às mulheres negras, é necessário que o trabalho doméstico remunerado se desvincule dessa herança, para que seja entendido como um trabalho digno de remuneração e de direitos garantidos, assim como as outras categorias profissionais.

Nesse sentido, o sindicato da Bahia tem investido em formação para a cidadania através de oficinas formativas e informativas sobre os direitos trabalhistas, por exemplo, e em qualificação profissional, prosseguindo com o incentivo à participação política das mulheres trabalhadora domésticas nas lutas que pautam os direitos da categoria e na luta do movimento de mulheres negras através da articulação com os movimentos sociais que as representam.

A diretoria se queixa de que são poucas as pessoas para dar andamento e continuidade a esse trabalho. Diante disso, utilizaram a estratégia de palestrar nas escolas públicas à noite, pois geralmente as trabalhadoras domésticas estudam nesse turno, nos CRAS³⁰ do município de Salvador, onde muitas mulheres assistidas são trabalhadoras domésticas desempregadas, em associações de moradores e creches, levando informações sobre os direitos trabalhistas, sobre o Sindicato, mobilizando para a sindicalização, e com esse mesmo fim, tiveram a iniciativa de reunir mulheres do bairro da Mata Escura (Salvador-Bahia), local onde moram Creuza Maria Oliveira e Milca Martins Evangelista, atuais presidenta e secretária geral do Sindoméstico-Bahia, respectivamente, em uma manhã de domingo, o que resultou em um grupo que se reúne todo último domingo de cada mês, a fim de ampliar as discussões e traçar estratégias para as questões que as acometem. Esse grupo se tornou o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, objeto principal dos investimentos desta pesquisa.

Ainda sobre as ações do sindicato, a diretoria tem feito viagens para organizar e fortalecer os núcleos de trabalhadoras domésticas pelo interior do estado (Vitória da Conquista e Feira de Santana), através de capacitações em organização sindical e formação sobre o histórico de luta da categoria, e da discussão das demandas das mulheres negras

²⁹Idem.

³⁰ Centros de Referência da Assistência Social, unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Fonte: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/ptecao-social-basica-1/cras-paif>>. Acesso em 04 fev. 2019.

trabalhadoras, a exemplo de creches públicas, do combate à violência e ao racismo, da valorização da profissão, o que envolve também a autoestima dessas mulheres. Com esse intuito, tivemos três oficinas tratando diretamente desses temas: *Outubro Rosa - Saúde da mulher negra* (Sindoméstico - Outubro/2017); *Valorização da beleza negra, empreendedorismo negro e autoestima* (Coletivo Creuza - Julho/ 2018); e *Pise no seu preconceito* (Coletivo Creuza - novembro/2017), as quais serão descritas no terceiro capítulo deste trabalho, referente à pesquisa de campo.

A diretoria do sindicato participa de eventos que pautam o combate ao racismo e a valorização da autoestima da mulher negra representando a entidade, a exemplo do *VI Encontro de Adolescentes e Jovens da ACOPAMEC*, na Casa de Abrigo da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC³¹ (Salvador-BA), em agosto de 2018, pautando a discussão sobre *Empoderamento Feminino*. O curso de alfabetização oferecido pelo Coletivo Creuza é também considerado uma ação de elevação da autoestima das mulheres, pois, segundo elas, o fato de não saberem ler nem escrever lhes confere a ideia de que o seu trabalho deve ser menos valorizado e que por isso elas devem aceitar as condições e o pagamento que os patrões decidirem.

Essa ideia vem sendo combatida pelas trabalhadoras organizadas em cada ação realizada, reforçando o valor e a importância do trabalho doméstico para a sociedade, como segue:

Se a categoria parar, o Brasil para. Se as pessoas não tiverem a trabalhadora cuidando de suas casas, de seus filhos, de suas coisas, como vão poder sair para trabalhar? As pessoas precisam aprender a tratar a gente melhor, pois cuidamos do que elas têm de mais precioso: suas famílias, em seu lar. Por isso, o nosso trabalho é tão importante quanto qualquer outro (Creuza Maria Oliveira, 61 anos, presidenta do Sindoméstico, fala em audiência pública na sede da OAB/BA, intitulada: *Negros e Habitação - Reflexões acerca da especulação imobiliária*, em 30 de novembro de 2016).

Essa fala de Creuza e os relatos das trabalhadoras quanto à forma como são tratadas em seu local de trabalho são revoltantes. Isso mostra o quanto a nossa sociedade racista denota a forma colonizada de pensar e tratar as pessoas negras, que foram relegadas a ocupar

³¹ A Associação das Comunidades Paroquiais de mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC tem como missão promover a formação e a proteção integral de crianças e jovens de 0 a 24 anos, através do acolhimento, educação infantil, atividades no contraturno escolar e capacitações profissionais. A associação é vinculada a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e fica localizada na Mata Escura, onde atua desde 1989. Fonte: <acopamec.org.br>. Acesso em 11 de junho de 2020.

os lugares subalternizados na divisão social do trabalho, sendo colocadas na base da nossa pirâmide social, como resquício do período escravocrata, o que é retrato da falta de responsabilidade social, reparação e cuidado para com o nosso povo preto. Nesse sentido, a atuação do Sindicato é importante não apenas na disputa pela garantia e efetivação de direitos sociais, mas também enquanto espaço de reflexão e acúmulo coletivo sobre questões estratégicas, como as diversas opressões às quais as mulheres negras encontram-se submetidas. É, assim, um espaço de formação e ação política, protagonizado por mulheres negras trabalhadoras, e instrumento por meio da qual estas militam por suas demandas sociais.

Esta perspectiva justifica e ao mesmo tempo impulsiona a constituição do Sindicato também enquanto espaço de socialização. As festas para confraternização são, assim, uma tarefa importante do Sindicato, já que o lazer é algo bastante comprometido na rotina das trabalhadoras. A maior delas é a feijoada solidária, que acontece no final de cada ano para reunir as sócias e não sócias e parceiros, com a função de angariar fundos para os custos.

Durante a pesquisa de campo ocorreram três viagens para reuniões com os núcleos de trabalhadoras (Vitória da Conquista, Guanambi e Jequié), e palestras em CRAS e associações de moradores. Foram realizadas em média duas palestras em escolas noturnas e creches de bairros periféricos por mês. Também ocorreram panfletagens nos bairros e estações de ônibus e metrô, com distribuição do jornal *O Quente*, fomentando a mobilização para as reuniões ordinárias do Sindicato.

As agendas políticas são prioridade, pois é através delas que o sindicato consegue firmar parcerias importantes para a realização dos cursos de formação e dos cursos profissionalizantes. As principais parceiras nesse sentido atualmente são a SETRE, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

O combate à violência é pauta recorrente, sobretudo no trabalho doméstico, ou seja, no local de trabalho. No caso das meninas negras isso se torna ainda mais estratégico, devido à vulnerabilidade ao trabalho infantil e negação de direitos de forma geral, como a educação e o lazer. Se não for rompido, o ciclo da negação de direitos para as meninas tende a se perpetuar na idade adulta, sendo a própria violação dos direitos trabalhistas uma possibilidade real, conforme aponta Milca Martins:

Uma das nossas ações é por moradia, precisamos de mais, para diminuir a vulnerabilidade de estarmos expostas morando nas casas dos patrões,

também lutamos por creches públicas, é muito importante para as mulheres, deixar nossos filhos com segurança, é um impacto muito forte na vida das mulheres negras trabalhadoras, mães solteiras, e a luta contra a violência, e a autoestima, porque precisamos superar as violências que sofremos, desde a infância, e na idade adulta continuamos sofrendo violência, e trabalhar a autoestima é muito importante, que elas se vejam como indivíduos, seres humanos, cidadãs, o respeito, a valorização da mão de obra. (Milca Martins, 49, direção do Sindoméstico, informação verbal, fornecida em 10 abr. 2019).

A fala de Milca Martins é prova de que a agenda de luta do Sindoméstico e das trabalhadoras em si é permanente, uma vez que a luta pelos direitos não cessa com as conquistas, mas pelo contrário, se revigora e se fortalece, engajando-as em outras pautas, que vão desde ao combate à informalidade na profissão passando pela valorização e autoestima das trabalhadoras. Através da demanda da garantia dos direitos trabalhistas o sindicato busca assegurar o exercício da profissão como sendo uma opção, e não uma atividade desenvolvida por falta de oportunidades, como tem sido historicamente para as mulheres negras. O sindicato defende que as pessoas escolham ser trabalhadoras e trabalhadores domésticos, com carga horária respeitada, carteira de trabalho assinada, o que garante os direitos trabalhistas, e que sejam tratadas como profissionais, e não que o façam por falta de opção e em condições indesejáveis e precárias, o que as coloca em um lugar subalternização e vulnerabilidade.

O acesso à saúde, por exemplo, é um direito ainda não assegurado pela legislação, e o sindicato denuncia que muitas queixas recebidas se referem ao fato de que os patrões não liberam as trabalhadoras para consultas e procedimentos médicos em dias de trabalho, nem aceitam os atestados médicos para abonar as faltas. O tema da saúde da trabalhadora doméstica não foi explorado nessa pesquisa, mas considero importante destacar esse aspecto, que faz parte das demandas do sindicato.

O tópico seguinte traz informações mais detalhadas sobre o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, sua localização, o perfil das mulheres que o compõem, e sua metodologia de trabalho, que tem o objetivo de divulgar as ações do Sindoméstico e fortalecer a organização da categoria.

2.6 DO SINDICATO AO COLETIVO CREUZA MARIA OLIVEIRA: A RESISTÊNCIA ÀS MÚLTIPLAS OPRESSÕES

O Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira é um grupo de mulheres que foi criado a partir da experiência da atuação política dentro do Sindicato de trabalhadoras domésticas da Bahia – Sindoméstico, mulheres estas que vivem no bairro da Mata Escura, periferia de Salvador-BA. Surgiu em dezembro de 2016, como “Grupo de Mulheres da Mata Escura e Região”, desde então reúne mensalmente mulheres, majoritariamente negras, trabalhadoras domésticas, que pautam questões do seu cotidiano, familiar e de trabalho, as quais elas se propõem a socializar e discutir, a fim de pensar em estratégias de encaminhamento e de minimização dos problemas que as acometem.

A sede do Coletivo é uma sala da casa de Milca Martins Evangelista, 49 anos, trabalhadora doméstica desde os sete anos de idade, que conheceu Creuza Oliveira no Bairro da Mata Escura, e graças a essa convivência filiou-se ao Sindoméstico, em 2010. Para desenvolver trabalhos nessas comunidades o sindicato conseguia espaços de escolas e eventualmente da associação do bairro, mas esses espaços eram limitados. Portanto, se fez importante ter um espaço próprio.

Milca Martins, membro da diretoria do sindicato desde 2012, é a principal responsável por esse grupo de mulheres. Ela começou a sua trajetória na direção do Sindoméstico como suplente da Tesouraria (2012-2015), logo depois exerceu o cargo executivo de Diretora de Formação Sindical e de Estudos, quando surgiu o Coletivo, e em 2017 foi eleita Secretária Geral (2017-2020).

Segundo Milca Martins, a falta de dinheiro para o transporte é um grande empecilho para que muitas mulheres saiam dos bairros para participar das reuniões do sindicato aos domingos, e por isso traçaram essa estratégia, de “levar o sindicato até elas”, e de mostrar a essas mulheres que juntas podem se organizar para pautar as suas questões, as quais são comuns a tantas mulheres negras que moram nos bairros da periferia de Salvador. Ela chegou ao bairro no ano de 1991 e relata que “só tinha mato”, inclusive aonde são os bairros Santo Inácio e Calabetão, vizinhos.

Esses bairros, localizados na região do Cabula, ficam próximos à Rodovia Federal BR-324. Com relação ao número de habitantes, são considerados muito populosos, sendo que a

Mata Escura possui 32.349 habitantes, Jardim Santo Inácio encontra-se com 8.670 habitantes e o Calabetão com 7298 habitantes³².

O bairro da Mata Escura fica nas proximidades da BR 324, na saída da cidade de Salvador em direção ao interior do estado da Bahia, inclusive sendo esse bairro o primeiro a inaugurar a expansão interiorana da capital Salvador. No local existia uma cerrada mata atlântica, e por isso recebeu esse nome.

No século XIX, as terras eram propriedade de uma senhora, “dona Felicidade”, tendo sido arrendadas e loteadas. No início do século XX foi instalado um importante terreiro de Candomblé no local, o Terreiro do Bate-folha, que existe até hoje e é tombado como patrimônio histórico e cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1930 o bairro começou a ser povoado com casebres. Data dessa época também a construção de duas represas (Prata e Mata Escura) no Rio Camurujipe, que passa por essa região, para abastecer a cidade.

Na década de 1950 foi construída a Penitenciária Lemos de Brito, o maior complexo penitenciário do Estado, e a partir de 1980, por conta do avanço urbano na cidade, foram construídos condomínios residenciais e a parte ao sul da penitenciária foi povoada por ocupações, na parte remanescente da mata³³. É justamente nessa localidade onde moram as mulheres trabalhadoras domésticas que fazem parte do coletivo, local no qual também fica situada a sua sede.

Segundo Milca Martins, o local onde ela mora era lugar aonde colocavam as oferendas do terreiro do Bate Folha. Ela relata sobre a sua chegada ao bairro:

Cheguei aqui eu junho de 1991. Chegando aqui, eu invadi; hoje o nome é ocupação, antigamente era invasão. Invadi, peguei um pedaço de terreno e construí minha casa através do trabalho doméstico. Uma amiga me falou: “Milca, tem uns terrenos vazios lá pros lados do Cabula. Lá é massa, velho! Tem pouca gente ainda, dá pra gente se arranjar por lá e construir devagarzinho o nosso barraco. Se você quiser, eu te levo lá”. Aí eu vim com ela, gostei, e finquei meu pedaço de madeira no chão, e fiquei, e tô até

³²Dados da prefeitura bairro do Cabula/ Tancredo Neves, situada no bairro do Resgate, responsável pelo atendimento desses três e de mais dezenove bairros da região (Sussuarana, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Pernambués, Arenoso, Beiru/Tancredo Neves, Arraial do Retiro, Barreiras, Cabula, Cabula VI, Doron, Engomadeira, Granjas Rurais Presidente Vargas, Narandiba, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo, Saramandaia). Mais informações disponíveis em: <<http://www.prefeiturabairro.salvador.ba.gov.br/index.php/idades/cabula-tancredo-neves>>. Acesso em: 17 out. 2018.

³³Extraído de <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=77>. Acesso em: 08 nov. 2018.

hoje. Moro aqui desde os meus vinte e dois anos de idade, no meu próprio barraquinho, sou muito feliz por ter tomado essa atitude, e foi aonde eu conheci Creuza Oliveira, minha vizinha, a qual essa mulher fez uma transformação na minha vida. Não só ela, mas quando eu trago ela, eu trago o sindicato (Milca Martins Evangelista, entrevista realizada em 21 de outubro de 2018).

O Terreiro de Candomblé do Bate-Folha³⁴ ainda existe, é o maior da cidade em termos espaciais e um dos mais antigos em atividade, era local de acolhimento e de cura de negros escravizados fugidos do Recôncavo Baiano à época da escravidão através de remédios feitos com ervas e folhas pisadas no pilão, sendo que 70% da área do terreiro é composto por mata virgem, onde estão preservadas árvores centenárias, frondosas, consideradas sagradas. Assim, a Mata Escura era o local perfeito para que os negros fugitivos do trabalho escravo se escondessem.

Os bairros periféricos de Salvador possuem vários problemas comuns com relação à infraestrutura (saneamento básico e limpeza urbana etc.), transporte e segurança pública. Inclusive, nos dois primeiros anos de existência, duas reuniões do Coletivo foram desmarcadas por conta de conflitos entre facções locais por disputas de pontos de tráfico de drogas etc. Outra, por conta dos alagamentos causados pelas fortes chuvas devido às precárias condições de infraestrutura, impossibilitando o acesso ao bairro. Essa falta de atenção e de investimento do poder público em áreas periféricas é historicamente fundamentada, conforme atesta Paulo Henrique de Almeida (2008) em seu artigo *A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana*, publicado no livro *Como anda Salvador e sua região metropolitana*, ao analisar a trajetória socioeconômica da cidade de Salvador no século XX, chegando à seguinte conclusão:

Viu-se que as deformações históricas da estrutura econômica da Bahia e da RMS podem ajudar a compreender o problema: 1°) a lenta expansão da agricultura capitalista stricto sensu no estado e a ausência de uma agroindústria dinâmica no *hinterland* imediato da capital; 2°) a ausência de uma base industrial diversificada e uma indústria produtora de bens intermediários, intensiva em capital e pouco integrada à economia local; e 3°) a renda pessoal hiperconcentrada (ver Almeida; Damasceno, 2005a, 2005b). É indispensável, contudo, agregar a essas causas dois outros fatores fundamentais: a ausência de uma política local de desenvolvimento

³⁴IPHAN – Salvador – terreiro de Candomblé do Bate-Folha: <<http://www.ipatrimonio.org/?p=19577#!map=38329&loc=-12.937182000000012,-38.463996000000016,17>>; MORIM, Júlia. *Terreiro do Bate Folha*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/terreiro-do-bate-folha/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

e uma política estadual desenvolvimentista descolada da realidade econômica da cidade (ALMEIDA, 2008, p. 45).

Além da falta de investimento em infraestrutura, era comum ouvirmos nas reuniões do grupo queixas com relação à ausência de políticas públicas para jovens e crianças nessa região. Foi recorrente também o desabafo de mães que se encontram deprimidas por terem seus filhos, irmãos e companheiros envolvidos com o tráfico de drogas, sendo elas muitas vezes as responsáveis pelo sustento emocional e financeiro da família; houve relatos de violência policial no bairro, dentre outras questões.

Lélia Gonzalez (1979), historiadora, filósofa e feminista negra trouxe esse dado, ao denunciar as condições materiais de existência da comunidade negra como sendo parte de um projeto político de naturalização do lugar do negro e do lugar do branco na sociedade, hierarquizando-os, a saber:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia normalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (GONZALEZ, 1979 apud GONZALEZ, 1984, p. 233).

As periferias são, segundo Gonzalez (1984), os “lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão” praticadas pela ação policial. O Coletivo então é esse lugar de acolhimento entre essas mulheres que sofrem cotidianamente com a violência, seja ela doméstica, seja pelo medo da repressão policial a seus entes, e que buscam apoio e fortalecimento, conforme o relato que segue:

O Coletivo é uma realidade que a gente não vivia, e hoje a gente está vivendo. Representa tudo! Porque a nossa comunidade é uma comunidade carente, e pra gente não chegam as políticas públicas, não são disponibilizadas pra gente informações como deveria, e o público que a gente focou, que são as mulheres, somos jogadas pra escanteio. Então você começa a conhecer lá fora muitas oportunidades que são abertas, e que por você estar aqui na comunidade, você não sabe. Muitas aqui têm filhos no tráfico, a situação financeira está ruim, passando necessidade, o abandono do marido, a falta de dinheiro, de comida, tudo isso sobrecarrega! Então as mulheres precisam ser assistidas! Elas precisam ser ouvidas! Muitas foram abusadas sexualmente, estupradas até pelo próprio companheiro, precisam ceder a ele, porque ele é homem, mesmo ela não querendo. E o Coletivo é esse espaço de escuta, orientação e acolhimento entre nós (Nilvanildes da Cruz Silva, 36 anos, moradora da Mata Escura, técnica em segurança do trabalho, filha de trabalhadora doméstica, membro do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira. Entrevista realizada em 21 out. 2018).

A quase totalidade do Coletivo Creuza Oliveira é composta por mulheres trabalhadoras domésticas que estão desempregadas e vivem na informalidade, trabalhando como diaristas, pois tiveram seus direitos negados durante a vida laboral e se submetem a esse tipo de acordo por necessidade, ou por falta de opção, já que não possuem formação compatível para o exercício de outras profissões. O que as atrai ao Coletivo é a possibilidade de vivenciar um espaço livre de violências e a esperança na luta coletiva pela valorização e respeito à profissão que leve em consideração as suas necessidades enquanto mulheres negras, socialmente vulnerabilizadas, com baixa escolaridade, chefes de família, conforme relato que segue:

Porque no coletivo, a gente não vem pra conversar à toa, a gente vem para trabalhar, para trazer da realidade, do sofrimento, da violência doméstica contra as mulheres, eu mesma era uma que, meu marido já me bateu muito, hoje não bate mais, quem bate sou eu (risos). Através do coletivo eu vim saber até onde eu posso ir. Eu sei os meus direitos. Eu faço viagem, vou ver outras companheiras, ver outras histórias, então o coletivo veio para me fortalecer, para eu aprender, e trazer outras pessoas para aprender. Eu não sabia nada, nada, e através do coletivo eu aprendi muito, e quero saber mais (Ana Cristina Souza de Jesus, 39 anos, diarista, membro do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. Entrevista realizada em 21 de out. 2018).

O Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira completou em dezembro de 2018 dois anos de existência. Ele tem agregado mensalmente em reunião ordinária uma média de vinte e seis mulheres³⁵ em sua sede, na Rua Direta do Campo, n. 111, Mata Escura. Sendo um fruto

³⁵ Média obtida através da análise das listas de frequência das reuniões mensais do Coletivo.

do Sindoméstico, ou, como elas dizem: “uma cria do Sindoméstico”, as lideranças do grupo têm feito um trabalho de incentivo à participação dessas mulheres no Sindicato, pois um dos objetivos dessa iniciativa é o fortalecimento dessa entidade, que as representa.

Como metodologia de trabalho, o Coletivo utilizou os debates sobre temas concernentes à realidade das mulheres, que são mulheres negras e trabalhadoras domésticas em sua maioria, desempregadas. Apenas uma das mulheres do Coletivo é exclusivamente dona de casa, porque possui cinco crianças pequenas e cuida delas. As demais se encontram como diaristas ou vendedoras autônomas. Da média de vinte e seis mulheres participantes do Coletivo, três se identificam como brancas, duas delas estão empregadas, uma celetista e a outra não; a terceira é dona de casa. As outras vinte e três se autodeclararam negras.

A articulação de palestras com profissionais de outras organizações (MNU, CRAS, universidades, coletivos de mulheres de outros bairros), a participação em eventos e a interlocução com outras organizações de movimentos sociais (MNU, Rede de Mulheres Negras da Bahia, Conselho Municipal da Mulher, Movimento das Sete Mulheres³⁶) tem sido estratégias na formação política do grupo. Mulheres de organizações de outros bairros participaram das reuniões mensais para conhecer a história do Coletivo e trocar ideias e estratégias para alcançar cada vez mais mulheres. A maioria dos grupos visitantes lida com mulheres vítimas de violência doméstica, o que também acomete algumas mulheres da comunidade da Mata Escura e região, inclusive, por vezes, umas precisaram socorrer às outras no calor dos acontecimentos, para que não fossem mortas pelos companheiros.

Durante os dois primeiros anos do grupo, registramos duas ocorrências, nas quais, em plena madrugada, as vizinhas foram acionadas a socorrer a mulher que estava sendo violentada pelo companheiro. Em uma dessas ocasiões, Milca abrigou a mulher e os filhos em sua casa até que o dia amanhecesse para que pudessem tomar as providências legais cabíveis.

Segundo Patricia Hill Collins (1990), espaços alternativos que reúnem mulheres negras para pautarem suas demandas são tidos como espaços de resistência, pois neles as mulheres podem pensar e discutir livremente, de forma segura. Segundo a autora:

³⁶ O Movimento das Sete Mulheres de Salvador (MSTS) é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos. Ela é organizada através de núcleos de 7 mulheres nos bairros de Salvador-BA, fundada com o objetivo de combater as diversas formas de preconceito e discriminação: de gênero, raça/etnia, orientação sexual, credo, classe social, relacionadas a aspectos geracionais, dentre outras, e que busca promover o empoderamento das mulheres. Fonte: <<http://www.amatra5.org.br/noticias/entidade-que-combatera-discriminacao-contra-a-mulher-e-lancada-em-salvador>>. Acesso em: 05 mar. 2019; <https://www.facebook.com/pg/Movimento-das-7-Mulheres-1867693276867911/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Se a dominação pode ser inevitável como fato social, é improvável que ela permaneça hegemônica como uma ideologia no interior dos espaços sociais em que as mulheres Negras falam livremente. Esse domínio de um discurso relativamente seguro, mesmo que restrito, é uma condição necessária para a resistência das mulheres Negras. Famílias estendidas, igrejas e organizações da comunidade afro-americana são espaços importantes nos quais o discurso seguro potencialmente pode ocorrer. (COLLINS, 1990, p. 6).

Sendo o Coletivo Creuza sediado em uma cidade tão desigual quanto Salvador, entendemos a importância política desse espaço, inclusive, documentamos que é crescente o número de mulheres alcançadas por essa iniciativa, advindas de outros bairros e grupos que também demandam uma atenção diferenciada para as mulheres envolvidas. O Coletivo é um espaço aberto para acolher às mulheres e reservar a elas um espaço livre de violências, onde podem se expressar, sendo uma alternativa às negações sofridas cotidianamente a espaços tidos como socialmente privilegiados, por exemplo.

É importante ressaltar a importância do Sindoméstico para o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira, como comemora Francisco Xavier, 52 anos, trabalhador doméstico desde os dez anos de idade, filiado ao sindicato desde 2002, membro da direção desde 2010, e atual Secretário de Serviços e Apoio Social do sindicato:

É muito gratificante, você ver um coletivo desses, ele é fruto desse trabalho que o sindicato faz, ele investe nas diretoras, investe na gente, e Milca é um exemplo, ela hoje está à frente do coletivo, e que é um braço do sindicato. O coletivo trabalha essa questão da autoestima, trabalha para que essas mulheres percebam situações de exploração, aprenderem a combater a violência, tem até um trabalho de alfabetização, é uma iniciativa muito muito legal, que a gente fica feliz de ser contemporâneo de uma iniciativa como essa da companheira Milca. E homenageando Creuza, que infelizmente se homenageiam as pessoas importantes quando elas morrem, e o coletivo teve essa visão de homenagear em vida, e isso também é legal. E a gente fica muito feliz de ver a companheira tão engajada com isso, Milca é extraordinária, é uma das discípulas de Creuza que realmente tem nos orgulhado muito (Francisco Xavier, 52 anos. Direção do Sindoméstico. Entrevista realizada em 14 nov. 2018).

As pautas do Coletivo dialogam diretamente com as do Sindoméstico, visto que as lideranças e o público beneficiado têm o mesmo perfil: mulheres negras trabalhadoras domésticas, empregadas ou não, que moram em bairros periféricos de Salvador, que recorrem a esse trabalho por conta da baixa exigência de formação para o exercício da profissão, da vulnerabilidade à qual esse trabalho está sujeito por conta da pouca

regulamentação e fiscalização, embora já se tenha um avanço na legislação. A existência e atuação do Coletivo tem possibilitado às suas participantes oportunidades as quais elas não tiveram acesso durante toda a vida, a exemplo de cursos de alfabetização e de artesanato.

Nesse sentido, é de fundamental importância que uma iniciativa como essa seja visibilizada nos espaços acadêmicos, não apenas enquanto exemplo de ativismo de mulheres negras (CARDOSO, 2012; FIGUEIREDO, 2017, 2018), mas também porque se trata de uma ação de capilaridade e de fortalecimento do Sindoméstico-Bahia, como alternativa às dificuldades enfrentadas em sua prática. Esse foi o foco do meu investimento para essa pesquisa, embora o acompanhamento às ações e reuniões do Sindoméstico continuasse sendo feito, visto que se complementam.

O capítulo que segue aborda a produção científica acerca do trabalho doméstico no Brasil, sua origem na escravização da mão-de-obra das mulheres negras e a naturalização desse processo. Essa imposição social tem sido desconstruída pelo engajamento político da categoria. O último ponto discorre sobre como a articulação dos conceitos de gênero, raça e classe na práxis política das trabalhadoras domésticas organizadas faz com que elas se considerem “feministas da prática”. São reflexões fundamentais para a compreensão das estratégias e modos de articulação construídos pelas trabalhadoras domésticas diante das opressões advindas das desigualdades de gênero, raça e classe.

3 DA ESCRAVIZAÇÃO AO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: OS PERCALÇOS DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Neste tópico abordamos a literatura produzida sobre o trabalho doméstico no Brasil. A historiografia retrata como o trabalho das mulheres negras escravizadas era explorado e não remunerado, de acordo com a divisão social e sexual do trabalho, o que relegou às mulheres o trabalho reprodutivo, como se essa aptidão nos fosse natural. Angela Davis analisa a realidade norte-americana, onde o processo de luta para o reconhecimento do trabalho doméstico partiu das mulheres brancas de classe média, um trabalho que oprime as mulheres por ser pesado e repetitivo; esse trabalho pode ser substituído pelas inovações tecnológicas, o que faz com que a autora afirme que o trabalho doméstico nos Estados Unidos está fadado ao fim.

A realidade brasileira é diferente da norte-americana, onde quem mais desempenha o trabalho doméstico são as mulheres negras, e quando são remuneradas isso não é feito de forma justa. Logo, a questão aqui é pela regularização desse trabalho, e não pelo seu fim. O que é encarado como sendo um fator para a subordinação das mulheres por Angela Davis e outras autoras feministas, a exemplo de Cristina Bruschini (1998), Hildete Pereira de Melo (1998), Miriam Nobre (2004), Betânia Ávila (2007), é na maioria das vezes o único meio de sobrevivência das mulheres negras brasileiras, as quais possuem baixa escolaridade, não tendo se especializado para o desempenho de outras profissões.

Dados sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil são importantes para entender que, apesar da luta, embora tenhamos conseguido avanços na legislação, na prática, a realidade de exploração pouco mudou.

No Brasil, trabalho doméstico remunerado é herança do trabalho escravo (MELO, 1998; RATTI, 2006; BERNARDINO-COSTA, 2007; DE LIMA, 2009; MORI et al, 2011; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2013; PEREIRA, 2011; FIGUEIREDO, 2017), é contextualizado como sendo pré-capitalista (BRITTO DA MOTTA, 1992), considerado de suma importância no processo de reprodução humana e social (ÁVILA, 2007). É um trabalho que retrata a moderna organização social, racista, reproduzindo as desigualdades raciais como parte integrante da modernidade, e continua sendo porta de entrada para mulheres negras com baixa escolaridade no mercado de trabalho (FIGUEIREDO, 2011, p. 91-92; CRUZ, 2012).

Tatiana Silva de Lima (2009) traz um resgate historiográfico sobre o trabalho doméstico no Brasil, a partir da sua pesquisa sobre a cidade de Recife (PE) de meados do século XIX. A autora afirma que a maioria dos estudos sobre trabalho no Brasil considerava o trabalho escravo como uma transição para o trabalho livre e remunerado, descreve as funções desempenhadas no âmbito do trabalho doméstico, em sua maioria por mulheres, e algumas funções desempenhadas pelos homens; encontramos também uma descrição de outros trabalhos desenvolvidos fora do âmbito doméstico, o que nos remete às atuais diaristas e trabalhadores autônomos, que, diante do desemprego estrutural, criam diversas alternativas para o seu sustento.

A autora também retrata os perfis dos trabalhadores domésticos, através dos quais eram recrutados para as funções e espaços de trabalho existentes. A trabalhadora que ficava no ambiente doméstico, por exemplo – a “criada”, era selecionada com certo cuidado, por isso deveria cuidar da sua reputação. Isso atesta o quão patriarcal são as relações no âmbito público, no qual predominavam os homens, mas, sobretudo no privado:

“Pelo menos na idealização do comportamento, o lugar natural da mulher era o privado, reclusa dentro da casa, daí a feminilização da domesticidade (CUNHA, 2007). Nesta perspectiva, as criadas sofriam um grande controle, deviam ser morigeradas (ter bons costumes e vida exemplar), asseadas, subservientes, trabalhadoras e fiéis. Sofriam também assédio e violência física e sexual” (LIMA, 2009, p. 03).

Fruto da divisão sexual do trabalho, que relegou às mulheres os cuidados com a casa e os filhos, ou seja, os cuidados domésticos, muito da discriminação sofrida pelo trabalho doméstico se deve ao fato de ele ser entendido como trabalho reprodutivo, em contraposição ao trabalho produtivo, realizado fora do lar, remunerado por ser produtor de bens/riquezas (NOBRE, 2004).

Sendo responsabilizadas e responsáveis pelo trabalho da casa, quando vão para o mercado de trabalho, percebe-se que a divisão sexual do trabalho se repete, subalternizando as mulheres. Elas geralmente desempenham tarefas ditas “femininas”, relacionadas ao cuidado, além de ser maioria no trabalho doméstico remunerado (NOBRE, 2004; MORI et al, 2011).

Natália Mori (2011) traz outra reflexão importante sobre a dimensão emocional do trabalho doméstico, que não é contabilizada: o cuidado de crianças, idosos, animais, plantas, adoecidos, deficientes, cuidados em situações delicadas, a exemplo de pós-cirúrgicos etc., esse trabalho precisa ser reconhecido e remunerado. Cristina Bruschini (1998) defende que

“qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais entre os gêneros.”; assim, é necessário não desconsiderar a sobrecarga de trabalho das mulheres, pois mesmo quando elas desempenham um trabalho “produtivo, remunerado, elas também são encarregadas pelo trabalho doméstico em suas casas.

Angela Davis, no último capítulo de sua obra *Mulheres, Raça e Classe* (DAVIS, 1981), faz o resgate histórico do trabalho doméstico. Ela traz os estudos de Engels (1884) em *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde ele atesta que na divisão sexual do trabalho durante as primeiras eras da história da humanidade, o trabalho da mulher na agricultura era tão essencial para a economia e produtivo quanto o do homem, na caça. Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho doméstico também englobava a construção das casas, e era atributo da mulher, sendo tão valorizado quanto o trabalho dos homens na pecuária; as famílias eram extensas, e ambos eram importantes para a sua sobrevivência.

Davis (2013) compara o trabalho das mulheres brancas com o das mulheres negras na América colonial. O das brancas se dava tanto no âmbito doméstico quanto no público, e era reconhecido como economicamente importante e, inclusive, nas primeiras indústrias americanas, as têxteis, as mulheres foram as primeiras contratadas pelos empregadores, já que fiação e tecelagem eram tarefas domésticas.

Com o avanço tecnológico, as tarefas que as mulheres desempenhavam no âmbito doméstico (fazer os alimentos, as roupas, os remédios etc) foram incorporadas por produtos industrializados, e as mulheres foram destituídas da importância econômica do seu trabalho, pois o trabalho de casa não gerava lucro como o trabalho assalariado. Com a revolução industrial e a distinção entre “a economia pública de capitalismo e a economia privada da casa” (DAVIS, 2013, p. 163), as então “donas de casa” (mulheres brancas das classes média e alta, que ficavam restritas ao espaço doméstico) e as mulheres que trabalhavam nas fábricas não tinham a sua condição profissional reconhecida, vide a negação de direitos e as péssimas condições de trabalho, o que fez com que reivindicassem a diferenciação entre o seu trabalho, profissional, e o trabalho das donas de casa, os quais não são delimitados, nem reconhecidos ou remunerados, denominando-se “técnicas de domicílio”.

A autora sugere, a partir do diálogo com estudos sociológicos, que as mulheres, ao protestarem por salários, procurem trabalhos fora de casa, ou “trabalhos decentes”, que não as oprimam, pois o trabalho da dona de casa é um trabalho repetitivo e infundável, o que dificilmente seria amenizado com o recebimento de um salário. Sugere ainda instituições sociais que absorvam parte do trabalho doméstico e assistência para a infância, para que as

mulheres possam trabalhar fora de casa, como foi feito nos países socialistas, pois, em sendo a sociedade capitalista também sexista, os cuidados com os filhos ficam ao encargo das mães.

Portanto, as mulheres trabalhadoras devem também lutar por igualdade de condições de trabalho com os homens e por subsídios à infância em sociedades capitalistas, ou pelo socialismo, que visa à sua libertação da escravidão do trabalho doméstico, o que lhe parece mais adequado, pois o trabalho reprodutivo, desempenhado majoritariamente pelas mulheres, é central para o capitalismo. É sabido que esse tipo de trabalho as oprime e as limita ao ambiente privado por conta da naturalização dessa atribuição, logo, a libertação que Davis (2013) propõe é fundamental para a nossa emancipação.

No caso das mulheres negras, elas sempre trabalharam fora de casa; quando escravas, nas lavouras, depois nas indústrias. E trabalhavam como os homens, mas, além disso, ainda cuidavam da casa e dos filhos, exercendo uma dupla jornada de trabalho. A autora sugere que esse fardo dos cuidados domésticos que recai sobre as mulheres deveria ser socializado a fim de se aniquilar essa opressão, ou deveria ser pago mediante salário para as donas de casa, como foi reivindicado primeiramente na Itália, por exemplo, em 1974.

Para a autora, o trabalho doméstico no âmbito privado nos moldes que conhecemos, de uma mulher desenvolvendo arduamente as tarefas domésticas, está fadado ao fim:

Porque a capa de silêncio envolvendo essa potencial redefinição da natureza do trabalho doméstico? *Porque o capitalismo é hostil em relação à industrialização do trabalho doméstico. Trabalho doméstico socializado implica grandes subsídios do governo, com o objetivo de garantir acessibilidade para as famílias da classe trabalhadora, cuja necessidade de tais serviços é mais óbvia.* Como o lucro de industrializar o trabalho doméstico seria reduzido- como todas as empresas não rentáveis- é algo a ser banido. Ainda assim a rápida expansão das mulheres no mundo do trabalho significa que cada vez mais mulheres não estão a corresponder ao padrão de donas de casa tradicionais. Dito de outra forma a industrialização do mundo doméstico, ao lado da socialização do trabalho de casa, está a tornar-se uma necessidade social O trabalho de casa individual como responsabilidade como um desempenho executado sob condições técnicas primitivas, poderá assemelhar-se a uma histórica obsolescência (DAVIS, 2013, p 159).

No meu entendimento, essa análise é de fato pertinente à realidade estadunidense, e a autora se refere às tarefas domésticas desempenhadas por mulheres, e não diretamente ao trabalho doméstico remunerado. Há, entretanto, marcadas diferenças entre a realidade do trabalho doméstico no Brasil e nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos as mulheres negras também travam a luta contra uma sociedade patriarcal e racista, como a autora ilustrou, mas

não há uma população empobrecida como a nossa e as mulheres negras têm outras possibilidades. Além disso, a própria composição racial destas duas sociedades é diferenciada: 56,2% da população brasileira é composta por pessoas negras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019), ao passo que a população negra nos estados Unidos corresponde a 12,3%³⁷ da população total. Desta forma, o trabalho doméstico remunerado nesse país, mesmo quando ocorre, não necessariamente é realizado majoritariamente por mulheres negras³⁸. Existem também questões culturais ligadas à perpetuação do pensamento escravocrata na sociedade brasileira após a abolição que devem ser consideradas, uma vez que “ter uma pessoa” para realizar as tarefas domésticas no Brasil é historicamente associado a um status social privilegiado. Desta forma, mesmo famílias com condições de adquirir equipamentos que facilitam a execução das tarefas diárias de limpeza e manutenção de suas residências podem não dispensar a contratação de trabalhadoras domésticas.

No Brasil, o trabalho doméstico remunerado é, na maioria das vezes, a única alternativa possível ao grande contingente de mulheres negras e pobres (BRITTO DA MOTTA, 1992; CASTRO, 1992; BRITES, 2003; FIGUEIREDO, 2011), com baixa escolaridade, e que, portanto, não possuem formação para desempenhar outras funções dentro do nosso sistema econômico. É um trabalho que vem sendo perpetuado e desvalorizado pela nossa estrutura racista e patriarcal, que atribui a prática desse trabalho a essas mulheres, como se fosse atribuição natural delas. É necessário, portanto, que haja investimentos em políticas públicas de educação e assistência à infância para que as mães possam trabalhar, e qualificação profissional e oferta de emprego para as mulheres que se submetem ao trabalho doméstico por falta de opção.

A abordagem do trabalho da mulher nessa pesquisa tem perspectiva feminista, com a centralidade do conceito de “Gênero”, pois se entende que a divisão sexual do trabalho relegou às mulheres um lugar subalternizado nas relações desiguais de poder, no qual o seu trabalho é menos valorizado. Inclusive essa desvalorização dificulta o reconhecimento das trabalhadoras domésticas enquanto profissionais, portanto, sujeitas de direitos sociais e trabalhistas assim como as demais categorias.

³⁷ De acordo com censo demográfico de 2000. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100215210023/http://censtats.census.gov/data/US/01000.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

³⁸ Neste ponto, uma especificidade da sociedade estadunidense que não pode deixar de ser considerada em uma eventual análise do trabalho doméstico remunerado naquele país é a forte presença de imigrantes, sobretudo de populações latinas. O desenvolvimento deste tema, entretanto, foge ao escopo do presente trabalho.

O uso do Gênero como categoria de análise é importante porque as relações de gênero são, sobretudo, relações de poder (SCOTT, 1990), e as opressões de gênero permeiam tanto a esfera pública quanto a privada. Assim, as discussões sobre a divisão sexual do trabalho desenvolvidas nos anos de 1980 e o significado do trabalho feminino para a organização familiar foram importantíssimos para trazer à tona essa problemática (BILAC, 1978 apud SOUZA-LOBO, 1991). Sendo responsabilizadas e responsáveis pelo trabalho da casa, quando vão para o mercado de trabalho, percebe-se que a divisão sexual do trabalho se repete, subalternizando as mulheres. Elas geralmente desempenham tarefas ditas “femininas”, relacionadas ao cuidado, além de ser maioria no trabalho doméstico remunerado (NOBRE, 2004; BRITES; PICANÇO, 2014). Hanna Arendt (1997) destaca a Era Moderna, quando trabalho era dividido em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, correspondendo a essa classificação: trabalho qualificado e não qualificado; trabalho manual e intelectual.

Além disso, na separação histórica entre o mundo público e o privado, as mulheres foram relegadas à esfera privada, ou seja, ao âmbito doméstico, em contraposição ao espaço público, onde o macropoder é exercido, e isso feito pelos homens (SOUZA-LOBO, 1991). Esse fato se observa na disparidade quantitativa entre homens e mulheres ocupando cargos políticos, por exemplo, ou em cargos de chefia. De acordo com o IBGE (2018), no ano de 2017 as mulheres correspondiam a apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados no Brasil, enquanto a média mundial, também baixa, é de 23,6%. Ainda segundo o órgão, no ano de 2016 as mulheres também ocupavam apenas 39,1% dos cargos gerenciais no país.

Hirata e Maruani (2003) discorrem sobre a precarização do trabalho e sobre como esse fenômeno tem sido prejudicial para as mulheres, pois elas comprovadamente ocupam os cargos menos valorizados e recebem salários menores do que os dos homens, mesmo quando exercem as mesmas funções.

A demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido substancialmente, com a entrada cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, sem a devida assistência do Estado para suas necessidades, através de políticas públicas e ações que possibilitem uma melhor conciliação da vida familiar com o trabalho remunerado das mulheres. As creches públicas são uma demanda urgente para as mulheres trabalhadoras domésticas, pois elas deixam de cuidar dos seus filhos para cuidar das crianças das patroas.

Assim, esse trabalho subjuga mulheres negras e pobres aqui no Brasil, e mulheres indígenas na América Latina, as quais ficam submetidas a condições de vida e de trabalho socialmente vulneráveis. (MORI et al, 2011; CALAZANS; CASTRO; PIÑEIRO, 2018).

Esse trabalho é um dos que apresenta os maiores déficits de trabalho decente, pois ainda é caracterizado por índices de trabalho infantil, violências física e sexual, violações de direitos humanos etc. (BERNARDINO-COSTA, 2007; 2013; 2015; MORI et al, 2011; LEITE, 2017).

Portanto, é preciso articular ações para combater a essas questões, e possibilitar a esse contingente de trabalhadoras condições dignas de trabalho e vida. No tópico seguinte são explorados os aspectos legais relativos ao trabalho doméstico, e como o sindicato tem atuado no avanço e na garantia dos direitos conquistados.

3.1 ASPECTOS LEGAIS VERSUS REALIDADE PRÁTICA: ADVERSIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS

Nesta subseção tratamos do itinerário percorrido pelas trabalhadoras domésticas organizadas no Brasil para conquistar direitos trabalhistas, bem como os percalços enfrentados para a garantia destes. Destacamos as análises apresentadas pelos membros da diretoria do Sindoméstico, a partir da publicação periódica “O Quente”, sobre a efetivação da legislação, a saber, a Nova lei do Trabalho Doméstico (LC 150/2015), considerada insuficiente. A nova Reforma Trabalhista também é analisada e tem identificadas as consequências negativas sobre o trabalho doméstico. Nesse contexto, o crescente registro de trabalhadoras como microempreendedoras individuais também tem impactado a categoria, com relação à organização e à garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, pois concorre com a formalização do emprego através do registro em carteira de trabalho.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil compreende uma categoria profissional composta por aproximadamente sete milhões de trabalhadoras e trabalhadores, sendo 92,3% desse total, mulheres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2018. Quanto à sua regulamentação, verifica-se que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) brasileira é datada de 1943, mas os trabalhadores domésticos foram excluídos dessa legislação e regidos por uma legislação especial. Esse trabalho só foi formalizado com a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, quando os trabalhadores domésticos, com muita luta, foram reconhecidos como categoria profissional.

A mobilização social em prol da Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para os movimentos sociais no Brasil e as trabalhadoras domésticas estavam inseridas nesse contexto de luta (BERNARDINO-COSTA, 2007; 2015; LEITE, 2017). Essa

categoria conseguiu ampliar direitos sociais e trabalhistas, mas ainda assim, os/as trabalhadores/as domésticos/as não estavam incluídos no Art. 7º da CF 1988, que regimenta “os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (BRASIL, 1988).

A partir de 2001, o Ministério do Trabalho e Emprego aprofundou suas ações quanto ao trabalho doméstico remunerado e ao combate ao trabalho doméstico exercido por crianças e adolescentes. Importantes órgãos internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, no nível federal, as recém criadas Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) também prestigiaram o trabalho doméstico em suas ações em 2003, além de debaterem sobre esse tema em conferências nacionais. No ano de 2006 foi executado o Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, foram alterados artigos da Lei n. 5.859, e foi editada a Lei nº. 11.324, que garantiu mais direitos sociais à categoria³⁹.

De 2013 a 2015 tivemos a aprovação da Emenda Constitucional 72, a “PEC das Domésticas”, e a Nova lei do Trabalho Doméstico - LC 150/2015. Em outubro de 2015 foi lançado pelo Governo Federal o eSocial⁴⁰, que é uma ferramenta eletrônica que visa cadastrar as trabalhadoras domésticas e unificar a arrecadação dos tributos e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Simples Doméstico.

A adoção dessas medidas foi muito importante para a luta da categoria contra a informalidade nas relações de trabalho, tanto que o número de patrões e empregadas procuraram o sindicato para formalizar as relações de trabalho aumentou e o percentual de mensalistas com carteira assinada aumentou para 45,7% (GUERREIRO; SIMÕES, 2016 apud FIRMINO, 2016; PED-RMS, 2016), mas a maioria das trabalhadoras desconhece seus direitos (FIRMINO, 2016; LEITE, 2017).

Além do exposto, há grande resistência por parte dos empregadores em aceitar que o trabalho doméstico também deve ser regido pelas leis trabalhistas e, em sendo um trabalho

³⁹Com a Lei n. 11.324, os trabalhadores domésticos firmaram direito a férias de 30 dias, obtiveram a estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Também ficou estabelecida a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de 12% do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a contribuição referente ao 13º salário. Fonte: <<http://www.esocial.gov.br/DireitosEmpregado.aspx>>.

⁴⁰O projeto eSocial é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Previdência (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). O Ministério do Planejamento também participa do projeto, promovendo assessoria aos demais entes na equalização dos diversos interesses de cada órgão e gerenciando a condução do projeto, através de sua Oficina de Projetos. Fonte: <<http://www.esocial.gov.br/Conheca.aspx>>. Acesso em: 28 out. 2017.

realizado no ambiente privado, doméstico, é difícil regulamentar uma fiscalização com relação ao cumprimento dos mesmos, além do preconceito e da desvalorização social desse trabalho, que ainda persistem (FIGUEIREDO, 2011; FIRMINO, 2016). Não só os depoimentos dos membros da diretoria do Sindicato comprovam esse fato, como também o que dizem as trabalhadoras domésticas do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira entrevistadas para esse trabalho, que, infelizmente, aceitam trabalhar sem carteira assinada, ou prestam serviços como diaristas como alternativa ao desemprego. O trabalho de conscientização do sindicato intensificou esse debate, mas na prática os resultados não tem sido satisfatórios, como desabafa Francisco Xavier (52), membro da direção do Sindoméstico:

É uma coisa que tem assustado muito a gente, é uma outra estratégia que a sociedade achou de burlar os direitos foi incentivar as trabalhadoras a se cadastrarem como MEI (Micro Empreendedor Individual). E quando isso acontece, elas vão lá no SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ou aceitam que o patrão /a patroa cadastre elas como MEI, ela acaba abrindo mão dos direitos. Essa luta que fizemos pelo FGTS, seguro desemprego, salário maternidade, quando ela está como MEI, ela não tem direito a nenhuma dessas conquistas tão importantes. Isso é uma coisa esdrúxula! A gente entende que essa coisa do MEI é extremamente benéfico para uma costureira, por exemplo, você consegue se regularizar, consegue financiamento, que lhe permite crescer, e logo mais você está com uma empresa, daqui a pouco você consegue contratar uma colega para costurar com você, você está gerando empregos, riquezas para a sua cidade. Você tem um salão de beleza, mesma coisa. Mas a trabalhadora doméstica não, o máximo que ela vai conseguir é sete diárias! Não vai passar disso! Ela não vai poder contratar uma outra para fazer diária para ela! É um prejuízo muito grande! Ficamos muito tristes em ver que a sociedade tem colocado cada vez mais a categoria nessa condição de precarização. Porque o que entristece é que muita gente tem utilizado o argumento de que aumenta muito os custos. Só que na prática não aumentou quase nada! Aumenta apenas R\$ 76,00 e uma fração, para quem paga um salário, para garantir todos os novos direitos! São os 8% do FGTS! É um valor que, para muitas famílias, é insignificante. Mas infelizmente as pessoas reproduzem esse discurso, eu inclusive já vi matérias dizendo que as despesas de uma família aumentaram em trinta e oito, quarenta e tantos por cento, e isso é uma mentira! O custo efetivo a mais são os 8% dos FGTS, para quem paga um salário mínimo assinado em carteira (Francisco Xavier, 52 anos. Direção do Sindoméstico. Entrevista realizada em 14 nov. 2018).

A partir da observação participante na reunião ordinária do Sindoméstico do mês de julho de 2017, surgiram falas sobre esse fato, que tem sido cada vez mais frequentemente denunciado pelas trabalhadoras ao sindicato. À medida em que essas mulheres vão se cadastrando como Micro Empreendedor Individual (MEI), fica cada vez mais distante a

chance de serem formalizadas enquanto trabalhadoras domésticas, mediante o que rege a CLT, o que significa a não garantia de seus direitos trabalhistas e a desobrigação dos patrões para com o cumprimento dos mesmos. Dessa forma, a categoria perde a adesão de mais profissionais, pois as trabalhadoras assumem a identidade de microempendedoras, seguindo precarizadas e vulneráveis aos ditames do mercado.

As edições do Jornal *O Quente*⁴¹ trazem essa preocupação e alertam as trabalhadoras quanto aos riscos de se cadastrarem como MEI, em detrimento da formalização em carteira de trabalho. Na edição de nº. 124 (fev/2017)⁴², por exemplo, a principal matéria veio com o tema: *Sindoméstico Bahia alerta contra a perda de direitos trabalhistas*. O fato de as trabalhadoras se tornarem prestadoras de serviço através desse cadastro implica na perda de direitos importantes, conquistados com muita luta da categoria, a exemplo de 13º salário, férias, ou, ao final do contrato, FGTS. As edições de nº 126 (julho a setembro/2017), a de nº 127 (outubro a dezembro/2017) e a nº 129 (julho a agosto/2018) também trazem essa pauta, visando alertar às profissionais.

Segundo a diretoria do sindicato, essa tem sido uma estratégia utilizada pelos patrões, aproveitando-se da desinformação e do isolamento que a profissão, exercida em ambiente privado, confere às profissionais. Corroborando com as análises de Angela Figueiredo (2011), tal fato contribui ainda mais para a fragmentação da categoria, que se mantém organizada através de poucas pessoas, proporcionalmente comparando com o total de trabalhadoras domésticas no Estado da Bahia, e com muita dificuldade.

Com o intuito de manter a categoria informada sobre seus direitos, o sindicato elabora o jornal *O Quente*, que foi analisado para essa pesquisa nos anos de 2017 e 2018. Em todas essas edições constam: a “agenda de lutas” da categoria referente ao período da publicação (trimestral) e o balanço dos eventos dos quais o sindicato participou; um “quadro de salários”, que calcula, com base no salário mínimo, os descontos com INSS, transporte e o valor referente às férias; uma tabela que orienta quanto à carga horária de trabalho, como base para o cálculo dos horários de entrada e saída no trabalho; tabela de décimo terceiro salário; informações sobre documentos necessários para homologação de rescisão contratual, sobre horários de funcionamento, dados e contatos do sindicato. Essas

⁴¹ Jornal *O Quente*, publicação do Sindoméstico Bahia.

⁴²Mais informações disponíveis em: <<https://sindomesticobahia.files.wordpress.com/2016/04/jornal-o-quente-nc2ba124-janeiro-2017.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

orientações são de suma importância para a conscientização das trabalhadoras que ainda não sabem de forma detalhada sobre seus direitos e deveres e um reforço para as demais.

O referido periódico é uma publicação trimestral, ficando à disposição das pessoas que visitam o sindicato, sendo distribuído em todos os eventos dos quais os membros da diretoria participam, sobretudo das palestras que proferem em escolas noturnas para as trabalhadoras domésticas e estudantes. A seguir, a justificativa do nome do periódico, por Maria do Carmo, uma das diretoras do sindicato:

O nome “O Quente” foi escolhido pela gente, trabalhadoras, porque toda hora as patroas querem que sirvam um cafezinho, mas ele deve sempre estar quente, aí a notícia também deve ser boa, estar quente, aí ficou bom o nome (Maria do Carmo de Jesus Santos, 61 anos, diretora e fundadora do Sindoméstico. Entrevista em 20 de fevereiro de 2018).

“*O Quente*” assim faz jus ao nome, pois o material sempre traz em sua pauta as informações mais relevantes e artigos com a opinião da diretoria a respeito de assuntos polêmicos, a exemplo da Nova Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência, o que será explorado a seguir.

A publicação demonstra, ainda, preocupação com os prejuízos trazidos pela tendência do governo brasileiro em cada vez mais desonerar-se com relação a gastos com políticas sociais e com despesas com direitos trabalhistas, ao passo em que terceiriza serviços, o que pode ser comprovado mediante aprovação da PEC 241⁴³, em novembro de 2016. Tal PEC foi aprovada com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos através do congelamento de gastos públicos com Saúde, Educação, Orçamento Fiscal e de Seguridade Social por vinte anos a partir de 2018, ficando os investimentos nessas áreas a critério da inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), pois a justificativa para essa proposta é de que os gastos públicos não cresçam mais do que a inflação.

Externando o desacordo com a tendência neoliberal que o governo brasileiro vem cada vez mais assumindo, a edição d’*O Quente* de nº 125 (abril de 2017) considerou a reforma previdenciária, prevista pela PEC 287/2016, como prejudicial para os direitos da categoria, pois trabalhadores domésticos, assim como outros trabalhadores braçais (trabalhadores rurais e da construção civil), terão a sua condição de vulnerabilidade piorada. Com essa

⁴³ Mais informações disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

reforma, a aposentadoria por tempo de contribuição passa a ser de 49 anos para que o/a profissional receba o valor integral do seu salário, e em sendo aposentadoria por idade, a idade mínima prevista aumenta em cinco anos para ambos os sexos.

Essas medidas prejudicam a todos os trabalhadores, e principalmente as trabalhadoras domésticas, que só conseguiram o direito à aposentadoria muito recentemente, com a PEC das Domésticas, aprovada em 2013.

Continuando nessa linha, a edição de n. 126 (julho a setembro/2017) traz na capa: “A Reforma Trabalhista é um retrocesso”. Aprovada pelo Congresso brasileiro em julho de 2017, essa reforma flexibilizou as negociações entre patrões e empregados, as quais não necessariamente precisarão passar pelos sindicatos.

Tal medida atinge diretamente as trabalhadoras domésticas, pois o Sindoméstico tem como um de seus principais serviços à homologação de rescisões contratuais, as quais são feitas por patrões e empregados. Esse serviço, além de ser importante no sentido do diálogo e da conscientização das trabalhadoras com relação aos seus direitos, é o mais procurado e confere alguma renda ao sindicato, que é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Com essa reforma, a procura pelo serviço diminui, o que impacta no orçamento da entidade, que não recebe qualquer tipo apoio financeiro de nenhuma outra organização, salvo recursos para a participação em eventos, eventualmente, ou quando conseguem aprovar algum projeto, a exemplo do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido entre 2005 e 2007.

Bianca Leite (2017) analisa os efeitos das recentes medidas adotadas pelo (des) governo Temer (2016-2018), com a precarização das leis trabalhistas através da terceirização e as consequências disso para o Sindoméstico:

A Lei 13.467/2017, conhecida como “Lei de Modernização Trabalhista” ou “Reforma Trabalhista” traz uma série de retrocessos para trabalhadoras e trabalhadores na legislação. Mais de 100 artigos da CLT foram alterados. Foi instituída a chamada demissão acordada que possibilita uma negociação na qual o empregador paga o aviso prévio e a multa do FGTS com desconto de 20%, em contrapartida, o trabalhador poderá movimentar 80% dos valores da conta do FGTS e terá que abrir mão do Seguro Desemprego. Também houve alteração no trato do imposto sindical, uma grande perda para o movimento sindical, visto que a partir dessa lei, o imposto só será devido a partir de Acordos Coletivos firmados entre as instituições representativas das categorias gerando uma enorme insegurança jurídica para a classe trabalhadora. A extinção da obrigatoriedade do imposto sindical afastou ainda mais essa realidade, que já era uma reivindicação das trabalhadoras domésticas e do Sindoméstico, da categoria (LEITE, 2017, p.94).

Diante desse cenário, as trabalhadoras domésticas do sindicato continuam se organizando, mesmo com todas as dificuldades com relação à falta de recursos financeiros e pessoais, se colocando na tarefa de levar essas informações às demais, através de um trabalho itinerante, que elas chamam de “trabalho de formiguinha”. Nesse sentido, é compreendido como um trabalho que se realiza rizomaticamente (DELEUZE, 2007) em rede, exigindo persistência na construção, fazendo-se a partir de reuniões informativas, levando palestrantes de outras organizações, articulando parcerias para cursos de capacitação e oficinas, mediando atividades a fim de fortalecer a categoria para evitar que os direitos tão arduamente conquistados não sejam subtraídos.

Há também um esforço em interiorizar o sindicato, pois somente temos na Bahia o sindicato sediado em Salvador.

Como já dito, a diretoria tem investido na formação de núcleos em algumas cidades do interior, como na região de Vitória da Conquista e em Feira de Santana, para as quais a direção do Sindoméstico faz visitas para capacitação das lideranças e para fortalecer os grupos através da divulgação das ações e da luta do sindicato. Mas, infelizmente, o sindicato ainda não possui recursos financeiros e nem pessoal disponível para intensificar esse trabalho, ampliando essa meta tão necessária.

Outra forma de capilarizar as ações do sindicato é aproximá-lo das bases, que, em Salvador, estão situadas nos bairros periféricos aonde mora a maioria das mulheres trabalhadoras domésticas. Com esse propósito, a diretoria do Sindoméstico propôs a criação de um grupo de mulheres no bairro da Mata Escura e adjacências, o qual amadureceu para o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira.

A seguir abordaremos a produção teórica sobre a temática do trabalho doméstico, com foco no protagonismo das mulheres negras e nos conceitos que, articulados, elucidam a condição de subalternidade à qual as trabalhadoras domésticas foram relegadas, mas também explicam de onde vem a força para lutar contra as discriminações, e pela efetivação dos direitos categoria.

3.2 “PARA ALÉM DOS FEMINISMOS”⁴⁴: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE NAS PRÁTICAS DO FEMINISMO NEGRO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Esta seção parte do reconhecimento da centralidade do trabalho para as Ciências Sociais e do trabalho da mulher para os estudos feministas e de gênero. É preciso reconhecer como o feminismo discute a categoria “Mulher”, universalizando um modelo eurocentrado, tendo a mulher branca de classe privilegiada como parâmetro, que não condiz com a realidade das mulheres não brancas, negras, e da diáspora africana, das quais as nossas trabalhadoras domésticas descendem.

Como dissidência, o feminismo negro, em sendo uma corrente teórica elaborada por mulheres negras, intelectuais, trabalhadoras, professoras, ou seja, por “mulheres comuns”, segundo Patricia Hill Collins (1990) é o “feminismo da prática”, através do qual essas mulheres reelaboram a sua práxis política em prol da emancipação da coletividade da qual fazem parte.

Assim, buscou-se investigar como as dimensões ligadas ao gênero, raça e classe social se inter cruzam nas vivências das mulheres do Sindoméstico e do Coletivo Creuza Maria Oliveira, partindo, para tanto, das reflexões elaboradas sobretudo no âmbito do feminismo negro.

Contribuições importantes, como clássicos trabalhos de Alda Brito da Motta (1977; 1992), Hildete Pereira de Melo (1998), Mary Castro (1992; 1993; 2018), Miriam Nobre (2004), Betânia Ávila (2007), dentre outras, se complementam na tarefa de elucidar as condições do trabalho doméstico no Brasil, e o clássico de Angela Davis (1981) que discorre sobre esse trabalho ao longo da história, e mais especificamente na realidade norte-americana.

As autoras analisam o trabalho doméstico a partir da reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça, que vem relegando essas mulheres a um lugar de subordinação e invisibilidade na pirâmide social, ao mesmo tempo, a literatura mostra também o protagonismo das trabalhadoras, e a sua resistência histórica às opressões sofridas. (CASTRO, 1992; BERNARDINO-COSTA, 2007; LEITE, 2017).

⁴⁴ Expressão utilizada por Angela Figueiredo e Patrícia Godinho Gomes no artigo intitulado: “Para além dos feminismos: Uma experiência comparada entre Guiné Bissau e Brasil.”. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

Vale ressaltar que esse tema é fruto de discussões muito caras ao feminismo, pois as desigualdades de gênero, raça e classe fazem inclusive com que mulheres oprimam outras mulheres, a saber, patroas oprimem suas empregadas (HIRATA; KERGOAT, 2003), as primeiras geralmente são brancas, e as últimas, negras (CARNEIRO, 1995, COLLINS, 2002; 2016).

Os conceitos de Gênero e Raça são fundamentais na discussão teórica deste trabalho, articulados aos conceitos de Empoderamento e Interseccionalidade, em consonância com as teorias feministas, sobretudo, com o pensamento feminista negro, sendo o que melhor permite uma análise das desigualdades e hierarquias às quais as trabalhadoras domésticas estão submetidas em nossa sociedade, também ilustra o modo através do qual elas se organizam e lutam para superar essa opressão.

Dentre as grandes discussões da teoria feminista está à concepção trazida pelas feministas clássicas, que entende categoria “Mulher” como sendo universal, por ser o sujeito do feminismo, abarcando a todas as mulheres, por sofrerem a opressão de gênero.

O feminismo hegemônico foi formulado por intelectuais europeias e norte americanas brancas, que pertenciam à classe média. As críticas a esse feminismo brotaram de diversas partes do mundo, pois essas teóricas preconizavam um conceito de Mulher que era universalizante, à medida que consideravam as opressões que elas sofriam como extensivas a todas as mulheres (ORTNER, 1979; DE BEAUVOIR, 1980).

Parte das críticas a essa formulação deve-se ao fato de que a construção da categoria “Mulher” foi durante muito tempo baseada nas diferenças biológicas entre os sexos, o chamado binarismo, que era pautado nas supostas características das naturezas feminina e masculina, essencializando as questões de gênero. Essa questão também foi discutida por Adriana Piscitelli (2002), que afirma que a atribuição de caráter universal à categoria mulher foi importante para a construção de uma coletividade, mas essencializou as diferenças entre as mulheres e, portanto, é preciso avançar nesse conceito.

Luiza Bairros (1995), uma das grandes teóricas e ativistas brasileiras, situada no pensamento feminista negro, analisa esse fato, dizendo que a atribuição de um sujeito “mulher” se deu por conta da concepção de que existem naturezas “femininas” e “masculinas”, relacionadas a características biológicas que subordinam a natureza feminina à masculina, e que todas as mulheres teriam essa “natureza feminina”, o que atribuiria uma unicidade a essa categoria, naturalizando a opressão sexista, desconsiderando que as opressões sofridas pelas mulheres se situam em contextos históricos e culturais. Essa visão surgiu no início do movimento feminista até a primeira metade do século XX, e foi

interessante no sentido de se entender o sujeito Mulher como sujeito político, mas ao conferir uma identidade comum a todas as mulheres, como se todas sofressem as mesmas opressões, dava a entender que todas as mulheres viviam em igualdade de condições, o que foi contestado primeiramente pelas mulheres negras norte americanas.

Temos o discurso de Sojourner Truth (TRUTH, 2014), intervenção feita na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, como um clássico, onde ela pergunta aos pastores presentes que discutiam os direitos da mulher: “- E eu? Eu não sou uma mulher?”, questionando o mito da fragilidade feminina e denunciando a discriminação, a invisibilidade e a exploração que as mulheres negras sofriam naquela sociedade racista.

Joan Scott (1990) e Heleieth Saffiotti (1992) interpretam cada pessoa como um ser relacional e histórico, compreendido através das relações com outras pessoas. Scott (1990) concebe o gênero como sendo a primeira instância na qual o poder se articula, e não apenas se reproduz.

Para essa autora, o gênero não se baseia necessariamente nas diferenças aparentes entre os sexos, mas nas diferenças percebidas entre eles. Assim, ela defende que gênero deve ser a categoria principal de análise, sendo uma categoria política relacional e que se refere a relações de poder existentes entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens, baseada na aparente distinção entre essas categorias. Para essa autora, essa relação de poder historicamente subjugou e submeteu as mulheres ao domínio masculino.

Saffiotti (1992) desconstrói o conceito de gênero, enquanto situado na esfera social, em analogia ao sexo na esfera biológica. Ela verificou o amplo uso do termo “relações sociais de sexo” na literatura francesa, que não considerava o sexo como sendo restrito ao terreno biológico, já que ele passa por um processo de elaboração social. As análises dessa autora são muito importantes para o presente trabalho porque ela avança na discussão ao articular gênero e classe social, quando discorre sobre as esferas produtiva e reprodutiva do trabalho.

A autora refere-se, na maioria das vezes, a essa esfera reprodutiva como a esfera doméstica de trabalho não remunerado, ou seja, ao trabalho da mulher em sua casa, e no âmbito familiar, mas o trabalho doméstico remunerado segue essa mesma lógica. Segundo ela, hierarquiza-se o que se atribui ao masculino – racionalidade; e ao feminino – emotividade; como se o primeiro fosse mais importante, útil e eficaz, já que produz bens e mercadorias, gerando lucro. Essas formulações são um bom ponto de partida para se pensar na desvalorização do trabalho doméstico, realizado historicamente pelas mulheres, seja ele remunerado ou não.

Avançando no diálogo com as teorias feministas, as inquietações trazidas pelo Feminismo Negro são muito valiosas, pois uma das principais questões que as autoras dessa vertente questionam é a essencialização da categoria Mulher. Obviamente, Gênero tem um destaque nesse trabalho enquanto categoria de análise, mas não de forma isolada, pois acredito que as perspectivas interseccionais (CASTRO, 1992; CRENSHAW, 2002; KERNER, 2012) problematizam de forma mais adequada o objeto de estudo em questão – mulheres negras, da classe trabalhadora, alocadas em um trabalho que ainda é desvalorizado socialmente e que as coloca em diversas situações de vulnerabilidade, como a exposição a violências diversas e à superexploração da sua força de trabalho.

Sueli Carneiro (2002) discute a impossibilidade de o Feminismo clássico representar a todas as mulheres, pois a história das mulheres negras e brancas é diferente, ilustrando também como as mulheres brancas também reproduzem o discurso opressor sobre as mulheres negras, principalmente quando se trata de suas condições de trabalho – as brancas lutaram para a sua inserção no mercado de trabalho, enquanto as negras trabalhavam (e trabalham) nas casas das mulheres brancas, nas mais diversas funções. Ângela Figueiredo (2017) discorre sobre a contribuição das feministas negras sobre a opressão das mulheres negras, e destaca as contribuições que tiveram o trabalho doméstico como parâmetro para essa análise.

Luiza Bairros (1995) também traz expressamente a crítica acerca da essencialização do “sujeito mulher” e da centralidade do conceito de gênero, advertindo para a importância da categoria Raça no tocante à análise da realidade das mulheres negras. Tomando por base Patricia Hill Collins (1990), ela analisa que é relegado às trabalhadoras domésticas um lugar subalterno nas casas aonde trabalham, onde elas devem desempenhar suas atividades de forma passiva, desprendendo certa afetividade para os patrões, já que são “acolhidas” nesse ambiente, mas sem o devido questionamento quanto à exploração da sua força de trabalho e sem pertencerem efetivamente a esse lar.

Assim, é a partir desse lugar marginalizado que as trabalhadoras negras conseguem perceber, “de forma distinta, as contradições da classe dominante”, e sugere a sua organização, através da reflexão sobre a sua condição, e de ações políticas, para o enfrentamento desse lugar de subalternidade.

Seguindo com as contribuições de Patricia Hill Collins para a temática do trabalho doméstico desempenhado por mulheres negras e pobres, entendemos como o conceito de “*outsider withing*” (COLLINS, 2016, p. 100) que retrata como as trabalhadoras domésticas, “na condição de um outro”, têm a possibilidade de analisar o modo de vida dos patrões

através da posição que ocupam, sendo um espaço importante para se ter uma análise que lhes é peculiar, pois nenhuma mulher ou homem branco, nem nenhum homem negro terão o mesmo olhar que elas acerca dessa realidade social.

Dessa forma, com relação às mulheres acompanhadas nessa pesquisa, acredito que é justamente por conta desse lugar privilegiado para essa percepção da realidade social que lhes circunda que é possível a elas realizar uma organização política que pauta as necessidades das mulheres negras trabalhadoras, com suas demandas e anseios, que envolvem desde o reconhecimento social da profissão à incorporação dos direitos adquiridos constitucionalmente, mas que na prática são violados. Esse olhar lhes aloca, inclusive, em outros segmentos do movimento social de mulheres negras que extrapolam o âmbito do trabalho doméstico, a saber, na Rede de Mulheres Negras da Bahia, no Movimento Negro Unificado, e nos Conselhos de Direitos da Mulher, por exemplo.

As análises de Patricia Hill Collins são fundamentais para o tema em questão. Ela formulou uma metodologia que considera capaz de explicar a múltipla opressão sofrida pelas mulheres negras, que seria o conceito de “matrizes de opressão.” (COLLINS, 1990).

As formas de opressão estão imbricadas umas nas outras, e fazem parte de uma estrutura que subjuga as mulheres, com maior prejuízo para as mulheres negras. Em publicação recente, Collins (2016) discorre sobre como através da “autodefinição” e da “autoavaliação”, é possível às mulheres negras trabalhadoras poder examinar a sua posição em ocupações subalternas, e recriar uma autoimagem positiva de si.

Angela Davis em sua obra clássica *Mulheres, Raça e Classe* (1981), estuda a literatura americana que discorre sobre a condição do povo negro nos Estados Unidos, a exemplo de Du Bois⁴⁵, Davis versa sobre a situação das mulheres negras norte americanas desde a escravidão, para afirmar que elas eram exploradas e subjugadas através do trabalho pesado que realizavam, além de serem estupradas pelos seus senhores. “O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36). Depois, como trabalhadoras domésticas livres, continuavam sendo exploradas e eram mal

⁴⁵ William Edward Burghardt Du Bois. Sociólogo, historiador e ativista do combate ao racismo estadunidense. Sua causa também incluía as chamadas *pessoas de cor* de outros países, principalmente aquelas da África e da Ásia, que, à época, lutavam contra o colonialismo e o imperialismo. Ele foi o proponente do pan-africanismo, acreditava que o capitalismo era a causa primária do racismo e foi simpático às causas socialistas, além de defender o desarmamento nuclear. A Lei dos Direitos Civis, que incorporava muitas das reformas que Du Bois defendeu toda sua vida, foi promulgada um ano após sua morte. Fonte: < <https://www.geledes.org.br/w-e-b-du-bois/>>. Acesso em 04 de maio de 2019.

pagas, tanto trabalhando no campo, nas casas de família ou como lavadeiras, pois, para os empregadores, “negros são servos, servos são negros” (DAVIS, 2016, p. 70), ou seja, por sermos negros e pobres, viemos destinados a servir.

A autora discorre sobre a condição das mulheres norte-americanas no tocante ao acesso aos seus direitos ao trabalho formal, associativismo e participação política, sufrágio, educação, direitos reprodutivos, e demonstra como o racismo e o sexismo engendram esse acesso nas sociedades capitalistas. Dessa forma, as mulheres negras foram relegadas às piores condições de acesso a esses direitos por conta de sua condição de gênero, raça e classe social, demarcando, portanto, que a intersecção entre essas categorias oprime as mulheres negras, mas também as leva à superação dessa opressão através de estratégias de rompimento com essa lógica excludente.

O conceito de Interseccionalidade é central nesse trabalho. Foi cunhado por Kimberlee Crenshaw, em texto apresentado na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, na África do Sul, em 2001, e publicado no Brasil em 2002. Advogada, Crenshaw chama à atenção para a sub-representação das diferenças entre as mulheres nos discursos sobre os direitos humanos, os quais são universalistas, recaindo, portanto, na essencialização dessas diferenças.

Portanto, é necessário levar em consideração a perspectiva de gênero na elaboração dos documentos oficiais, por entender que as mulheres sofrem discriminações diferentemente dos homens, bem como o compromisso com o combate à discriminação de raça e a outras formas de intolerância, pensando na interação entre essas duas categorias:

Portanto, a incorporação do gênero, no contexto da análise do racismo, no apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens. Em segundo lugar, a lógica da incorporação da perspectiva de gênero, ou seja, focalizar a diferença em nome de uma maior inclusão, aplica-se tanto às diferenças entre as mulheres como às diferenças entre mulheres e homens (CRENSHAW, 2002, p. 173).

A autora considera também que há outros aspectos ligados à identidade social das mulheres, a exemplo da classe social, orientação sexual, religião etc., que podem influenciar na forma como as mulheres sofrem discriminação, e é imprescindível que também sejam levados em consideração, de forma interseccional, a fim de garantir a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres devem ter, baseado no princípio da equidade, que leva em consideração as diferentes realidades.

Relacionando os conceitos apresentados com a prática política das mulheres trabalhadoras do Sindoméstico, podemos entender o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira, pois não existe feminismo negro sem prática política. Tanto o sindicato quanto o Coletivo são espaços de sociabilidade e acolhimento de mulheres negras que, em sua maioria, compartilham da mesma vivência do trabalho doméstico em casas de famílias de classes média e alta. Essas mulheres são subalternizadas tanto pela sua condição de trabalhadoras braçais, quanto pela sua condição de gênero (mulheres), classe (empobrecidas) e de raça (de maioria negra), vide os dados do trabalho doméstico no Brasil.

Nas duas organizações de mulheres negras citadas há a reflexão acerca das discriminações e violências sofridas durante a vida laboral e as mulheres têm a oportunidade de pensar em estratégias para superação dessas opressões e de desenvolver ações que venham a impedir que outras mulheres negras passem pelas mesmas situações. Exemplo disso são as palestras que fazem em escolas públicas, onde muitas estudantes são trabalhadoras domésticas, sobre o combate ao racismo na profissão, a importância da garantia dos direitos sociais e trabalhistas, a luta e a importância de fortalecer o sindicato através da participação, dentre outros temas.

Podemos também relacionar com o que Kabengele Munanga (2004) chama de “racismo popular”, pois as discriminações sofridas pelas trabalhadoras domésticas negligenciam as suas demandas perante as demandas de outras categorias trabalhistas e relaciona-se ao fato de elas terem sido socialmente injustiçadas durante todo esse tempo, sem o reconhecimento de seus direitos. Seria o “racismo popular” uma espécie de racialização da categoria social à qual elas pertencem, composta majoritariamente por mulheres negras e pobres, às quais foi naturalizado o desempenho do trabalho doméstico pela nossa sociedade racista (RATTS, 2006), motivo pelo qual ele vem sendo discriminado com relação às demais categorias trabalhistas, inclusive com relação à negação de direitos (CASTRO, 1992; BERNARDINO-COSTA, 2007; FIGUEIREDO, 2011).

Alex Ratts (2006) explica que a ideologia dominante (a miscigenação) se reproduz nessas mulheres negras e as relega a “um destino histórico”, no qual continuam trabalhando como escravas. A sua mão-de-obra não é qualificada para ocupar altos postos no mercado de trabalho, elas assumem o trabalho doméstico, os trabalhos mais desvalorizados e de remunerações mais baixas – trabalhos esses análogos ao trabalho escravo.

Como trabalhadoras, elas continuam ocupando o mesmo papel que ocupavam quando escravas (fosse na “Casa Grande”, ou na lavoura), a elas se aplica a discriminação mantida pelos critérios raciais de seleção no mercado de trabalho (RATTS, 2006), o que é

incorporado dialeticamente, fazendo com que essas mulheres não almejem galgar espaços melhores na sociedade como um todo, pois a internalização dessas imagens controladoras (GONZALEZ, 1984) faz com que elas se julguem incapazes.

Avtar Brah (2006) discorre sobre como a racialização do gênero ocorre pautada em torno de marcadores de “diferença”, a exemplo de como o termo “pessoas de cor” foi utilizado como “código colonial para uma relação de dominação entre colonizador e colonizado” na Grã-Bretanha, no período pós guerra. Esse termo era atribuído a pessoas africanas-caribenhas e do sul da Ásia que para lá migraram, que exerciam trabalhos predominantemente não qualificados ou semiquilificados, nas camadas mais baixas da economia (BRAH, 2006), o que se assemelha ao trabalho doméstico no Brasil e às pessoas que o executam, em sua maioria, mulheres negras e pobres. O racismo exalta a não brancura dessas pessoas, fazendo com que elas experimentem negações de diversas ordens nas diferentes esferas da vida social e política, decorrentes de um processo de estigmatização, discriminação e exclusão.

Por outro lado, essa opressão faz com que elas desenvolvam uma solidariedade entre si, e assim passem a constituir um sujeito político que age no sentido da superação dessas negações. É o que temos visto na trajetória das trabalhadoras domésticas no Brasil, a transformação das discriminações sofridas em uma consciência de gênero, classe e raça que se transforma em resistência e luta.

Em se tratando de trabalho doméstico, é imprescindível considerar que as mulheres que desempenham essa tarefa sofrem discriminações motivadas por preconceito de gênero, mas também de raça e de classe (CASTRO, 1992; CALAZANS; CASTRO; PIÑEIRO, 2018; BERNARDINO-COSTA, 2007; BRITES; PICANÇO, 2014), e que para avançar na luta pela garantia de direitos é preciso também lutar contra essas discriminações, ou seja, há que se entender que se trata de uma luta contra essa múltipla opressão, que deve incorporar ações voltadas à superação da vulnerabilidade a qual essas mulheres estão sujeitas por conta dessa condição.

Isso significa dizer que políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dessas mulheres devem levar em consideração o combate ao racismo e visar à elevação de sua autoestima, através de ações de valorização e combate à informalidade no exercício da profissão, a partir do momento em que se entende que o trabalho doméstico é tão importante e passível de direitos como todas as outras profissões

Mary Castro (1992), em seu texto *Alquimia de sujeitos sociais na produção dos sujeitos políticos: Gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores*

Domésticos em Salvador, traz mais uma crítica ao essencialismo, fazendo o uso da metáfora da alquimia para explicar como as desigualdades de gênero, raça, classe e geração se combinam na vida pessoal e laboral das lideranças do Sindoméstico. Em sendo o trabalho doméstico resquício do trabalho escravo, realizado em sua maioria por mulheres negras e pobres, a autora afirma que é por meio dessa combinação, responsável pela desvalorização social do trabalho doméstico, que as dinâmicas de desempoderamento se movem.

A autora atesta que as sindicalistas à época se identificavam mais com o movimento negro – que lhes traz um passado em comum com relação à sua ancestralidade e à sua condição de classe (os pobres em nossa sociedade são os negros) do que com o movimento feminista, pois ele lhes relaciona à patroa, outra mulher com diferente condição de classe social, e também racial. Essa diferença de cor, classe e raça impossibilita as patroas de compreender e/ou se solidarizar com necessidades das trabalhadoras domésticas, inclusive, as coloca em uma condição de explorar o seu trabalho sem a devida observância do cumprimento da formalização que garante os seus direitos trabalhistas. Esse contrassenso é denunciado pelas sindicalistas, pois as patroas brancas estão sempre mobilizadas por melhores condições de seus trabalhos e por mais direitos, mas não garantem o das mulheres negras que trabalham em suas casas. Outra questão é com relação à linguagem utilizada pelas feministas brancas e acadêmicas, a qual tem sido adaptada às mulheres de comunidades tradicionais e classes populares, mas que ainda não atende às necessidades dessas mulheres, segundo elas.

Joaze Bernardino-Costa (2015) também traz essa reflexão por parte das trabalhadoras:

Nós, mulheres de periferia, quando a gente começou a participar do movimento feminista, o linguajar era de doutores. (...) Hoje o movimento feminista já tem um linguajar mais voltado para a população da periferia, mulheres negras, índias. (...) A gente sempre tem batido nessa questão. Ainda existe isso, as pessoas aprendem a falar como acadêmicas e esquece que a população, ou a maioria, não teve oportunidade de chegar à academia. Quem participava do movimento feminista no começo eram as mulheres brancas e patroas. E sempre eu falo. Uma vez teve uma companheira feminista que se chateou comigo: ‘Ah! Não diga isso!’, porque quando eu disse a ela: ‘Nós, trabalhadoras domésticas somos discriminadas e violadas em nossos direitos por todos: pelas mulheres que estão no movimento feminista, que tá lá gritando pela liberdade sexual, direito a não sei o que, ao mercado de trabalho.’ Mas ela não quer que a mulher doméstica, trabalhadora doméstica, negra, que tá lá dentro da casa dela, estude, não quer que tenha a sua vida sexual ativa, não quer que tenha filho, não quer que tenha a sua cidadania, que participe politicamente (Entrevista com Creuza Oliveira, BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 151).

Quando foi feita a pergunta sobre a identificação com o movimento negro e com o movimento feminista para este trabalho, Creuza Oliveira afirmou que:

Agora, é claro, com certeza, a gente se identifica mais, eu me identifico mais com o movimento negro, com o movimento de mulheres negras, não que não tenha falhas, mas com certeza a gente se identifica porque somos iguais, as mesmas demandas que a gente tem, independente de elas serem da academia ou não, mas é igual, as discriminações, as violações, os desrespeitos e tudo, aí claro que a gente se identifica mais, eu me identificava, desde a década de 1980, mais com o movimento negro, de mulheres negras, do que com o movimento feminista. Hoje eu me sinto até bem junto às mulheres brancas feministas, mas quando eu comecei logo no movimento, que eu comecei a descobrir o movimento feminista, eu me sentia um peixinho fora d'água. Hoje não, eu já tenho uma consciência política mais definida, compreendo mais, estou no meio delas numa boa. Mas naquela época não. Porque eu sempre fui de enfrentar os meus medos, as minhas resistências, porque eu ficava ali observando, eu queria conhecer, eu tinha sede de saber, de querer diferenciar, então isso faz com que a gente aprenda (Creuza Oliveira, 61 anos, presidenta do Sindoméstico, depoimento em 29 de abril de 2019).

Creuza valoriza o processo de formação que a luta organizada lhe proporcionou, pois, segundo ela, foi nesse processo que ela adquiriu um amadurecimento com relação a temáticas das quais conhecia pouco, e lhe permitiu perceber que as militantes vivem na prática questões que muitos teorizam, a exemplo do feminismo:

Eu me considero feminista, diante de tantos anos de luta, e aprendendo com o movimento social, com o movimento negro, com o movimento sindical, eu me considero feminista. E tem muitas mulheres que são feministas e não sabem que são, né? Porque como eu te disse, essa palavra feminista muitas vezes faz a pessoa entender coisas totalmente diferentes, que não tem nada a ver, e infelizmente muitas vezes as pessoas acham coisas negativas, como comunismo ou outras palavras que as pessoas não sabem o significado, não sabem decifrar o que é, e aí não querem ser porque ouviram falar que são coisas negativas, ruins. Então não deus me livre, quero ser sapatona, não quero ser radical, não quero ser igual a homem, eu sou mulher, e não entende que o feminismo é a luta das mulheres por igualdade, por respeito, contra a violência, por direitos iguais, pelos direitos trabalhistas, pelo direito de ir e vir, ter direito de estudar, estar nos espaços de poder e de decisões, entendeu, então é isso que é ser feminista, é você querer o bem para você, mas para as outras mulheres, você querer o mundo com igualdade e com respeito, sem discriminações pela questão de gênero, raça, classe, e em especial as mulheres brancas naquela época, elas lutavam pelo direito ao mercado de trabalho, por igualdade das mulheres no mercado de trabalho, direito de ter as horas de trabalho respeitadas, salários iguais. Quando lutavam naquela época, na década de 70 e 80, elas não lutavam pela questão de raça; gênero, raça e classe, elas lutavam pela questão do direito da mulher ao trabalho, participação política, exercer sua sexualidade sem repressão, sem precisar

dar satisfação do seu corpo, das suas decisões, e principalmente contra todo tipo de machismo, né? Então hoje eu entendo isso, mas quando eu que eu comecei no movimento eu não entendia feminismo, feminismo, então ninguém nunca chegou para explicar o que é feminismo. E eu também por não ter uma consciência disso, eu também nunca perguntei para alguém o que é feminismo, me explique, me detalhe isso aí. *Então, eu sou feminista sim!* É claro que naquela época já existia o feminismo negro das mulheres negras, tinha as mulheres negras e as mulheres brancas, e tinham os embates, que as mulheres brancas achavam que não tinha que ter divisão, que era tudo igual, mas as mulheres negras diziam: “- Não existem especificidades das mulheres negras diferentes das mulheres brancas.”. Então tinha toda essa discussão. E é claro que as mulheres brancas daquela época, e ainda hoje, que são feministas, tem muitas mulheres domésticas trabalhando em suas casas, que muitas vezes elas defendem os direitos delas, mas não querem os direitos da trabalhadora doméstica que está lá na casa dela. Direito de amamentar, de estudar, de participar politicamente do seu sindicato, militar, então ela quer que a aquela mulher fique lá, cuidando dos filhos dela e da casa para que ela fique solta, livre para fazer a militância dela, esquecendo que a outra mulher, a preta que está lá na casa dela, é uma mulher também, e que precisa estar se conscientizando, participando para se empoderar, tanto quanto ela, patroa (Creuza Oliveira, 61 anos, presidenta do Sindoméstico, depoimento em 29 de abril de 2019. Grifos nossos.).

Diante desse depoimento e do acompanhamento às ações das trabalhadoras domésticas organizadas durante a pesquisa, percebo o quão associadas estão às dimensões de raça e gênero na vivência e na construção da identidade das trabalhadoras domésticas militantes. Tal como teorizou Bairros (1995), as mulheres negras vivem o gênero através da raça, e vice-versa, o que torna irrelevante uma prioridade na pauta da luta (ação e reflexão política) do movimento das mulheres negras, já que as duas formas de opressão acontecem juntas.

Assim, coadunamos com Mary Castro (2012), que atribuiu a expressão “artesãs da ação coletiva” às sindicalistas, por entender que as mulheres trabalhadoras organizam uma agenda feminista própria, ao produzirem a sua subjetividade de gênero em conformidade com a sua prática social, ou seja, com as suas experiências enquanto trabalhadoras domésticas, e considera que “rebelião” é uma palavra presente no modus operandi das diretoras, pois elas se rebelam contra os diversos tipos de opressão, como por exemplo, ao buscar pela educação para mudar e melhorar suas vidas; agem pautadas por um projeto coletivo, e por uma “orientação coletiva de companheirismo, de estar com os iguais” (CASTRO, 1992, p. 70). Logo, a alquimia que as oprime é a mesma que as impulsiona à reação e à luta pela superação das discriminações que sofrem.

O conceito de “feministas da prática” é desenhado no cotidiano das trabalhadoras domésticas, seja na prática profissional, no atendimento às colegas de profissão que chegam ao sindicato procurando ajuda e acolhimento, ou nas vivências do Coletivo de Mulheres

Creuza Maria Oliveira. A partilha de saberes e experiências em comum faz com que essas mulheres, através da empatia com suas pares, desenvolvam uma metodologia própria de formação política e também de intervenção na realidade, buscando construir de forma coletiva as alternativas para o encaminhamento de suas demandas.

Diante da complexidade do tema, é importante levar em consideração outra renomada pesquisadora sobre a temática do trabalho doméstico, Jurema Brites (2000; 2003; 2004; 2007; 2013; 2014). Em seus trabalhos a autora discorre sobre a complexidade da relação entre empregadas e patroas, analisando a esfera do trabalho reprodutivo, mais especificamente, através das desigualdades de gênero, classe e geração, trazendo elementos simbólicos que permeiam essa relação, a exemplo das relações de poder e de afeto entre patrões e empregadas.

Em pesquisa etnográfica (BRITES, 2000) realizada no Espírito Santo no final dos anos 1990, a autora nos incita à reflexão acerca das ilusões que temos quanto às condições ideais (ou não) desse trabalho, quanto ao achar que empregadas e patrões, principalmente elas, não tem nenhuma agência ao lidar com as suas relações de trabalho. Muitas autoras e autores, sobretudo as feministas, condenam as práticas clientelistas e personalistas, materializadas nos “agrados” e nas doações feitas pelas patroas às trabalhadoras domésticas, que são elementos de uma estrutura patriarcal de organização, em detrimento “do mundo profissional moderno” (FIGUEIREDO, 2011, p. 121).

A troca de favores e presentes dados pelos patrões às trabalhadoras favorece ao descumprimento dos direitos trabalhistas por parte dos primeiros, diante da necessidade do suprimento de necessidades básicas por parte delas (FIGUEIREDO, 2011) e, embora as trabalhadoras tenham a consciência de que seus direitos não estão sendo garantidos, os presentes são vistos com bons olhos.

Jurema Brites (2003) mostra que as trabalhadoras identificam isso como sendo o que diferencia uma boa patroa de uma má patroa, mesquinha a ponto de não presenteá-las com essas pequenas coisas, pequenas ajudas materiais que não fazem diferença no orçamento, além de arranjos na dinâmica de trabalho que seriam difíceis de se fazer caso tivessem que “bater ponto” (grifo nosso). As trocas na relação entre patroas e empregadas parecem ser sempre desvantajosas e opressoras para as trabalhadoras, mas as empregadas domésticas aproveitam “o melhor” do que a relação clientelista pode oferecer, e nessa troca social oferecem servilidade e prestígio aos patrões em troca dos “agrados”, sendo que nenhum dos dois lados permanece iludido nessa relação.

Em *Serviço doméstico: um outro olhar sobre a subordinação - Cinderela domesticada – gênero e reprodução da desigualdade na sociedade brasileira*, Jurema Brites (2004) afirma que quanto mais altos os índices de desigualdades econômicas num país, mais cresce o serviço doméstico, sendo essa a realidade da América Latina e dos países de terceiro mundo no geral, ao contrário dos países ricos, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, a exemplo da Suécia, aonde foram encontradas apenas duas trabalhadoras domésticas em toda a sua população, pelo senso de 1990. A autora prossegue com sua tese (BRITES, 2000; 2003) de que os patrões desrespeitam os direitos trabalhistas na relação com as trabalhadoras, substituindo-os por doações extra salariais.

Como já citado, pesquisadores da área consideram esse fato um problema com relação ao trabalho doméstico, pois com essas práticas clientelistas e paternalistas, reproduz-se o *modus operandi* da família patriarcal, mas a autora afirma, com base em sua pesquisa de campo, que para as trabalhadoras domésticas esses favores fazem com que o trabalho doméstico valha à pena, flexibilizando a dureza e a frieza das relações de trabalho formais. O trabalho da autora traz o questionamento acerca da utilização da categoria gênero como sendo universalizante, o que reduz as análises do trabalho doméstico sob a ótica da subordinação feminina “de forma ampla e inespecífica” (BRITES, 2004, p. 02), pois, segundo ela, o quesito classe é tão importante quanto gênero, o que ela comprova com sua pesquisa de campo.

A autora ressalta a importância das relações de poder entre as mulheres (patroas/ empregadas), o que supera as análises pautadas na opressão feminina por conta do paternalismo, e considera o maternalismo (COLLINS, 1990 apud BRITES, 2004) como um modelo adequado para essa análise, ao modo em que a dominação maternalista de patroas sobre as empregadas assume contornos afetivos. Essa análise traz outro olhar sobre a opressão dessas trabalhadoras, destacando na questão da classe e as subjetividades.

As doações recebidas pelas trabalhadoras estabelecem relações de gratidão e fidelidade para com as patroas, baseado no que a autora chama de “transmissão de patrimônio”, pois não são doadas coisas novas, mas sim aquelas que foram substituídas, ou que não servem mais para o seu padrão de consumo, a exemplo de móveis, enfeites, roupas de crianças etc. Brites resgata Marcel Mauss (1974), com suas formulações sobre a Dádiva e o Dom, e a hierarquia entre quem dá e quem recebe os presentes.

A partir dessa compreensão, a superioridade de quem agrada se mantém, e quem recebe as coisas “de segunda mão”, usadas, são considerados cidadãos de segunda classe. Por outro lado, os presentes recebidos são importantes para a economia doméstica dessas

famílias pobres, uma ajuda na sobrevivência de quem recebe um salário mínimo ou menos que isso. As coisas recebidas também guardam a memória da casa dos patrões: “as coisas circulantes constituem-se na prova da dependência e da reciprocidade entre pessoas que se relacionam dentro de um sistema de desigualdade social” (BRITES, 2004, p. 09).

O outro lado da circulação de bens pela dádiva, além dos presentes recebidos, são os furtos atribuídos às trabalhadoras, o que causa indignação nos patrões e por vezes leva à demissão. As trabalhadoras entrevistadas pela pesquisadora não assumiram essa acusação, e, inclusive, se queixam desse estereótipo, de que algo que some na casa dos patrões é tido como roubado e a acusação de roubo sempre recai sobre o subalterno, que é o “estranho” à família.

Durante a pesquisa de campo no Sindoméstico, nos foi relatado que o sindicato costuma negociar casos de brigas entre empregadas e patrões, quando as primeiras vão ao sindicato denunciar que foram acusadas de roubo pelos patrões, e isso ocorre, segundo elas, para que sejam demitidas por justa causa, assim os patrões não têm que arcar com seus direitos trabalhistas nem com a multa rescisória.

A autora pontua também que parte das críticas que o trabalho doméstico recebe de pesquisadoras se deve à comparação ao modelo taylorista-fordista na produção fabril, e de uma organização dos trabalhadores, que teoricamente se dá de modo imediato, mas que na prática não necessariamente acontece dessa forma. Portanto, essas críticas pautadas nesse modelo historicamente determinado devem ser revistas, já que os moldes do trabalho doméstico são outros: ambiente privado, o que dificulta ou impede a fiscalização das condições de trabalho, isolamento das trabalhadoras, etc. (FIGUEIREDO, 2011).

Em texto mais recente, Brittes e Picanço (2014) rememoram toda a problemática do trabalho doméstico no Brasil – um trabalho ainda socialmente desvalorizado e realizado por mulheres pobres, negras e menos escolarizadas, embora a comparação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e da de 2011 apontem como “característica do trabalho doméstico atual a elevação da escolaridade das trabalhadoras, a diminuição desse trabalho entre mulheres mais jovens e um envelhecimento do grupo” (BRITES; PICANÇO, 2014, p. 133, 139-141). As pesquisadoras registraram empiricamente alguns avanços na vida das trabalhadoras após a aprovação da PEC das Domésticas (EC 72/2013), que garantiu direitos importantes para a categoria, a exemplo da diminuição da carga horária exaustiva de trabalho, que passou a ser regulamentada para 44 horas semanais, mediante trabalho formalizado, o que tem sido mais respeitado, segundo o estudo.

Outro exemplo que as autoras citam no referido texto é de um acordo entre empregadas e patroas sobre o piso salarial para as diferentes ocupações dentro do serviço doméstico em São Paulo. Registram também melhorias nas condições de infraestrutura de domicílios das trabalhadoras e no acesso aos bens de consumo, o que coincide com a ampliação das políticas de governo para as classes menos favorecidas, a saber:

A última década do Brasil foi caracterizada pela expansão educacional, ampliação do emprego, redução da desigualdade econômica, expansão do consumo por meio do crédito e ampliação do poder aquisitivo das famílias das camadas populares, em um contexto de maior aproximação simbólica entre as classes sociais, em especial as classes médias e populares. Televisão LCD, cabelo liso, fogão elétrico, geladeira *frostfree* etc. são parte de um estilo de vida e consumo que não distingue o pertencimento de classe. Uma combinação que incidiu diretamente no trabalho doméstico em pelo menos duas formas. Na primeira, identificamos que o aumento da expectativa em relação ao consumo e estilo de vida reforça ainda mais a desvalorização do trabalho doméstico como atividade remunerada (BRITES; PICANÇO, 2014, p.138)

As autoras apontam que, em 2014, 7,4% dos lares mantinham trabalhadoras domésticas, sendo esses de classe média e alta, considerando que a legislação ainda não havia se debruçado sobre os direitos das diaristas. Isso não aconteceu até o presente momento, inclusive porque a luta da categoria é pela formalização das trabalhadoras através da carteira assinada, mediante realização de um trabalho contínuo, o que lhes garante os direitos trabalhistas conquistados, evitando à precarização do trabalho, pois essa realidade leva ao enfraquecimento da luta da categoria através do trabalho desregulamentado e legalmente desprotegido realizado pelas diaristas.

A diretoria do Sindoméstico continua na luta exaustiva pelo combate à informalidade no trabalho doméstico. Para tanto, realizam palestras para trabalhadoras estudantes em escolas, para mães que frequentam os CRAS dos bairros periféricos da cidade (por exemplo, reuniões no Condomínio 27 de Abril), e eventos em parceria com outras instituições, a exemplo da *Semana de Valorização do Trabalho Doméstico*, realizada em parceria com a SETRE.

A *Semana de Valorização do Trabalho Doméstico* reúne diversos órgãos que prestam serviços à categoria, a exemplo do evento realizado em abril de 2017, que contou com a participação do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), com atendimento psicológico e jurídico; Instituto nacional de Seguridade Social (INSS), com orientação previdenciária; SETRE, para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social

(CTPS); Serviço Estadual de Intermediação para o Trabalho do Estado da Bahia (SINE BAHIA) e Serviço Estadual de Intermediação para o Trabalho Autônomo do Estado da Bahia (SINE PATRA), que realizam intermediação de mão de obra e cadastramento para emprego; Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), para tratar de saúde e segurança no trabalho; Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com os temas da violência contra a mulher, autonomia e empoderamento; e Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FETIBA), instituição que combate ao trabalho infantil doméstico. Esses órgãos se juntaram em parceria com o Sindoméstico, que realizou orientação sindical e trabalhista durante o evento.

Bernardino-Costa (2007; 2013; 2015) traz conceitos importantes da teoria decolonial, a exemplo dos conceitos de “Colonialidade do poder” e “Decolonização do pensamento” para entender a complexidade desse tema, de como as trabalhadoras domésticas transformam opressão em resistência. Em artigo publicado sobre a organização política das trabalhadoras domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2015), o autor considera a colonialidade do poder e a interseccionalidade de gênero, raça e classe como conceitos centrais para explicar como se configura o quadro de desigualdades e hierarquias na sociedade brasileira, através do qual podemos analisar a desvalorização do trabalho doméstico no Brasil.

O autor afirma que raça, trabalho e sexo foram historicamente associados, desde a época colonial até a modernidade, através de uma divisão racial e sexual do trabalho, onde o poder foi colonizado, o que permite inferir que sobre homens negros e mulheres negras, ainda quando libertos, recaía a imagem de que ainda eram escravos: o homem negro livre encontrou barreiras frente ao imigrante branco, e a mulher negra livre foi integrada ao mercado como trabalhadora doméstica.

Através do conceito de colonialidade, o autor analisa as narrativas das trabalhadoras domésticas entrevistadas, que enfrentam dificuldades cotidianamente pautadas nos obstáculos existentes por conta de sua classe, raça, idade e sexo, e retrata a importância do ativismo das trabalhadoras domésticas no processo de equiparação dos direitos sociais com as demais categorias trabalhistas, com a aprovação da PEC das Domésticas em 2013, processo esse que envolveu também alianças e acordos entre grupos diversos, nacionais e internacionais, a exemplo dos movimentos negro, feminista, bancadas parlamentares, sindicatos etc. Com isso, ele argumenta a sua tese de que esses fatores desempoderadores podem desencadear processos de luta e resistência, pautados justamente nessas desigualdades, atuando como elementos de projetos decoloniais, o que ele chama de “interseccionalidade emancipadora” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 07).

Podemos constatar essa consciência na fala dos membros da diretoria do Sindoméstico que entrevistei para este trabalho:

A luta que foi para eu chegar até o sindicato, depois de tanta tragédia na minha vida, e Creuza, junto com as outras e Francisco me ressuscitaram das cinzas. Então falar dessa trajetória de superação para mim, hoje, eu me sinto mais forte, e estou na luta, e continuarei até o dia em que Deus permitir, ajudando outras companheiras a superar essa violência que a gente sofre dentro do trabalho doméstico, e a luta não é só minha, mas de todas as mulheres, em especial as mulheres negras (Entrevista, Milca Martins Evangelista, 49 anos, secretária geral do Sindoméstico. 17 out. 2018, grifos nossos).

Falas como essa se repetem e reverberam na vida dos membros da diretoria do Sindoméstico, e esse desejo de lutar para a emancipação de mais companheiras trabalhadoras domésticas motiva o trabalho dessas pessoas, sendo também a militância delas, principalmente por ser desempenhado de forma voluntária e contra todas as dificuldades de mobilização dessa categoria, em participar da luta organizada no sindicato (FIGUEIREDO, 2011). Podemos perceber essa motivação no relato que segue:

Fazer essa luta que impede de uma certa forma que jovens passem pelo que eu passei, pelo que as minhas colegas passaram, a exploração que eu sofri e que elas sofreram, o que dá pra gente uma satisfação de fazer esse trabalho, com toda dificuldade que a gente tem, para fazer o trabalho, a luta sindical, aqui no Sindoméstico, esse trabalho que a gente faz aqui dá ânimo pra gente continuar, na certeza de que fazer esse trabalho vai impedir que jovens sejam exploradas como nós fomos no passado. Então esse é o nosso combustível (Grifos nossos. Entrevista com Francisco Xavier, realizada em 14 nov. 2018).

É exatamente nessa direção que o Sindoméstico -BA vem atuando, no sentido de sua organização e de seu fortalecimento. O Sindoméstico é tido como espaço para conscientização e luta (CASTRO, 1992), e o acúmulo adquirido através da participação nesse espaço gera uma consciência de classe mais apurada, além de ampliar a sua atuação para fora dele, conforme propõe Lorde (1984), ao sugerir que superemos os nossos medos e quebreemos o silêncio sobre as coisas que nos oprimem, a fim de enfrentar e superar essas opressões.

Assim, as trabalhadoras domésticas têm proposto e desenvolvido ações que conferem maior visibilidade à categoria, através de atividades que possibilitam o debate e a articulação com outras entidades, traçando estratégias de organização para a conquista de suas

demandas, e para a negociação e a proposição de políticas públicas para o trabalho doméstico. A atuação política das trabalhadoras do Sindoméstico-BA tem se dado conforme Carneiro (2002) considerou acerca das mulheres negras brasileiras, as quais, segundo essa autora, têm se encaminhado como vozes atuantes na luta por espaço e representação.

O Sindoméstico-BA tem ampliado o seu diálogo com o movimento feminista, quando atua no sentido da emancipação e da transformação das condições de vida das mulheres, também por estarem conscientes do crescente fenômeno da feminização da pobreza, conforme Carneiro (2002) destaca. O sindicato também dialoga com o movimento negro, suas diretoras fazem parte do MNU, inclusive uma delas é a atual coordenadora do grupo de mulheres dessa organização. Participam também da Rede de Mulheres Negras da Bahia e do Movimento das Sete Mulheres, no combate ao racismo e às opressões sofridas pelas mulheres negras trabalhadoras, pois entende que esse fator ideológico – o racismo – não pode ser desconsiderado, não devendo ser atribuída a sua condição de discriminação apenas aos fatores econômicos (RATTS, 2006; SOUZA, 2006), de desigualdade diante das outras categorias trabalhistas.

Não tivemos um sistema racista explícito como o *apartheid* da África do Sul, por exemplo, mas temos um racismo velado e perverso, reforçado pelo mito da democracia racial (RATTS, 2006; SOUZA, 2006), que relega o nosso povo negro aos piores lugares na pirâmide social, e, na base desta, as mulheres negras.

O conceito de empoderamento também é muito importante nesse contexto, pois as próprias trabalhadoras quando se sentem empoderadas, com mais consciência sobre seu valor e seus direitos, ganham mais garra na luta e no empoderamento de outras mulheres. Esse conceito é explicitado por Collins (1990), segundo a qual, o empoderamento para as mulheres negras é poder falar e pensar por si mesmas, se auto reconhecendo a partir de uma identidade individual e coletiva, articulando mudanças significativas para a sociedade.

Silvana Bispo (BISPO, 2011) propõe um debate em torno do feminismo negro, da memória, da oralidade e das africanidades, e analisa a trajetória de cinco mulheres negras ativistas em Salvador, Luiza Bairros, Valdecir Nascimento, Lindinalva Barbosa, Ana Clécia da Silva e Vilma Reis.

A autora traz a discussão sobre as dificuldades encontradas pelas pesquisadas quanto às práticas sexistas no interior do movimento negro soteropolitano (no caso, no MNU), o que fundamentou a criação do Grupo de Mulheres do MNU (GM MNU), criado também quanto às contradições de raça no movimento feminista, por conta da inviabilização da perspectiva racial por parte das feministas brancas ao pautarem as prioridades do

movimento, o que resultou na saída das mulheres negras em prol de suas bandeiras próprias, o que aconteceu também a nível nacional. Fica evidenciado, assim, a importância de espaços de auto organização nos quais mulheres negras possam tratar de suas pautas e demandas, sendo também espaços de acolhimento para as especificidades de sua condição social e as opressões resultantes.

Para Luiza Bairros, em entrevista a Bispo (2011), em Salvador temos grupos de mulheres organizados a partir de demandas de seus bairros (Alto das Pombas, Calafate etc.), não necessariamente a partir de uma luta antirracista e feminista, embora tenham agendas organizadas nesse sentido, englobando a melhoria da qualidade de vida das comunidades negras, sendo espaços de mobilização que lutam por visibilidade, como por exemplo, o Coletivo de Mulheres do Calafate, o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, a Organização de Mulheres do Lobato etc. Situamos então o Coletivo Creuza no bojo desses grupos, sendo que ele surge a partir de uma demanda do Sindoméstico, aliançada às demandas das mulheres da comunidade.

O grupo também se enquadra no que destacou Collins (1990), ao teorizar sobre o “Pensamento Feminista Negro – Conhecimento, consciência e a política do empoderamento”, como um “lugar seguro”. Lugares seguros, para a autora, são todos aqueles onde as mulheres negras podem analisar e conversar livremente sobre os fatos. Segundo a autora, esses lugares:

Eles constituem um mecanismo entre muitos, desenhado para promover o empoderamento das mulheres Negras e aumentar nossa habilidade de participar de projetos de justiça social. Como estratégia, os espaços seguros se apoiam em práticas de exclusão, mas seu propósito geral certamente tem em vista uma sociedade mais justa e inclusiva (COLLINS, 1990, p. 20).

Cecília Sardenberg (2009) traz uma visão mais geral do conceito de empoderamento, a saber:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (SARDENBERG, 2009, p. 02)

A referida autora explora o conceito de empoderamento, que também se edifica a partir dos debates e das críticas das feministas do chamado terceiro mundo, articuladas com as

contribuições da educação popular, mais especificamente pautadas na “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, e das pedagogias libertadoras. Assim, empoderar-se é também compreender-se enquanto sujeito e enquanto agente das transformações necessárias à própria libertação.

Com efeito, nos anos 80, as feministas passaram a criticar as intervenções que não trabalhavam com essas questões, ou que não diferenciavam entre a “condição” e a “posição” das mulheres na sociedade. Essa limitação foi trabalhada por Maxin e Molyneux (1985) em relação à situação das mulheres nas lutas revolucionárias na América Latina, distinguindo entre “necessidades práticas de gênero” – que surgem das ideologias de gênero e da divisão sexual do trabalho - e “interesses estratégicos de gênero”, que se refere à mudança da posição das mulheres na sociedade. Para Molyneux, é necessário destacar a importância da organização e mobilização das mulheres no sentido da conquista dos seus interesses estratégicos, ou seja, é uma conquista resultante da ação coletiva (SARDENBERG, 2009, p. 05).

A atuação de trabalhadoras domésticas enquanto sujeitos políticos envolve uma participação incisiva. Essa luta, movida pela necessidade do reconhecimento enquanto integrantes da classe trabalhadora, pela conquista de direitos e de políticas públicas para a categoria foi motivada também pelo anseio da superação das discriminações de gênero, raça e classe sofridas por essas trabalhadoras, o que também justifica as desigualdades existentes entre essa categoria trabalhista e as demais (CASTRO, 1992; MORI et al, 2011). Nesse ínterim surgiu o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, para ampliar as ações do sindicato, alcançando mulheres das comunidades da Mata escura e de outros bairros de Salvador, fortalecendo a sua luta.

Segundo o relatório de grupo de trabalho/Trabalho Doméstico (BRASÍLIA, 2011⁴⁶), o trabalho doméstico remunerado é a ocupação que agrega o maior número de mulheres no Brasil, sendo responsável por empregar 10% da População Economicamente Ativa (PEA) entre 1995 e 2005, sendo 55% desse total composto por mulheres negras. É uma das ocupações mais precárias do universo laboral, que enfrenta preconceitos com relação à desvalorização social desse trabalho e à discriminação étnico-social das trabalhadoras, e apresenta importantes déficits de trabalho decente⁴⁷, a saber: a precariedade das relações de

⁴⁶ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011.

⁴⁷ Para a OIT, o trabalho decente é definido como uma ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de todas as formas de discriminação, com direitos assegurados à proteção social, voz e representação. Fonte: Relatório de grupo de trabalho – Realização de estudos sobre os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação de direitos assegurados aos

trabalho, pois pouco mais de 26% do contingente possuía carteira assinada no ano de 2008, além dos salários baixos ou abaixo do salário mínimo; condições precárias de trabalho sem equipamentos de proteção e segurança; grande vulnerabilidade com relação a assédios moral e sexual; isolamento no ambiente de trabalho; o que dificulta à fiscalização das condições laborais; dentre outras vulnerabilidades.

Portanto, o conceito de empoderamento é de suma importância para analisar o engajamento político das trabalhadoras domésticas, visto que muito de seu trabalho consiste na luta pela conscientização de mais mulheres trabalhadoras com relação aos seus direitos sociais e trabalhistas, chamando à atenção para a necessidade da formalização do emprego, problematizando as reformas trabalhistas e da previdência etc., também quanto à sua condição de mulheres negras trabalhadoras, o que lhes relega condições de trabalho específicas e socialmente desprivilegiadas devido à sua classe, raça e cor. Esse trabalho de formação política é feito através das palestras nas escolas, creches, associações, mas principalmente nas reuniões ordinárias do Sindicato e do Coletivo, reforçando a necessidade do fortalecimento do Sindoméstico enquanto entidade que pauta as demandas da categoria nos diversos espaços de representação.

Entende-se, portanto, que o conceito de empoderamento que nos representa enquanto mulheres negras está na compreensão de que “na perspectiva ativa do feminismo negro, não diz respeito apenas às mulheres, mas à comunidade negra como um todo, pois, o racismo, de forma diferenciada, afeta a todas e todos” (BISPO, 2011, p. 120). Nesta perspectiva, empoderar-se é também um ato coletivo, que implica na luta pela emancipação da comunidade através da superação das estruturas de opressão.

Assim, o trabalho que as lideranças do sindicato têm feito, quando vão palestrar nas escolas noturnas, nas reuniões do sindicato e no condomínio, em eventos, a exemplo da Semana de Valorização do Trabalho Doméstico, e no Coletivo Creuza Oliveira, é um trabalho que também agrega a formação política das mulheres, discutindo o combate ao racismo na profissão, chamando à atenção para as violências às quais as trabalhadoras estão expostas dentro do ambiente privado da casa dos patrões, como por exemplo, combatendo o

trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal – Trabalho Doméstico – Brasília, Abril de 2011. Mais informações disponíveis em: <file:///C:/Users/C/Downloads/REALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20ESTUDOS%20SOBRE%20OS%20IMPACTOS%20SOCIOECON%C3%94MICOS%20DE%20UMA%20PROPOSTA%20DE%20AMPLIA%C3%87%C3%83O%20DOS%20DIREITOS%20ASSEGURADOS%20AOS%20TRABALHADORES%20E%20TRABALHADORAS%20DOM%C3%89STICAS%20PREVISTOS%20NA%20CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20FEDERAL%202011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

trabalho infantil doméstico, informando sobre os direitos trabalhistas, pautando e combatendo a violência contra a mulher, etc. A diretoria do Sindoméstico entende que investir em geração de renda também empodera mulheres, e vem realizando cursos de qualificação e oficinas que visam capacitar as mulheres para o melhor desempenho da sua profissão, e também para complementar os seus rendimentos.

Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira tem sido fundamental, à medida que consegue alcançar as mulheres que não se deslocam até o sindicato, mas que tem participado das discussões e das atividades propostas pelo grupo, a exemplo de cursos de artesanato e pintura, alfabetização, e oficinas formativas, mobilizando mais mulheres para os interesses coletivos da luta histórica das trabalhadoras domésticas organizadas. Desta forma, as possibilidades de espaços de atuação são multiplicadas, abraçando a disposição de mulheres que podem não se sentir, a princípio, atraídas para o espaço tradicional de militância sindical.

O próximo tópico refere-se à pesquisa de campo realizada nos espaços do Sindoméstico-Bahia e do grupo de mulheres de Mata Escura e adjacências, que se tornou o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. Tratamos do alcance das ações das trabalhadoras domésticas organizadas e dos seus impactos, sobretudo para suas comunidades. No primeiro momento foram apresentados registros das apresentações dessa pesquisa em eventos, quando ela estava em andamento. Depois discutimos sobre o acompanhamento ao sindicato, e no último subitem, ao Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. Foi possível, desta forma, refletir sobre a relação entre o Sindoméstico e o Coletivo e suas dinâmicas complementares de funcionamento.

4 ENTRE O SINDOMÉSTICO E O COLETIVO DE MULHERES CREUZA OLIVEIRA: POR MAIS *LÓCUS* DE RESISTÊNCIA

Neste último capítulo serão abordados aspectos relativos ao trabalho de campo realizado no Sindicato de Trabalhadores Domésticos da Bahia e no Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. São dois espaços complementares, porém distintos, portanto, cada subseção se refere a um deles.

As trabalhadoras domésticas não foram meros objetos de pesquisa, mas sim parceiras; portanto, elas foram sempre requisitadas para falar sobre sua trajetória quando tivemos convites para apresentar esse trabalho. A diretoria do Sindoméstico elege os representantes para as atividades; da mesma forma, todo texto fruto desta pesquisa submetido a algum evento ou congresso passa pelo crivo da diretoria do sindicato.

Em 2017 fui convidada a participar do *Março Mulher* na Universidade Salvador (UNIFACS). Prontamente, convidei alguém da diretoria do Sindoméstico, e Maria do Carmo de Jesus foi a representante. Convidei também Bianca Muniz Leite (NEIM/UFBA) e João Victor Marques da Silva (UcSal), dois advogados que tinham recentemente defendido dissertações de mestrado sobre os direitos das trabalhadoras domésticas, sua efetivação e desafios, destacando o racismo institucional por parte do Estado Brasileiro como sendo um grande empecilho para o acesso a direitos por essa categoria.

Compusemos a mesa do *Painel III: Interfaces Direito, Gênero e Raça: O papel da mulher na sociedade e o papel do direito nesse contexto* junto com Gabriela Ramos, também advogada, mestranda do centro de Estudos Afro Orientais (CEAO/UFBA). A fala que mais impressionou ao público foi a de Maria do Carmo, ao contar sobre a sua história de vida, as violências sofridas no trabalho doméstico desde a infância, quando foi comparada aos cachorros da casa, tendo sua mão de obra infantil explorada, dentre outras violações de direitos, até conhecer o Sindicato, que a fez enxergar e reagir às violências, e abandonar o emprego, passando a militar junto ao Sindoméstico em prol dos direitos da categoria.

Nos mesmos moldes, participamos de uma mesa na Universidade Católica do Salvador (UcSal), em 14 de maio de 2018, intitulada *A luta das empregadas domésticas: Desafios para o reconhecimento enquanto classe trabalhadora*. As organizadoras do evento procuraram o NEIM, e fui indicada pela professora Márcia Macedo para o representar. Convidei Milca Martins e Francisco Xavier, diretores de Formação e Imprensa do Sindoméstico-Bahia, respectivamente, para representarem a sua entidade.

A pesquisa de campo para este trabalho foi realizada através de visitas ao Sindoméstico em dias normais de funcionamento, da minha participação em reuniões do Sindoméstico, e nas reuniões do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira. Além disso, acompanhei os eventos apoiados pelo Sindicato, nos quais as diretoras também participaram. Elas fazem o esforço de mobilizar mais mulheres para participarem, mas nem sempre conseguem êxito, o que é uma queixa constante por parte delas – a pouca mobilização da categoria.

Angela Figueiredo já chamava à atenção para essa “dificuldade na construção de uma consciência coletiva” (FIGUEIREDO, 2011, p. 127), o que se atribui a diversos fatores verificados nessa pesquisa realizada em Salvador, desde ao isolamento das trabalhadoras domésticas em cada casa onde trabalham, às negações sofridas durante toda uma vida de trabalho, o qual, infelizmente, começa na infância na vida de inúmeras trabalhadoras domésticas. Essa queixa ainda se mantém por parte da diretoria, a saber:

Tem sido uma luta manter esse sindicato. Esse ano mesmo, a procura diminuiu muito, até para fazer o cálculo, que é o mais comum, e tivemos que suspender o atendimento dia de sexta. Estamos funcionando com muito esforço, porque tem dia que a gente fecha no vermelho. Tem dia que só chegam aqui três ou quatro trabalhadoras, tinha dias da gente ter umas doze. Para mobilizar para as reuniões então, tem sido uma luta! A gente até entende, a dificuldade com o dinheiro do transporte, mas é só um domingo no mês, não custa nada se organizar em prol de uma causa maior, que é o fortalecimento da categoria. É pra gente mesmo! Mas as pessoas não têm consciência. (Entrevista com Milca Martins Evangelista, 49 anos Secretária geral do Sindoméstico. Realizada em 17 out. 2018).

Pode-se também comprovar essa dificuldade quando se compara os dados, que do total de 111 mil trabalhadoras em Salvador (PED – RMS, 2017) e região metropolitana, apenas 0,02% da categoria é sindicalizada, o que corresponde a 2.250 pessoas, segundo dados obtidos em pesquisa documental no Sindoméstico em novembro de 2018.

Apesar disso, a organização política das trabalhadoras no Brasil é exemplo para o mundo, vide os depoimentos que tivemos durante o 1º Encontro Latinoamericano das Trabalhadoras Domésticas, acontecido em Salvador (BA), em dezembro de 2017, o qual eu pude acompanhar:

Havia ônibus especiais para negros, pobres, no Peru. Nesse meio estão as trabalhadoras domésticas. No Peru, não há políticas públicas. O país mais avançado nisso é o Brasil. Temos muitas propostas de políticas públicas, mas os governos não nos levam em consideração. Não queremos o perdão histórico; queremos políticas públicas (Informação verbal. Ernestina. Representante das trabalhadoras domésticas do Peru. Em 1º dez. 2017).

Nas visitas para observação participante, ou ao acompanhar os eventos dos quais participam, aproveitei para conversar com/entrevistar as trabalhadoras, no sentido de coletar dados sobre sua história de vida, trajetória profissional, sobre a sua inserção ou contato com o sindicato, sobre suas principais questões e aspirações, ao fazer parte desses espaços. Para entender as bandeiras de luta das trabalhadoras domésticas é fundamental a pesquisa bibliográfica sobre o seu histórico de lutas, mas é a partir da vivência, da participação no Sindicato e no Coletivo, que pude entender as angústias e as alegrias de seu cotidiano.

As suas articulações priorizam as suas demandas, e, isso se confirma através dos temas que norteiam as reuniões mensais do Sindoméstico e do Coletivo Creuza Oliveira, ligados às dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na sua vivência cotidiana.

A seguir discorreremos sobre o acompanhamento feito ao Sindoméstico no tocante à participação política da diretoria executiva e do trabalho de conscientização que fazem nos diversos espaços onde a categoria se encontra.

4.1 OBSERVANDO O SINDOMÉSTICO - BAHIA: A PRÁXIS POLÍTICA NA LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS

Historiamos aqui minha aproximação com o Sindoméstico e como surgiu a proposta desta pesquisa, assim como são relatadas as ações e intervenções do Sindicato junto à categoria. Também tratamos da relação das associadas com o Sindicato e das dificuldades que elas enfrentam em seu cotidiano ligadas à sua atuação profissional.

Comecei a acompanhar a atuação externa do Sindicato em abril de 2016, num evento realizado pela Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM), como contribuição à *Semana de Comemoração do Dia da Trabalhadora Doméstica*, no dia 28 de abril, intitulado “*Quinta Temática: Trajetória das Trabalhadoras Domésticas – Avanços e Desafios*”, ocasião em que Milca Martins Evangelista, diretora de formação do Sindoméstico à época, falou publicamente em uma mesa pela primeira vez. Milca fez um breve resgate histórico da luta das trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil, com a frase “Nossos passos vêm de longe”, de autoria de Fernanda Carneiro (2000), publicizada através da publicação organizada por Jurema Werneck (2010). Milca Martins utiliza essa expressão se reportando a luta iniciada por dona Laudelina Campos Melo, em Santos (SP), desde 1936.

Foi registrada por Milca a necessidade de efetivação da LC 150/ 2015 e a ampliação das políticas públicas de moradia e creches públicas para as trabalhadoras domésticas. Nesse mesmo dia, houve uma homenagem para as fundadoras do Sindoméstico-Bahia, em um shopping da cidade de Salvador, com representantes de Secretarias do Trabalho, Renda, Emprego e Esporte (SETRE) do Governo do Estado da Bahia. Também houve o *II Seminário Nacional: O Emprego Doméstico Entre Passado e Futuro – Uma reflexão a partir de Gênero e Raça*⁴⁸.

Ainda em 2016, no dia 30 de novembro, como parte das atividades do *Novembro Negro*, mês conhecido como “Mês da Consciência Negra”, foi realizada uma audiência pública na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia (OAB-BA), intitulada: *Negros e Habitação - Reflexões acerca da especulação imobiliária*. Participaram dessa mesa Creuza Oliveira, Francisco Xavier e Milca Martins pelo Sindoméstico, e Maura (Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB SSA e Conselho da Cidade); o Dr. Fábio Zelame, representante do governo do estado, não compareceu à audiência. Estavam presentes cerca de trinta mulheres trabalhadoras domésticas, a maioria moradoras do Condomínio Residencial 27 de Abril. Essa audiência foi requerida pelo Sindoméstico para discutir a importância da luta por políticas públicas de moradia e para reforçar a necessidade de fortalecer o trabalho do sindicato, através da participação efetiva da categoria.

Algumas falas foram bastante provocativas nesse sentido, pois a diretoria do sindicato relata que a participação das mulheres nas reuniões do Sindoméstico à época das negociações para o Condomínio (2010-2011) era bastante significativa, entre trinta e cinco e cinquenta mulheres, mas que, depois disso, esse número não se manteve, voltando ao número máximo, vinte mulheres⁴⁹.

A princesa Izabel assinou a Lei Áurea, mas não assinou a nossa carteira, não nos deu educação, saúde etc. Nossa luta não é só trabalhista, mas também contra a violência contra a mulher, questões de gênero, raça e dignidade. Precisamos nos unir cada vez mais, voltar a ser como era na época em que lutamos para conseguir o condomínio (Creuza Maria Oliveira. Audiência pública na OAB/BA, 30 de novembro de 2016).

⁴⁸Para mais informações, acessar: <https://www.facebook.com/events/197488167334470/permalink/211053455977941/>; https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSepVFU_IrV1IZObu2PdpWpf2bNtGZJSQygZEWppiEBa-coOSw/viewform?c=0&w=1>. Acesso em 15 dez. 2016.

⁴⁹ Arquivo SINDOMÉSTICO.

Durante o ano de 2017 participei de algumas reuniões do sindicato, e uma das mais interessantes foi a de outubro, com a discussão do *Outubro Rosa* pela Dra. Lucia Vasconcelos, psicanalista que faz parte do Movimento de Mulheres Negras. Estavam presentes também integrantes da Organização Não Governamental (ONG) Sol Nascente, que atende a mulheres vítimas de violência no Bairro de Águas Claras, em Salvador. Saúde e violência são dois temas recorrentes nas pautas de luta das trabalhadoras domésticas.

A saúde da trabalhadora doméstica é um tema que carece de mais pesquisas e da devida atenção do poder público, não só no tocante a políticas públicas de saúde para essa categoria, mas também é necessário o devido amparo legal, pois dispensas do serviço para os cuidados com a saúde são constantemente negadas pelos patrões, conforme relata a diretoria do sindicato, diante das queixas das trabalhadoras que atendem. Nesse contexto, o suporte oferecido pelo Sindicato é importante na busca da garantia de acesso a um direito básico, como é o direito à saúde.

Dessa forma, a diretoria achou por bem trazer a Dra. Lúcia para pautar essa discussão no *Outubro Rosa*. As reflexões trazidas por ela nos fizeram perceber o quanto nós mulheres negras somos negligenciadas pelos serviços públicos de saúde e o quanto a saúde da mulher negra é invisibilizada pela Saúde Pública. Considerando o racismo uma ferramenta para a nossa exclusão na sociedade em que vivemos, bem como o machismo, somos apartadas dos nossos corpos e dos nossos desejos enquanto mulheres negras, prejudicando a nossa autoestima e a nossa implicação no autocuidado.

Trazendo para a categoria trabalhista, ela ressalta que é preciso negociar com as patroas para que sejam feitas visitas a médicos e realizados exames periódicos, o que foi relatado pelas trabalhadoras presentes na reunião como sendo algo muito difícil de conseguir, pois os patrões não costumam liberá-las para ir ao médico, tendo resistência em aceitar os atestados para as faltas. Esse fato corrobora com os achados de Brites (2003) e Figueiredo (2011), quando afirmam sobre as violações de direitos por parte dos patrões, o que é aceito pelas trabalhadoras em troca de presentes e favores, a exemplo do empréstimo de cartão de crédito, doações de roupas e utensílios usados etc., o que foi confirmado pelas trabalhadoras nessa reunião.

Houve a eleição da nova diretoria do Sindoméstico, em novembro de 2017, tendo uma única chapa para a composição da diretoria. Creuza Maria Oliveira foi eleita presidenta. É necessário que tenham um quórum mínimo de 33 trabalhadoras adimplentes para votar, de um total de 2.215 associadas em novembro de 2017, o que corresponde a 0,01% desse total.

Acompanhei a angústia da diretoria nesse dia, no aguardo das mulheres para alcançar o quórum da votação. Segundo Milca Martins:

Sobre as eleições, é difícil formar novas lideranças, trabalhamos aqui de forma voluntária, só três de nós recebe uma ajuda de custo, que é menos de um salário, é difícil fazer formação política. Em 28 anos, foram três presidentes: Creuza Maria Oliveira, Marinalva Barbosa e Cleusa Santos. Elas se revezando. Chico (Francisco Xavier, membro da diretoria do sindicato desde 2010) não assume por questões de gênero, que ele não representa a maioria da categoria, que é de mulheres negras, e a gente precisa de representatividade (Entrevista com Milca Martins, realizada em 20 fev. 2018).

Problematizando a pouca participação das trabalhadoras domésticas no Sindicato, fiz observações e entrevistas questionando esse fato, sendo que a pesquisa bibliográfica também aponta possíveis explicações. Voltamos ao exemplo da época das negociações para pleitear os apartamentos no Condomínio 27 de abril. Luíza Dantas (2014), que fez um estudo etnográfico no local durante o seu doutorado, trouxe observações bastante interessantes sobre esse período.

O critério para participação no sorteio, que foi mediado pelo Sindoméstico, era que a trabalhadora doméstica não tivesse casa própria, morasse na casa dos patrões, de aluguel ou “de favor” com alguém. As trabalhadoras não necessariamente precisavam ser filiadas ao Sindicato, o que gerou muita polêmica, pois muitas trabalhadoras sindicalizadas tinham casa própria, porém em condições muito precárias.

Elas se sentiram preteridas em relação às não sindicalizadas mediante esse critério. Isso pode ter contribuído com a evasão posterior à inauguração do condomínio, pois a diretoria relatou, para esse trabalho, que à época das negociações as reuniões tinham entre trinta e cinco e cinquenta mulheres, e depois, passou a ter no máximo entre quinze e vinte. A diminuição da expectativa com relação à possibilidade de conquista de condições adequadas de moradia pode ter representado, assim, fator desmotivador para muitas mulheres que acompanhavam a atuação do Sindicato.

No fim das contas, manteve-se o critério que beneficiava as trabalhadoras domésticas que não tinham casa própria. O sindicato foi, além de protagonista, mediador desse processo (DANTAS, 2014). As outras 25 pessoas contempladas foram mulheres cadastradas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), mas em sua maioria também são trabalhadoras domésticas.

Depois de instaladas no condomínio, algumas questões foram um pouco desagradáveis para as novas moradoras: muitas relataram terem sido assaltadas ao chegarem a suas casas, pois eram estranhas ao local; onde foi construído o condomínio era um campo antigo de futebol, o que descontentou aos antigos moradores, gerando um sentimento de hostilidade.

Existem dois conjuntos residenciais próximos, cujos apartamentos são pagos pelos moradores através de financiamento, o que fez com que esses tivessem resistência ao condomínio das trabalhadoras domésticas, que conseguiram a sua casa gratuitamente, este fato gerou certa rejeição por parte da vizinhança. A creche do condomínio foi invadida e saqueada algumas vezes, jovens da comunidade faziam uso de drogas ilícitas dentro do condomínio antes de ter sido construído o muro para separar o condomínio da comunidade.

Também sentiram o preconceito por conta de sua profissão, como Dantas (2014) relata, e eu pude constatar na visita que fiz, em junho de 2018, quando relataram que a vizinhança as discriminava pelo fato de serem trabalhadoras domésticas. Inclusive, apelidam pejorativamente o condomínio como “condomínio das domésticas”.

Durante a pesquisa de campo, perguntando à diretoria sobre os avanços nas condições físicas do Condomínio, foi informada que o muro foi construído no final de 2017 através da CONDER, mas infelizmente as moradoras ainda não possuem a documentação de suas residências e, que o Sindicato ainda luta pela regularização para o funcionamento da creche:

Sobre a documentação da creche, depois de muitas idas e vindas, segundo informações que nós tivemos, soubemos antes das eleições que estava na mesa do governador, que não aconteceu por causa das eleições. E depois da eleição, tem recesso, ajustes, então acreditamos que só a partir do início do ano que vem, teremos essa assinatura, com a nossa creche funcionando, em nome do sindicato, o que vai permitir ao sindicato buscar parcerias para que a creche de fato funcione. Porque o que impediu a creche ao longo desses anos foi a falta do documento. Porque sem o documento, nenhuma entidade se propôs a fazer parceria com o sindicato. E como o sindicato não tem recursos financeiros para ele arcar com as despesas para botar a creche funcionar, precisa de parcerias, convênios, sem documentos não conseguimos. Assim que recebemos a chave, procuramos a Secretaria Municipal de Educação, e o secretário na época nos recebeu com uma alegria gigantesca, porque Salvador tem uma carência imensa por creches. A gente tinha uma creche prontinha, era só botar os equipamentos e pessoal, pronta para funcionar. Então ele ficou numa alegria muito grande. Mas na próxima reunião, para tratar dos pormenores, aí foi solicitado documento e a gente não tinha. Fomos pra CONDER, mas a CONDER também não tinha, porque o terreno era da URBIS, que não existia mais, aí vai para a prefeitura, estado, PGE, aí volta, uma novela! Ao longo desses anos temos mexido nisso constantemente, e dizem que é “para o mês; está pronto; está na fase final”, e dura até hoje! Da mesma forma, o documento, desde 2012. “Está pronto, a qualquer momento elas serão chamadas para receber”, mas isso dura até hoje, e ninguém tem o documento definitivo,

porque toda vez tem problema. Essa é a situação do Condomínio atual (Entrevista com Francisco Xavier, 52 anos, membro da direção do Sindoméstico, realizada em 14 nov. 2018).

Outras questões de interesse comum são alvo de discussão entre as moradoras, como a limpeza externa dos apartamentos, o pagamento das taxas de condomínio e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pois, segundo relatos, o fato de não terem pago pelo imóvel criou essa confusão, de acharem que não têm que arcar com as taxas⁵⁰. Técnicos da CONDER também visitam o condomínio para atualizar o cadastro das moradoras, e com isso fiscalizar se continuam ocupando os imóveis, ou se venderam ou alugaram, pois esse tipo de ação é proibido.

Foram feitas várias investidas por parte da diretoria em estreitar as relações com as mulheres moradoras do Condomínio, reuniões foram realizadas no local, confraternização de aniversário do condomínio etc., a fim de mobilizá-las a voltarem a participar do sindicato, mas não obtiveram o resultado esperado. Essa situação que pode apontar uma dificuldade de engajamento de setores populares, submetidos a cargas horárias de trabalho exaustivas, a uma atuação não diretamente vinculada a uma demanda específica.

Em 2017, o Sindoméstico foi convidado a fazer uma articulação com a UFBA, através de dois professores, de uma Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), e fui convidada a participar do planejamento das atividades práticas que seriam realizadas no Sindicato e no coletivo. O título dessa disciplina ACCS era *Interseccionalidade, política e produção de conhecimento*; representantes do sindicato, do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira e do Condomínio 27 de Abril foram convidadas a participar da disciplina, assistindo as aulas na Universidade, fazendo parte da turma.

Ao todo foram seis pessoas participando, duas de cada representação. Essa articulação continua e, em novembro de 2018, os estudantes da disciplina participaram da reunião ordinária do Sindoméstico, com o objetivo de ouvir as demandas da categoria para escrever projetos, os quais poderão ser utilizados pelo Sindicato para submissão a editais. Estão ocorrendo oficinas com os professores da disciplina para a diretoria do Sindicato sobre Formação Sindical (prestação de contas, elaboração de relatórios e temas afins), o que tem sido avaliado muito positivamente pela diretoria, que relata precisar muito desse tipo de formação, como relata Milca Martins:

⁵⁰ Mais informações disponíveis em: <<https://conjunto27deabril.blogspot.com/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

As oficinas através desse pessoal da UFBA com a direção do sindicato têm sido muito proveitosas. A gente viu como redigir atas, porque todo sindicato tem uma secretaria, nós não temos; como fazer uma ata, relatório, todo sindicato tem quem represente as pastas, e lá a gente aprende na tona. Deu para iniciar o aprendizado, mas ainda precisamos de mais (Milca Martins, 50 anos, direção do Sindoméstico, depoimento em 28 de abril de 2019).

Em visita ao Condomínio 27 de Abril no mês de abril de 2018 para atividade conjunta entre professores e estudantes da disciplina e Sindoméstico, as moradoras reiteraram os achados de Dantas (2014), queixando-se das dificuldades que enfrentam com relação à documentação de suas residências e das condições físicas do condomínio, sobretudo do não funcionamento da creche. Creuza Oliveira estava presente, palestrou sobre a sua história de vida e de luta enquanto trabalhadora doméstica e a história do Sindicato.

Essa atividade no condomínio foi pensada no sentido de demarcar que a luta por políticas públicas de moradia continua, assim como a constante luta pela mobilização e apoio das trabalhadoras à categoria, a fim de que se fortaleça a luta por direitos e por valorização. Depois da atividade, continuei no condomínio para realizar observação participante e conversar ou entrevistar algumas trabalhadoras.

Reunimo-nos na casa de Marcelina, uma das moradoras que ainda frequenta as reuniões do Sindoméstico, onde na oportunidade pude conversar com Creuza e com mais cinco moradoras. Elas se dispuseram a falar como é a vida no condomínio, sobre como é importante ter a casa própria, o que muda com isso na relação com o trabalho e com os patrões, como foi o processo de conquista desse condomínio, como está a relação delas com o Sindicato, tudo isso de forma bem descontraída, por se tratar de uma conversa informal. Dentre elas, quem mais falou foi Marcelina Martins, militante, que possui um discurso bastante politizado, com muito orgulho de sua profissão, e que inclusive teceu críticas interessantes com relação à mobilização da categoria.

Marcelina Martins dos Santos tem 49 anos, é solteira, sindicalizada, assídua no sindicato, mas foi mais ativa há mais ou menos sete anos atrás, em 2012, como relata em entrevista posterior à minha visita ao condomínio:

No sindicato entrei em 1991, assim que conheci, depois de um ano, me entrosei. Na primeira gestão eu não fui diretora, mas na segunda eu já estava sendo. Fui diretora durante nove anos, depois parei um tempo, depois voltei de novo. Já fui secretária geral, depois conselho fiscal, já fui da comissão de festas. Fui umas três gestões seguidas da direção. A idade já está chegando, não há tempo para tudo, mas eu adquiri muita experiência e muito conhecimento lá dentro; até hoje eu vejo que há duras penas o

sindicato sobrevive. O problema maior agora é que a gente lida com pessoas que estão interessadas em buscar os benefícios do sindicato. E quando eu trabalhei, a gente lidava com pessoas que *estavam engajadas, todas nós, com os mesmos problemas. Doía na pele. Tanto que a gente era mais unida!* Tínhamos mais união. E eu me aposentei aos 48 anos, não deixe de ilustrar isso aí não, que isso é um prazer pra mim! Eu me aposentei com 30 anos de contribuição, aos 48 anos de idade. Que hoje eles fazem a média aí, que a mulher que aposentou por tempo de contribuição, eles fazem uma média de 52 anos. Eu nem entro nessa estatística, eu sou exceção, já até fizeram entrevista comigo. Isso foi uma conquista! À base do meu conhecimento, que eu conquistei. Eu consegui esse conhecimento lendo, e chegando lá no sindicato, eu só fiz somar! (Entrevista com Marcelina Martins dos Santos, 49 anos, trabalhadora doméstica aposentada e sindicalista, realizada em 15 fev. 2019. Grifos nossos.).

Marcelina dos Santos considera que as trabalhadoras domésticas eram mais unidas e assíduas ao sindicato à época de sua militância por conta da luta pela equiparação dos direitos trabalhistas, o que “doía na pele de todas, as quais tinham os mesmos problemas”. Afirma que lhe entristece o fato de muitas procurarem o Sindicato apenas visando benefícios individuais, ao invés de despertarem a consciência coletiva de que é preciso participar do sindicato e lutar pelas suas causas, para fortalecer toda a categoria. Ela também relacionou essa pouca mobilização ao contexto sociopolítico em que vivemos, pois diante de tantas dificuldades e da pouca formalização na profissão, o suprimento das necessidades materiais ocupa um lugar central na vida da classe trabalhadora.

A casa de Marcelina dos Santos é muito organizada, com móveis planejados e utensílios caros, segundo ela, inspirou-se no bom gosto da patroa, exatamente como descreveu Brites (2003), sobre a subjetividade de a trabalhadora ser influenciada pela vida que compartilha na casa dos patrões. Marcelina conseguiu mobiliar o seu apartamento como sempre sonhou porque guardava dinheiro em uma conta poupança, pois morando à casa dos patrões, não precisou pagar aluguel nem gastar com comida.

A casa onde ela trabalha fica no Bairro da Graça, bairro nobre de Salvador. Mesmo aposentada, ela continua trabalhando lá, para complementar a sua renda. Ela disse ainda que os filhos dos patrões “já estão criados”, ou seja, não há mais esse trabalho, que hoje o casal está idoso, o que também a seduziu a continuar nessa casa, pois é muito apegada a eles e vice-versa, conforme ela mesma relata abaixo:

Você sabe como é velho, né velho é cismado. Eles *não confiam em muita gente*. Aí agora o trabalho é bem menos do que eu tinha lá há trinta anos atrás. Eles me conhecem bem, eu conheço os gostos deles, eu prefiro ficar lá do que tentar trabalho em outro lugar, com gente desconhecida, que *vai*

me explorar e me maltratar (Marcelina Martins dos Santos, informação verbal, 29 abr. de 2018, grifos nossos).

Tal como destacado por Brites (2003) e Figueiredo (2011), as profissionais consideram boas patroas aquelas que, além de dar presentes, as tratam “com educação”, como disse Marcelina. Ela conta que a sua vivência no sindicato fez com que ouvisse muitos relatos de maus tratos verbais e físicos, para além do descumprimento das leis trabalhistas por parte dos empregadores.

Marcelina conhece o coletivo Creuza, e embora considere o trabalho realizado nesse espaço como sendo de suma importância para a categoria e para a comunidade envolvida, não participa do grupo. Ela justifica que já faz parte da gestão do Condomínio 27 de Abril, trabalha cuidando dos patrões idosos, o que já lhe deixa muito cansada.

Ela diz ter muito orgulho da sua trajetória de luta junto ao Sindoméstico, e hoje na administração do “condomínio das domésticas”, diz que mesmo cansada, continua engajada na tentativa de mobilizar mais mulheres trabalhadoras para fortalecer a categoria. Quando pergunto sobre o avanço na legislação trabalhista, ela considera que:

Evoluiu muito, embora muita gente diga que não. O que a gente não tem é o valor social, é a nossa luta mesmo, pelo valor social. É uma profissão *diferenciada*, mas a *diferença* ainda vai demorar muito para ser vencida nesse país (Entrevista com Marcelina Martins dos Santos, 49 anos, trabalhadora doméstica aposentada, sindicalista e membro da direção do Condomínio 27 de Abril, realizada em 15 fev. 2019).

A “diferença” à qual ela se refere é a discriminação social que as profissionais domésticas enfrentam, somada aos maus tratos e à violação de direitos. Marcelina dos Santos se orgulha do quanto contribuiu participando do Sindoméstico, reconhece a importância dessa participação na sua formação política atual, que lhe confere condições de assumir cargo de gestão no condomínio onde mora, que não é um condomínio comum, mas sim o fruto da luta de uma categoria profissional e de sua entidade representativa, como ela destaca em suas falas.

Ela entende que é necessário continuar nessa trincheira, a fim conquistar novos avanços legais, e também culturais e simbólicos, através da valorização social e da ressignificação da imagem da trabalhadora doméstica em nossa sociedade em uma imagem positiva, relacionada a um trabalho executado de forma legal, com respeito à dignidade e aos direitos das trabalhadoras.

Seguindo com a pesquisa de campo junto a atividades importantes do Sindoméstico, em meados de 2018, Francisco, diretor de imprensa da entidade, viajou para a Suíça representando-o e à FENATRAD. Em outubro de 2018 a reunião ordinária do sindicato pautou as políticas públicas, com foco nas creches públicas para as mulheres trabalhadoras, pauta de suma importância para as trabalhadoras domésticas, que deixam de cuidar de seus filhos para cuidar dos filhos das patroas, o que expõe os seus a diversas vulnerabilidades.

Na próxima subseção faço um aprofundamento sobre o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, suas características e objetivos, qual a sua importância para a luta das trabalhadoras domésticas e para as mulheres da comunidade, quais as ações e agenda do coletivo. É importante discorrer sobre a relação entre o Coletivo Creuza Maria Oliveira e o Sindoméstico, em quais pontos eles se aproximam, e em quais se distanciam, a fim de demarcar a atuação de cada um.

4.2 O COLETIVO DE MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA: UMA “CRIA” DO SINDOMÉSTICO

Esse tópico trata mais especificamente da pesquisa realizada no Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, que envolveu reuniões, participação em eventos e manifestações políticas, articulação com movimentos sociais de mulheres negras, além da agenda do próprio grupo, que contempla a realização de cursos voltados à profissionalização e aprimoramento da educação formal das mulheres.

É importante contextualizar o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira no bojo das ações que descendem da formação política adquirida pela diretoria do Sindoméstico: De quem foi essa ideia e como ela surgiu? Qual o objetivo do Coletivo na perspectiva de suas fundadoras? Além disso, entender o papel do Coletivo é central neste trabalho. Como ele é visto pelas mulheres que dele participam? O que fez com que mulheres de três bairros periféricos da cidade aderissem a esse coletivo, e por que motivo ele atrai mulheres de outros grupos e bairros? Onde ele está situado, quais as suas particularidades, e como isso interfere nos anseios dessas mulheres?

Essa contextualização é importante no sentido de verificar quais as demandas das mulheres, que não são devidamente atendidas pelo poder público e que as motivam a discutir e buscar estratégias para sanar essas necessidades. Também é interessante saber como esses bairros surgiram, e como estão atualmente é interessante no sentido de completar as análises

sobre o contexto do surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira, mostrando a importância desse coletivo para as mulheres da comunidade e para o Sindoméstico.

A primeira reunião para a fundação do “Grupo de Mulheres de Mata Escura e Adjacências” foi realizada em dezembro de 2016, na casa de Milca Martins, Diretora de Formação do Sindoméstico-BA. Essa ideia vinha sendo amadurecida pela diretoria do Sindoméstico para abranger as mulheres da comunidade onde moram, sendo que muitas também compartilham a condição de trabalhadora doméstica.

É sabido que as trabalhadoras possuem algumas dificuldades que fazem com que elas não frequentem as reuniões do sindicato, pois o domingo é o seu único dia de folga, quando aproveitam para cuidar da casa, dos filhos, ou desfrutar de algum lazer. Como a reunião do Sindoméstico é no segundo domingo de cada mês, a do grupo mulheres ficou acertada em ser no último.

São três bairros imbricados nessa região: Mata Escura, Santo Inácio e Calabetão (figura 1), as mulheres conhecidas da vizinhança foram trazendo umas às outras. A proposta era de que cada qual levasse um alimento, para que se fizesse um café da manhã coletivo, para que fossem repassadas as informações sobre o Sindicato e assim seguissem conversando sobre questões que as angustiavam, e estratégias de superação.

Figura 1 - Rua Direta do Campo, n. 111, no bairro da Mata Escura (Salvador-BA)



Na primeira reunião o objetivo foi de contar a história do trabalho doméstico e a história do Sindicato, o que é parcialmente conhecido pela maioria delas, já que duas das lideranças moram no local há mais de vinte anos: Creuza Maria Oliveira e Milca Martins Evangelista, atualmente, presidenta e secretária geral do Sindoméstico/Bahia, respectivamente (figura 2). Dessa conversa, saíram várias demandas das mulheres, desde alguma atividade que lhes gere alguma renda a apoio psicológico para lidar com a vulnerabilidade de seus filhos jovens, muitos envolvidos com o tráfico de drogas.

Figura 2 - Creuza Maria Oliveira e Milca Martins, representantes do Sindoméstico-Bahia e do Coletivo Creuza Maria Oliveira, em dezembro de 2016, na sede do Coletivo Creuza



As reuniões foram tomando uma proporção tão interessante que Milca resolveu doar parte de sua casa para que fosse a sede do grupo. O público se estabilizou, assim resolveram denominar-se um Coletivo.

No início de cada reunião há um café-da-manhã coletivo, e almoço ao final, com sorteio de brindes de artesanato produzido por elas, como forma de confraternizar e estreitar os vínculos. Segundo Milca Martins, idealizadora do Coletivo:

A proposta do grupo é fortalecer as companheiras para serem multiplicadoras nos espaços que participam. Levar a história do sindicato, e informações sobre os direitos da trabalhadora doméstica para aquelas que não podem ir à nossa sede. Outra proposta é a de trazer a cada mês uma mulher para palestrar, realizar alguma oficina, desenvolver alguma atividade no grupo, para cuidar do fortalecimento do grupo. O café da manhã coletivo para nós é muito importante, porque nem todos os dias temos um pão para comer. No final da reunião, sempre que possível, um almoço, uma feijoada, cada uma traz uma calabresa, o que puder, e por aí vai, para confraternizar, pra gente se abraçar. É importante também combater a violência policial na comunidade, bem como outros tipos de violência, como a doméstica, por exemplo (Entrevista com Milca Martins Evangelista, realizada em 03 de abril de 2017).

O grupo voltou a se reunir em março de 2017, discutindo questões centrais da vida das mulheres que ali estavam, como violência doméstica e policial sofridas por elas na comunidade, discutiram estratégias de enfrentamento à violência e ao racismo. No mês de abril de 2017 houve reunião para repasse sobre a *VIII Semana de Valorização do Trabalho Doméstico*. Também houve queixas de que participaram poucas trabalhadoras domésticas nesse evento.

Milca Martins falou sobre a importância do trabalho em equipe, visando o empoderamento delas. Deu o exemplo de Creuza Maria Oliveira, que as incentivou a participar do sindicato e dos movimentos sociais, preparando assim uma base para a categoria, “e hoje ela pode viajar o mundo todo, pois a equipe tem plenas condições de continuar o trabalho”.

O objetivo da referida reunião foi de escolher o nome que as representaria enquanto um Coletivo de Mulheres. Foi pedido por Milca Martins para que as participantes pesquisassem nomes de mulheres que tiveram/têm destaque nessas comunidades, com o objetivo de dar visibilidade a essas histórias, pois ela ressalta que os homens geralmente são os homenageados, nomeando a si mesmos em praças, ruas, monumentos etc.

Dois nomes foram cotados: Creuza Maria Oliveira e Josélia Brito, lideranças da comunidade, a última, fundadora da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Região (ACOPAMEC). Das vinte e seis mulheres presentes na reunião, vinte mulheres votaram no nome de Creuza, as outras seis eram visitantes, portanto, não votaram. Creuza Maria Oliveira estava presente, e agradeceu pessoalmente a homenagem, sendo aclamada pelas companheiras, que disseram ter o objetivo de homenageá-la em vida, reconhecendo a importância da sua luta para as trabalhadoras domésticas e para a luta das mulheres negras.

Percebo o Coletivo de mulheres Creuza Maria Oliveira com um espaço de resistência quando se torna possível relacioná-lo com o que traz O’Neale (1986, apud COLLINS 1999):

Esses espaços são não apenas seguros – eles formam os lugares primordiais para resistir à objetificação como o Outro. Nesses espaços, as mulheres Negras “observam as imagens femininas de uma cultura ‘mais ampla’, percebem que esses modelos são, na melhor das hipóteses, inadequados e, na pior das hipóteses, destrutivos para elas e entregam-se à tarefa de fabricar a si próprias de acordo com os papéis das mulheres negras historicamente dominantes em suas próprias comunidades” (O’NEALE 1986, p. 139 apud COLLINS 1999, p. 6-7).

O Coletivo foi lançado oficialmente em um evento realizado em agosto de 2017, na Escola Municipal São Miguel, na Mata Escura, com confraternização e com a presença de palestrantes da Rede de Mulheres Negras, que reiteraram a importância da organização das mulheres negras da periferia contra as opressões de gênero, raça e classe que as relega a situações de vulnerabilidades. Infelizmente, até o presente momento sua documentação ainda não foi regularizada.

Isso dificulta, por exemplo, a submissão de projetos para editais, o que poderia ajudar nas melhorias nas condições de infraestrutura da sede e com recursos para a realização de mais atividades e cursos para o grupo. Busca-se trazer a cada mês uma mulher para palestrar, realizar alguma oficina ou atividade no grupo, que também visa ampliar possibilidades de geração de renda das mulheres. Os temas das reuniões mensais são decididos no grupo e o Sindoméstico articula as parcerias necessárias para a realização das atividades.

No mês de setembro de 2017 foi trabalhado o tema *Estética, empoderamento e organização de mulheres*; esse tema é recorrente na luta das trabalhadoras domésticas, que consideram de suma importância a valorização da autoimagem e a autoestima das mulheres negras. Segundo Creuza Oliveira, a militância no movimento negro foi o que despertou nelas essa consciência, de que é preciso ressignificar a sua autoimagem, em contraposição com a objetificação que nos é imposta pela sociedade, com o intuito de nos desumanizar, como fundamenta COLLINS (1990):

As experiências de mulheres Negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia-a-dia e as imagens controladoras da condição de mulher Negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação (COLLINS, 1990, p. 04).

A autoestima e a autodefinição dessas imagens subalternizadas, definidas por Lélia Gonzalez (1984) como o lugar da mulata (a mulher negra hipersexualizada, a musa do carnaval, “produto de exportação”); a doméstica (a “mucama permitida”, pois presta bens e serviços) e da mãe preta, a aquela que exerce de fato a função materna, sendo a responsável pela internalização dos valores pelos filhos dos brancos na sociedade brasileira, são de suma importância para a construção da nossa consciência coletiva enquanto mulheres negras. Esses termos centram a figura da mulher negra numa perspectiva socioeconômica, que as relega aos trabalhos menos valorizados e “elucida uma série de problemas propostos pelas relações raciais” (GONZALEZ, 1984).

Esse trabalho vem sendo feito pelo Sindoméstico, sendo que o Coletivo Creuza também segue essa linha, pautando debates sobre o combate ao racismo e ao sexismo, ao elencar a importância da valorização e do reconhecimento do trabalho doméstico enquanto profissão, o qual deve gozar dos mesmos direitos sociais e trabalhistas que as demais categorias profissionais. Trata-se de uma linha de atuação estratégica no sentido do empoderamento desta coletividade de mulheres, pois estimula a leitura crítica das opressões vivenciadas por elas no cotidiano, ampliando também as possibilidades de engajamento no enfrentamento destas questões.

Em outubro de 2017, foi feita a discussão acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a presença de uma assistente social do Conselho Tutelar, e em novembro, foi discutido o racismo com o tema *Novembro Negro: Pise no seu preconceito*, quando pude facilitar a discussão junto com Milca Martins. Na oportunidade, discutimos o racismo contra a mulher negra através da dinâmica *Pise no seu preconceito*, que Milca Martins e Anna Cristina Souza conheceram ao participar de um Encontro no sul da Bahia, e que consiste na escolha de imagens pelas participantes que representam a violência sofrida por conta do preconceito racial, bem como imagens que representam resistência e luta.

Cada participante foi falando o porquê de ter escolhido cada imagem. Havia algumas crianças, as quais observaram atentamente a discussão e participaram da dinâmica.

Foi discutida a importância do *Dia da Consciência Negra*, o processo racista de embranquecimento da sociedade brasileira enquanto projeto político, o racismo contra a mulher negra (ressignificando os termos “barriga limpa”, “limpar a raça”, “mulata” etc), e a campanha *Parem de Nos Matar*. Essas ações coadunam com as práticas do Sindicato no sentido do incentivo à elevação da autoestima das trabalhadoras, para que, através da aceitação da sua negritude, tenham um olhar positivo com relação a si mesmas. Mas para além disso é preciso que haja uma modificação na representação social sobre a imagem

dessas mulheres, pautadas em estereótipos preconceituosos que reproduzem desigualdades de gênero e raça, conforme conclui Mori et al (2011, p.178). Angela Figueiredo, em artigo neste livro, reforça que:

Para reconstruir uma nova imagem, é preciso assumir o controle da própria imagem, é preciso resgatar a humanidade perdida em condições de vida que desumaniza a trabalhadora doméstica desde criança, crescendo sem direito à saúde, à moradia, à convivência com a família, ao afeto, ao brincar e a estudar como tantas outras crianças. Nesse sentido, é fundamental a participação do Estado ao garantir acesso a uma escola pública de qualidade. Somente assim, o serviço doméstico será um trabalho decente como definido pela OIT – “um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias” (FIGUEIREDO, 2011, p. 131).

Questões mais amplas também foram abordadas nessa atividade, a exemplo do retrocesso no contexto político atual, com a proposição da PEC 181 e da Reforma da Previdência, pois, em ambos os casos, as mulheres negras e pobres serão as maiores prejudicadas, e as trabalhadoras domésticas, que conquistaram o direito à aposentadoria muito recentemente, são a categoria trabalhista mais vulnerável nesse processo. Depois, passamos para a parte da confecção do tapete: *Pise no seu preconceito!* (figura 3).

Figura 3 – Dinâmica *Pise no seu preconceito*, realizada durante as celebrações do *Novembro Negro*, promovidas pelo Coletivo Creuza Maria Oliveira em 2017



As fotos e frases escolhidas foram: sobre o direito das crianças a uma vida protegida, livre de discriminações; pelo direito de estudar, brincar etc.; fotografias de mulheres negras que representam a luta contra o preconceito racial e por melhores condições de vida para as mulheres e para o povo negro em geral, a exemplo de Creuza Maria Oliveira, Milca Martins, Laudelina Campos Melo; fotos de crianças e de idosos, os quais também são vítimas de diversas violências e preconceito. A escolha das frases e fotos é reveladora dos aspectos prioritários no cotidiano destas mulheres negras, no sentido daquilo que elas identificam como fatores relacionados à melhoria de suas condições de vida. Apontam, desta forma, para escolhas estratégicas sobre o que é necessário pautar enquanto demanda coletiva.

Em dezembro não haveria reunião, por conta da viagem de Milca Martins e Creuza Oliveira a Brasília em meados do mês, bem como por conta do recesso de fim de ano. Como encaminhamentos para janeiro, faríamos uma avaliação do ano de 2017 e o planejamento do ano de 2018, tendo em vista o que queríamos pôr em prática em forma de políticas públicas. Tivemos as eleições presidenciais e para deputados e senadores no Brasil em 2018; temos Creuza em Brasília presidindo a FENATRAD, temos Milca Martins como conselheira do Conselho da Mulher.

Logo, a ideia dessa atividade de avaliação e planejamento era propor as nossas pautas nessas e em outras instâncias, aproveitando, obviamente, o período eleitoral. Alguns exemplos de bandeiras de luta relatados durante a discussão são: creches públicas; saúde da trabalhadora doméstica; moradia; combate à violência; não à Reforma da Previdência; fortalecimento da(s) comunidade(s).

As pautas do Coletivo dialogam diretamente com as do Sindoméstico, visto que as lideranças são as mesmas e o público envolvido tem o mesmo perfil. Assim, o Coletivo tem sido um espaço importante de mobilização e de conscientização sobre a importância da participação no Sindoméstico em eventos e mobilizações políticas e culturais. Dessa forma, foram realizadas palestras com temas diversos, sendo os mais recorrentes: empreendedorismo, trabalho e renda; assistência e políticas públicas (creches, melhores condições de moradia e qualidade de vida nos bairros de periferia); superação da discriminação de raça, gênero e classe; acesso à educação, desde a creche ao ensino superior.

No intuito do fortalecimento do grupo através da divulgação de serviços úteis e de entidades que atuem no sentido da garantia dos direitos das mulheres negras nas comunidades e na cidade de Salvador, palestraram no coletivo representantes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); do Conselho Tutelar de Calabetão e de Mata Escura; do Movimento Negro Unificado (MNU); professores e pesquisadores da

Universidade Federal da Bahia (UFBA); membros da Rede de Mulheres Negras da Bahia; e assessoras de candidaturas negras aos cargos legislativos estadual e federal. Também através da mediação do sindicato, seis pessoas participaram da referida disciplina ACCS - Interseccionalidade, política e produção de conhecimento, da UFBA: duas mulheres do Coletivo Creuza, duas moradoras do condomínio 27 de Abril, e duas lideranças do Sindoméstico. Segundo o depoimento de uma delas, Ana Cláudia, moradora de Mata Escura:

A oportunidade de estar presente numa sala de aula na UFBA foi uma das melhores experiências que tive na minha vida. Sempre sonhei em estudar lá, mas acabei deixando as dificuldades me fazerem desistir desse sonho. No primeiro dia de aula, fiquei muito nervosa, como sempre, ainda mais por não saber e não ter compreendido de primeira o que significava interseccionalidade, evitava até pronunciar a palavra, mas com o tempo e com as discussões que fizemos em sala comecei aos poucos a compreender o significado do termo e a importância de estudá-lo. Dentre os diversos assuntos, nós debatemos artigos que falavam sobre a desvalorização social do trabalho doméstico e dos seus sindicatos, inclusive o daqui de Salvador, sobre a formação histórico-cultural do nosso país, sobre o que é lugar de fala, entre outros (Depoimento de Ana Cláudia Machado, administradora de empresas, membro do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira, 24 anos, em 24 de outubro de 2018).

Ana Cláudia é sobrinha de Creuza Oliveira e segue os passos da tia na participação em movimentos sociais (Rede de Mulheres Negras da Bahia, Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira) e no fortalecimento da luta do Sindoméstico, através da mobilização de outras mulheres. Formou-se em Administração de Empresas e, à época da pesquisa de campo, encontrava-se fora do mercado de trabalho.

Depois da participação da disciplina, ela diz estar se encorajando para se submeter à seleção para um mestrado. Essas ações condizem com a luta histórica da categoria por educação e pela elevação da escolaridade, já que o fato de a maioria da categoria ter ensino fundamental incompleto faz com que elas sejam submetidas às piores condições de trabalho (OIT, 2011).

Perguntadas sobre a vontade de voltar a estudar e ingressar no ensino superior, dez das treze mulheres do Coletivo entrevistadas responderam afirmativamente. Sete delas ainda lutam para concluir o ensino fundamental, dentre as quais seis frequentaram as aulas de alfabetização na sede do coletivo (figura 4). Dessas seis, uma já estudava, e as outras cinco retornaram à escola regular neste ano de 2019.

Figura 4 – Turma de alfabetização de mulheres integrantes do Coletivo Creuza Maria Oliveira, em junho de 2018



Também através da articulação do Sindoméstico, vinte mulheres participaram este ano, dos cursos de Cuidadoras de Idosos e Técnicas de Cozinha e Congelamento do Programa Qualifica Bahia⁵¹, na Escola São Miguel, em Mata Escura. A primeira versão foi ministrada no ano de 2017, para vinte moradoras do Conjunto Habitacional 27 de Abril, onde residem trabalhadoras domésticas e suas famílias (figuras 5 e 6).

O Condomínio, como já dito, foi uma conquista protagonizada pelo Sindoméstico, inaugurado em 2012, em parceria com governos do Estado e Federal, atendendo a uma demanda importantíssima da categoria, que é a necessidade de moradia, para que sejam diminuídas as vulnerabilidades e violências às quais estão expostas quando moram nas casas dos patrões (BRITES, 2003).

⁵¹O Programa Qualifica Bahia é uma ação do Governo do Estado da Bahia via Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), que tem o objetivo de promover a inserção no mundo do trabalho através de ocupações alternativas para geração de renda. O Instituto Aliança foi o parceiro executor desses módulos, em parceria com o Sindoméstico. Para mais informações, acessar: <<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178>>.

Figura 5 – Oficina de Cozinha e Congelamento, promovida pelo Qualifica Bahia para as integrantes do Coletivo Creuza Maria Oliveira



Figura 6 – Creuza Maria Oliveira, representando o Sindoméstico em palestra promovida pelo Qualifica Bahia, em 2017, na Escola Municipal São Miguel, Mata Escura (Salvador-Ba)



O Coletivo mobilizou em média vinte e seis mulheres em cada reunião mensal, possibilitando oportunidades as quais elas não tiveram acesso durante toda a vida, a exemplo da alfabetização (figura 7). O grupo mobilizou mulheres e lideranças de grupos de mulheres de outros bairros, articulação que tem sido muito importante, inclusive para ampliar a abrangência do Sindoméstico, pois as mulheres que participam do Coletivo têm também participado das reuniões do Sindicato.

Figura 7 – Reunião do Coletivo Creuza Maria de Oliveira, realizada na casa de Milca Martins Evangelista – sede do coletivo



Esse é um dado importante, pois sendo o Sindoméstico situado no centro da cidade, na Av. Vasco da Gama, tendo suas reuniões ordinárias todo segundo domingo de cada mês, torna-se complicado o deslocamento das mulheres que moram nos bairros de periferia, por vários motivos citados por elas: falta de dinheiro para o transporte, afazeres domésticos e cuidados da família – pois muitas mulheres são trabalhadoras domésticas, diaristas, ou vendedoras autônomas, tendo apenas parte do sábado e o domingo para a realização das tarefas que não puderam ser cumpridas durante a semana e para ficar com suas famílias, e/ou

ter algum lazer. Como sempre, infelizmente, percebemos a centralidade do trabalho e a dupla jornada como parte da vida das mulheres (BRUSCHINI, 1998; HIRATA; MARUANI, 2003), e no caso dessas mulheres negras e pobres, interseccionalizadas com racismo e sexismo cotidianos, tornando a vida delas ainda mais difícil (CASTRO, 1992; BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2002; MORI et al, 2011).

As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, mas a partir das articulações para atender a algumas demandas das mulheres, as atividades na sede do coletivo têm acontecido em vários dias da semana: aulas de alfabetização ocorrem desde junho de 2018, atendendo à demanda de seis mulheres, uma vez por semana; curso de pintura em tecido uma ou duas vezes por semana, tendo vinte participantes, dez em cada turno (figura 8). Elas relatam dificuldades com os desenhos nos panos de prato e com o manuseio dos pincéis, que, para algumas é um exercício de superação que tem sido muito exitoso.

Esse curso de pintura atende a necessidade de qualificação para geração de renda. As facilitadoras dos cursos são mulheres voluntárias, também trabalhadoras, que também ajudam cedendo materiais para as aulas.

Sobre a alfabetização de mulheres, a professora Márcia Neves, que também trabalha como assistente administrativa do Sindoméstico há quase três anos, comemora:

Eram seis mulheres ano passado, uma teve que sair por causa de problemas de saúde. As cinco que ficaram foram para escola formal esse ano. Pra mim foi um grande passo, visto que elas tinham vergonha de ir para escola, pois achavam que não sabiam nada. Com as nossas aulas elas se fortaleceram e estão todas na escola à noite. Estou muito feliz! (Márcia Maria da Rocha neves, 45, assistente administrativa do Sindoméstico e professora voluntária do curso de alfabetização do Coletivo Creuza. Depoimento em 08 de maio de 2019).

Em dezembro de 2018 houve a certificação das seis mulheres participantes do curso de alfabetização, as quais anteriormente mal sabiam ler, e uma delas não sabia escrever seu nome. Uma das participantes desse curso relata:

Eu já estudava, terminei a quarta série do ensino fundamental ano passado, pra mim foi um reforço importante, porque muita coisa que eu não via na escola eu aprendia aqui. Eu retornaria esse ano para a 5ª série, mas tive problemas de família e fiquei triste porque não vou poder voltar agora nem para a escola, nem para o curso daqui, mas em breve eu volto aos dois (Marta de Queiroz, 40 anos, membro do Coletivo Creuza Oliveira, depoimento em 11 de maio de 2019).

Figura 8 – Curso de pintura em tecido promovido pelo Coletivo Creuza Maria Oliveira para as mulheres da comunidade



Essa é uma conquista muito importante para o Sindicato e para o Coletivo, pois a luta pela elevação da escolaridade é uma luta histórica da categoria, como diz Milca Martins:

Lutamos por educação, desde as creches à alfabetização de mulheres adultas, e à formação universitária, vejam o exemplo de Marinalva (Marinalva de Deus Barbosa, membro da diretoria do Sindoméstico), que está cursando a Faculdade de Direito, e há de se formar! Esse ano eu criei coragem e retornei à escola; afinal, incentivo às outras a fazerem isso, então eu tenho que dar o exemplo. Quero ser assistente social, que aí eu vou poder ajudar melhor as minhas companheiras, mulheres negras trabalhadoras domésticas, e a todas as mulheres que precisam de apoio e de políticas públicas que funcionem (Milca Martins, 49 anos, direção do Sindoméstico, depoimento em 03 de abril de 2019).

O Coletivo contou com a parceria de pessoas próximas para arcar com as despesas. Em julho de 2018 foi realizado o primeiro bazar, que contou com a doação de roupas e acessórios, a fim de angariar fundos para custos com a sede (água, energia elétrica, materiais de limpeza), bem como para a aquisição de material didático para as aulas.

Em setembro, ao final da reunião com uma professora e estagiários do curso de Psicologia da UFBA, através da parceria com o sindicato para a realização de uma pesquisa, foi comemorado o aniversário de uma adolescente e uma criança, o que, para elas, significa “fortalecimento e cuidado, para quem nunca teve um bolo de aniversário, isso significa muito.” (Fala de uma das mães). Durante a reunião, uma das diretoras do Sindoméstico que estava presente desabafou:

A UFBA era muito distante para nós, agora estão mais presentes. Algumas pessoas daqui participam de um curso de extensão na UFBA: Ana Cláudia, Ana Cristina, Francisco e a esposa, e outras pessoas do Doron. A ACCS gerou um programa de rádio e panfletagens para o Sindicato, o que foi uma boa ajuda para nós. O projeto do meu curso de Direito é coletivo, vou atuar para mulheres da comunidade, pessoas LBGT e para quem não puder pagar (Entrevista com Marinalva de Deus Barbosa, 42 anos, atual titular do Conselho de Representantes e ex-presidenta do Sindoméstico, realizada em 30 de set. 2018).

As doações têm mantido as atividades do grupo, buscando atender a demanda por trabalho e renda das mulheres e de seus filhos jovens, está sendo articulada a retomada de um projeto⁵² que aconteceu em 2010 junto à Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC), de arte e reciclagem em papel; o maquinário que era utilizado para o processamento dos materiais está parado desde então, devido a não continuidade do trabalho, por falta de recursos para manutenção.

A ideia é de que o referido projeto seja retomado e ampliado, oferecendo formação em associativismo, empreendedorismo e cooperativismo, e geração de renda com arte reciclagem. Para além da sustentabilidade e da geração de renda, o projeto tem como objetivo diminuir as vulnerabilidades às quais os jovens, filhos de mulheres chefes de família e trabalhadoras domésticas estão sujeitos nessas comunidades, a exemplo da violência policial e entre as facções que movimentam o tráfico de drogas na região.

Essa situação mobiliza muito essas mães, as quais demandam ações e atividades não só voltadas para si, mas principalmente para seus filhos. Além disso, é interessante a parceria que foi feita à época com os estabelecimentos comerciais do local, que doavam matérias primas para a reciclagem, e depois ajudavam na venda dos produtos.

⁵²Dados sobre o projeto estão sendo pesquisados pela autora, mas até o momento, poucos dados foram encontrados.

Dessa forma, o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira vem sendo uma alternativa para a pouca mobilização das trabalhadoras domésticas enquanto categoria, vide os números apresentados, de 111 mil profissionais em Salvador e Região Metropolitana, para o número de 2.250 cadastradas como associadas pelo Sindoméstico, dentre as quais pouco mais de vinte participam das reuniões ordinárias⁵³. As mulheres do Coletivo têm participado inclusive das reuniões do Sindoméstico, mesmo não sendo filiadas ao sindicato, e têm participado da agenda de luta das mulheres negras na cidade de Salvador, a exemplo das atividades do mês de julho, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha; das comemorações do Movimento Negro Unificado (MNU); e das manifestações políticas que aconteceram antes das eleições presidenciais deste ano, a exemplo do “Ele não!” (figuras 9 e 10), sendo o Coletivo, assim como o Sindoméstico, um espaço importante de conscientização, fortalecimento e acolhimento para as mulheres negras, que, segundo suas falas, é o espaço no qual se reconhecem e se empoderam enquanto profissionais, estudantes, mães, jovens, chefes de família: Mulheres negras brasileiras lutando juntas pela garantia de seus direitos, como vozes atuantes na luta por espaço e representação Carneiro (2002).

Na fala de Milca Martins, ela acrescenta que:

O coletivo foi fundado com essa proposta, porque, na minha visão, a gente tem uma dificuldade muito grande de levar as trabalhadoras até o sindicato, aí fica difícil pra gente, a gente faz os trabalhos, as palestras nas escolas, nas faculdades, rodas de conversa, mas a gente não alcança essas mulheres que estão na periferia. Então a ideia foi fundar esse grupo no bairro para que elas pudessem participar, e a partir daqui, fortalecer o sindicato. E já tem algumas que até já foram se associar: Duas se associaram, e duas estão para ir, mas estamos tentando regularizar a situação delas, porque o estatuto do nosso sindicato diz que a trabalhadora tem que estar trabalhando com a carteira assinada. Como a maioria trabalha na diária então fica complicado para ela se associar. Continuamos na luta pela carteira assinada, aí mais um motivo! Nessa reunião desse mês de março de 2019, por exemplo, o sindicato que vai estar aqui no Coletivo para falar sobre a reforma da previdência, sobre os direitos trabalhistas, então o coletivo é para fortalecer a base, ou seja, o Sindoméstico. (Entrevista com Milca Martins Evangelista, secretária geral do Sindoméstico e liderança do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, realizada em 19 de março de 2019).

Desta forma, o Coletivo vai se configurando enquanto um espaço de engajamento para mulheres em torno de pautas caras à categoria das trabalhadoras domésticas, mas que a ação

⁵³ Arquivo SINDOMÉSTICO.

do Sindicato talvez não conseguisse acessar de outra forma, ou de forma tão direta quanto o Coletivo conseguiu.

Figura 9 – Atividade em comemoração aos 40 anos do Movimento Negro Unificado, no ano de 2018, com a presença de mulheres do Sindoméstico e do Coletivo Creuza Maria Oliveira



Figura 10 – Participação das mulheres do Sindoméstico e do Coletivo Creuza na Marcha das Mulheres Negras, em 25 de julho de 2018



Inicialmente, foi pensado que tanto as participantes quanto as palestrantes fossem exclusivamente mulheres, pois as mulheres concordaram que, assim sendo, o grupo se sente mais à vontade para partilhar e problematizar suas questões. Mas diante das demandas e das oportunidades, houve exceções, a exemplo do professor da ACCS da UFBA e seus alunos; de um estagiário da UFBA, que participou da reunião ordinária do coletivo junto com a professora no mês de setembro; de Francisco Xavier, diretor do Sindoméstico e da FENATRAD, o qual esteve no sindicato na última reunião, no dia 21 de outubro de 2018, para falar sobre a importância do voto consciente e, da ameaça do fascismo para o povo negro e para os direitos das trabalhadoras domésticas.

Politicamente, além de eleito o nome homenageando Creuza Maria Oliveira, o Coletivo se organiza através de uma comissão composta por dez mulheres, – em um formato análogo ao do Sindicato, onde existe a diretoria – e comissões para a feijoada, para arrumar o espaço, recepção das pessoas etc.

A comissão composta pelas dez mulheres se reúne uma vez por mês para dar conta das demandas do grupo, organizar as reuniões mensais e também o bazar, para se revezarem com relação à representação do grupo nos diversos espaços de atuação dos movimentos sociais de mulheres negras (grupo de mulheres do MNU, sendo Milca Martins a coordenadora do MNU Mulher; Rede de Mulheres Negras da Bahia; Movimento das Sete Mulheres; Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Salvador-BA. A dinâmica de funcionamento da comissão, bem como a articulação do Coletivo com movimentos diversos, nos informa sobre metodologias específicas de organização com as quais estas mulheres se sentem identificadas e à vontade para adotar – não por acaso, horizontalidade e coletivização, características de muitos movimentos sociais de recorte popular.

Tal como constatou Collins (1990) sobre o ativismo das mulheres negras norte americanas, no nosso caso, também vemos os laços de afetividade e/ou de parentesco entre mulheres como sendo um fator de mobilização para resistir às opressões. Temos no Coletivo Creuza mães, filhas e netas, o que também percebemos no Sindoméstico, onde as filhas, mesmo não sendo trabalhadoras domésticas, acompanham e participam das atividades do Sindicato, a exemplo de Nilvanildes Cruz, que desde criança seguia os passos de sua mãe, Georgina Cruz, trabalhadora doméstica que participa do sindicato desde 2006, tendo sido uma das trinta alunas do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão (TDC). Hoje as duas participam do Coletivo Creuza. Situações como a de Georgina e Nilvanildes também podem ser entendidas como expressões do “feminismo da prática”, na medida em que seu

engajamento político é reconhecido como uma ação em favor da coletividade, justificando e promovendo o envolvimento de novas gerações de mulheres negras na busca pela emancipação.

Nesse sentido, é importante considerar que o próprio Coletivo é fruto do engajamento político das diretoras do Sindoméstico, que são vizinhas e amigas, Creuza Oliveira e Milca Martins. Destaco a colaboração positiva do Coletivo para alcançar essas mulheres, que são as que o sindicato mais quer, pois elas estão mais vulneráveis com relação à falta de informações sobre seus direitos. Logo, se o sindicato não as alcança devido às suas limitações, o Coletivo consegue e fortalece a causa. Silvana Bispo ilustra essa característica da organização das mulheres negras baianas:

De qualquer modo, há ainda diversas outras formas e tipos particulares de mobilização, estabelecidos pelas mulheres negras em nosso Estado. E estas são, assim o creio, respostas organizacionais possíveis, possibilidades viáveis de novas e antigas sociabilidades, solidariedade racial e, principalmente, de insubordinação. Assim, por epistemologia feminista negra entendo o papel história travado por mulheres negras em tempos e lugares diferenciados, as quais ousaram romper com as estratégias de aniquilamento político, social e pessoal (BISPO, 2011, p. 189)

A luta das mulheres negras passa de geração em geração, ou seja, as bases são preparadas para que a luta continue. Assim, os movimentos de mulheres negras se perpetuam, mesmo com todas as dificuldades perpetradas pelo racismo e pelo sexismo nosso de cada dia.

Outro dado relevante da pesquisa de campo foi quanto à queixa das trabalhadoras com relação à sua saúde mental diante dos maus tratos e violações que sofrem, principalmente aquelas que foram submetidas ao trabalho doméstico infantil. Toda a diretoria do Sindoméstico passou por esse processo traumático, o que me foi relatado com detalhes nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

Diante dessa demanda, procuramos um serviço de psicologia que se disponibilizasse a fazer um trabalho de escuta e orientação com essas profissionais, pois elas atendem e escutam as trabalhadoras que se dirigem ao sindicato para relatar casos de violências sofridas, alguns bastante parecidos com os que passaram, o que é muito doloroso para elas. Passando por esse atendimento psicológico, elas poderão tratar as suas dores, e ajudar com mais tranquilidade às companheiras que necessitem. A opção pela pesquisa-ação enquanto método mostrou-se, desta forma, bastante acertada diante da realidade na qual este trabalho

se insere, permitindo que efeitos da intervenção pudessem ser registrados ainda no transcurso do trabalho de pesquisa.

Encontramos trabalhos importantes na área (TAMANINE, 2000; AMORIM, 2010), mas sugerimos o investimento em pesquisas e ações voltadas para a saúde da trabalhadora doméstica, pois essa é uma pauta muito importante para a categoria. Como explicitado anteriormente, a vulnerabilidade do vínculo trabalhista das empregadas domésticas – que exercem suas atividades em um ambiente isolado e de difícil fiscalização – tende a afastá-las do direito à saúde pela dificuldade de liberação do serviço para a realização de consultas e procedimentos médicos e hospitalares, bem como à possibilidade de conseguir licenças, remuneradas ou não.

Perguntadas sobre sugestões para atividades do Coletivo Creuza, as entrevistadas pautaram a ampliação da qualificação profissional e geração de renda, e também a criação de estratégias voltadas para os jovens na comunidade. Foi sugerido também pelas mães uma brinquedoteca com alguém para cuidar das crianças enquanto elas participam das atividades, pois por vezes elas deixam de ir às reuniões porque não têm com quem deixar seus filhos, por entenderem que as crianças atrapalham na sua concentração.

Nesse sentido, reiteramos a importância das creches públicas, pauta de luta das mulheres, em especial das mulheres negras, uma vez que a falta de políticas sociais de cuidados com as crianças tende a penalizar as mulheres trabalhadoras, ainda encarregadas da maior parte do cuidado com crianças e pessoas vulneráveis em sua sociedade patriarcal, pautada pela divisão sexual do trabalho. De acordo com a análise das entrevistas identificou-se também a necessidade de creches comunitárias, melhorias no transporte, uma polícia humanizada, projetos para jovens e mulheres, atendimento psicológico para as mães, lazer para crianças e jovens, e uma segurança pública que não chegue à comunidade na forma de violência policial, já que diversas mulheres entrevistadas relataram receio pela segurança de seus filhos, vulneráveis às ações violentas tanto de organizações ligadas ao tráfico de drogas quanto das operações policiais.

Também foi identificada a necessidade de realização de oficinas sobre feminismo e feminismo negro, tanto no sindicato quanto no Coletivo, pois essas terminologias são desconhecidas da população em geral. Tal necessidade é evidenciada em uma das falas de Creuza Oliveira, quando, ao ser perguntada se ela se considera feminista e feminista negra, respondeu:

Essa pergunta, para você perguntar para as outras companheiras do sindicato, se elas se consideram feministas, precisaria explicar o que é feminismo, para depois de explicado elas poderem responder sim ou não. Porque essa palavra “feminismo” ninguém nunca explicou pra gente. A gente aprende na prática, com a nossa militância o que é feminismo, a questão ideológica, então muita gente não sabe. Ouve falar no feminismo, e aí tem gente que interpreta o feminismo como mulheres mal amadas, mulheres que são radicais, mulheres que não gostam de homem, então um monte de absurdos que a maioria das pessoas que não sabem o que é interpretam ou pensam que é o feminismo. Então antes de fazer essa pergunta tem que explicar o que é o feminismo, para depois de explicar, perguntar: “E aí, você? Você se acha feminista ou não?”. Então é muito boa essa ideia de oficina sobre feminismo pra gente (Creuza Maria Oliveira, entrevista em 28 de abril de 2019).

Creuza desabafa, ressaltando a necessidade de mais sensibilidade e solidariedade por parte das feministas acadêmicas em partilhar o conhecimento teórico com as mulheres de movimentos populares, as quais também precisam se instrumentalizar com relação ao feminismo negro:

E esse daí, intersec..., que eu não sei nem falar direito, que tem que dizer o que que é isso? Que estão se usando muito essa palavra nos encontros, nas rodas de conversa, nos seminários, intersororidade, sei lá o nome, que muita gente nem sabe o que quer dizer é isso, e outras palavras também, que o pessoal vai inventando novas palavras, vai lá no dicionário, sei lá, inventa, e aí começa: “ah, porque a sororidade, ah porque a interseccionalidade, porque não sei o que...” Dá vontade de perguntar: “Mas o que é interseccionalidade? O que é isso aí que fala? O que é feminismo? O que é...”, e um monte de coisa, que aí o pessoal vai pro movimento popular, pro meio do povão que muitas vezes nem tem o ensino fundamental completo, e usa essas terminologias que o pessoal não sabe o significado e tem vergonha de perguntar o que é, né? (Creuza Oliveira, presidenta do Sindoméstico e membro do Coletivo Creuza, depoimento em 28 de abril de 2019).

Marinalva Barbosa também partilha esse sentimento, e se considera feminista devido à sua atuação no movimento sindical, representando a uma coletividade de mulheres negras, mas denuncia que as feministas “brancas” geralmente são as patroas e, portanto, não têm interesse em lhes contemplar em suas pautas:

Existe aquele grupo de feministas tradicionais, que são as nossas patroas, que lutam por direitos só do grupo delas, do grupo delas da academia, do trabalho delas, da classe profissional delas, e esquecem que tem um mulher negra dentro de casa, que também precisa do feminismo delas para sobreviver às mazelas. Mas elas só lutam por um determinado grupo de mulheres. Elas não lutam por mulheres de baixa renda, mulheres

trabalhadoras domésticas, prostitutas, elas não puxam mulheres moradoras de rua, elas têm um determinado grupo de atuação, só defendem o lado delas. E existe o feminismo que somos nós, que luta por vários tipos de mulheres. Então eu me considero feminista sim! (Marinalva de Deus Barbosa, 42 anos, direção do Sindoméstico, depoimento em 29 de abril de 2019).

A fala de Marinalva deixa evidente a importância da existência de espaços de organização voltados para perspectivas não hegemônicas. Nesse sentido, tanto o Sindoméstico quanto o Coletivo se constituem enquanto “Lugares Seguros”, na perspectiva apresentada por Collins (1990), e quem têm fomentado a militância e o engajamento dessas trabalhadoras ao longo dos anos.

É objetivo do Feminismo Negro que as mulheres negras se apropriem desse conhecimento, entendendo o quanto isso poderia contribuir com a autodefinição de suas imagens, a partir da identificação das imagens controladoras impostas pelo racismo, e pela discriminação de gênero e de classe, e organizarem-se para a superação dessa opressão e por melhores condições de vida, como sugere Bispo (2011):

As dimensões relativas à raça, classe e gênero são eixos de poder que entrecruzam-se, acabando em muitos momentos por subalternizar, atingir, oprimir e negar os modos de ser e fazer das afrobrasileiras. Munidas do entendimento de que a luta anti-racista e anti-sexista deriva das interlocuções entre marcadores sociais, é que tais mulheres buscaram organizar-se, seja em entidades majoritariamente femininas, seja em espaços mistos. Organizaram-se pela necessidade do exercício da cidadania, para a ampliação das bandeiras de luta ou pelo simples desejo a autorepresentação (BISPO, 2011, p 128)

Podemos também constatar as opressões interseccionais com relação aos meninos e meninas jovens negros/as, filhos das mulheres trabalhadoras membros do Coletivo Creuza: esses/as jovens sofrem com estereótipos racistas sendo identificados pela Polícia e pela nossa sociedade, em geral, como potenciais “bandidos”. O Coletivo Creuza tem atuado no sentido do fortalecimento dessas mães, que sofrem com a estigmatização de seus filhos, ou que têm seus filhos envolvidos no tráfico, como no depoimento a seguir:

Essa questão mesmo de meu filho, ele tem envolvimento com o tráfico, e tem essa questão da punição no tráfico de drogas, ele foi agredido, tem uma série de coisas, medo da polícia, e eu cheguei aqui, eu tava desesperada, aí eu ouvi palavras das pessoas, “não desista”, Milca e outras pessoas me deram um abraço, foram conversando, e aqui me orientou pra um

atendimento, que eu não achei em lugar nenhum pra ele, de ir a um psicólogo, ele faz tratamento, foi através daqui, e agora ele mesmo está indo sozinho, ele gosta de ir, está mais motivado, alegre, o psicólogo fala com ele no zap, perguntando se ele vai, mas em questão do atendimento, não precisa eu chamar ele, ele já separa a roupa dele à noite, de manhã ele levanta, ele vai... Eu achava impossível, mas não desisti (Entrevista com Indinara Machado, 34 anos, integrante do Coletivo Creuza Oliveira, em 21 de outubro de 2018).

É interessante e necessário aprofundar as pesquisas que inter cruzam esses dados, a fim de compreender a origem do fenômeno. Se os jovens negros das periferias que são encarcerados ou mortos no contexto da guerra às drogas, perpetrado pela polícia ou pelo tráfico de drogas são também os filhos dessas trabalhadoras domésticas, isso informa sobre a ausência do Estado e como a ausência de políticas públicas vulnerabiliza essas comunidades que não têm tido acesso (há várias gerações) a serviços públicos básicos como educação de qualidade, lazer, cultura, saúde e assistência social.

A necessidade de prover o sustento de casa e sem contar com a oferta de creches públicas faz com que essas mulheres trabalhadoras, em sua maioria chefes de família, encontrem dificuldades em manter seus filhos em segurança e bem cuidados enquanto cuidam das casas e dos filhos das patroas. Essa é uma pauta constante do Sindoméstico e, mais especificamente, pela regularização da creche do Condomínio Residencial 27 de Abril, que ainda não está em funcionamento por questões burocráticas.

É preciso problematizar as condições que levam esses/as jovens a serem criminalizados, seja pelo estereótipo racista ou seja pela criminalização da pobreza, que pesa o braço do Estado em relação às suas condutas da vida cotidiana, do uso de drogas ou até mesmo sobre o envolvimento com comércio de drogas ilegais, devido à falta de oportunidades e perspectivas de vida.

Por todo o exposto, o Coletivo Creuza Maria Oliveira pode ser entendido como uma alternativa de mobilização e de resistência das trabalhadoras domésticas, atribuída aos novos modelos de ação política que se organizam nas comunidades, diante da precarização pela qual que têm passado as organizações sindicais no contexto político vigente.

Vale ressaltar que o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia sempre enfrentou muitas dificuldades com relação à sua manutenção, mas vem resistindo há vinte e nove anos, o que é muito significativo. O sindicato tem crescido no sentido da ampliação da sua atuação política, e através desse coletivo de mulheres vem conseguindo capilarizar a sua luta e contribuir para a melhoria da condição de vida dessas mulheres.

Ao longo de todo este trabalho buscamos analisar o posicionamento das mulheres negras trabalhadoras domésticas de Salvador-BA, organizadas através do Sindoméstico e do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, quanto às opressões de raça, classe e gênero; a organização delas em torno das pautas trabalhistas ligadas à sua categoria; e as dificuldades e resultados alcançados através dos seus diferentes modos de organização. Essa análise nos permite refletir também sobre a maneira como a vivência destas mulheres atravessa seus diferentes espaços de militância e como eles se relacionam entre si, afetando uns aos outros. Teceremos agora considerações a respeito do que nos foi possível inferir a partir deste rico itinerário de pesquisa, bem como as limitações e potencialidades das reflexões realizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não se configura, obviamente, em uma tentativa de findar os debates sobre movimentos de mulheres negras, demarcando aqui a temática das trabalhadoras domésticas. Pelo contrário, a proposta se configura como um caminho que possa servir de estímulo e motivação para outras (os) pesquisadoras (es), pois ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que destacam o protagonismo das mulheres negras e espaços de poder ou mesmo estando em primeira pessoa, como protagonistas da sua própria história.

Após a realização da pesquisa e da análise das informações obtidas a partir das entrevistas e observações participantes, foi possível compreender sobre as ações efetivas do Coletivo Creuza Maria Oliveira e apontar que estas são realizadas buscando fortalecer o Sindoméstico. Nas reuniões ordinárias são feitos repasses sobre a agenda do Sindoméstico com vistas à participação das mulheres nos eventos de maior amplitude, a fim de representarem a sua categoria profissional; há discussões sobre a importância da formalização do trabalho doméstico, reiterando-se os novos direitos adquiridos mediante a LC 150/2015, direitos esses que impulsionaram essa luta de mais de oitenta anos. Em que pese o fato desses direitos ainda não estarem sob os mesmos moldes das demais categorias profissionais, a exemplo da carga horária de trabalho: a das trabalhadoras domésticas é de quarenta e quatro horas semanais, e as outras categorias têm delimitação de quarenta horas.

Ainda assim, a categoria entende que houve avanços e que é preciso lutar pela ampliação dos mesmos. Nas reuniões do Coletivo também são repassados materiais que contém os direitos e deveres das trabalhadoras domésticas, a exemplo das cartilhas, folderes, do jornal *O Quente*, que é o periódico do Sindicato, e vídeos e documentários sobre a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil também são discutidos, a exemplo do documentário sobre a vida e dona Laudelina, exibido no mês de novembro de 2018. Esse tipo de ação é compatível com o objetivo de engajar as mulheres participantes do Coletivo na luta por seus direitos enquanto categoria organizada e pela ampliação da conscientização em torno de temas políticos de maneira geral.

Todas essas ações levam o Sindicato à categoria em suas bases, posto que muitas trabalhadoras têm dificuldade de comparecer às reuniões ordinárias da entidade pelos fatores já expostos anteriormente: carga horária exaustiva, que as deixa com praticamente apenas um dia da semana dedicado às próprias demandas e realização de afazeres domésticos;

distância da sede do Sindicato, localizado no centro da cidade; e conseqüente custo financeiro para arcar com o transporte e acessar esse espaço.

Em alguns momentos falou-se do Sindoméstico e, em outros do Coletivo Creuza, mostrando a intersecção e a parceria entre os dois, fruto da relação intrínseca que eles possuem, de um ser a “cria” do outro, mas demarcando que os objetivos de cada um retratam as suas particularidades. Assim, se a atuação do Sindicato é prioritariamente voltada para o atendimento de demandas trabalhistas e da organização da categoria em torno das reivindicações por direitos, o Coletivo Creuza, por outro lado, espraia suas possibilidades de intervenção sobre os problemas comunitários das mulheres participantes, e configura-se enquanto espaço privilegiado de formação política.

Foi possível também saber sobre a dimensão organizativa e mobilizadora das trabalhadoras domésticas na Bahia, contextualizar o trabalho doméstico no Brasil, a partir de uma perspectiva de luta pela valorização da profissão, no combate ao racismo, à informalidade na profissão, e também ao incentivo pela qualificação profissional, por moradia e pela escolarização. Essa luta foi iniciada por Dona Laudelina em 1936, e as trabalhadoras baianas organizadas, assim inspiradas, seguem.

O Sindoméstico executou o *Projeto Trabalho Doméstico Cidadão* entre 2005 e 2006, articulou com o governo estadual e conseguiu inaugurar o Condomínio Residencial 27 de Abril em 2012, o único exclusivamente voltado para trabalhadoras domésticas no Brasil, participou ativamente das conquistas legais com relação aos direitos sociais e trabalhistas para a categoria e vem articulando parcerias para a realização de cursos de qualificação profissional para as trabalhadoras domésticas. O Coletivo Creuza Oliveira tem servido como instrumento de mobilização de mulheres para participarem dessas atividades promovidas pelo Sindicato, a exemplo das vinte mulheres que participaram dos Cursos de Cuidadora de Idosos e Cozinha e Congelamento, realizados na Escola Municipal São Miguel, na Mata Escura, em 2018.

As trabalhadoras domésticas trabalham de forma isolada, em casas de família, o que impossibilita a existência de um espaço comum para a interação da categoria, como os refeitórios para funcionários das fábricas, por exemplo. Nesse sentido, as reuniões ordinárias e os eventos promovidos ou apoiados pelo sindicato, a exemplo da *Feijoada Solidária*, e da *Semana de Valorização do Trabalho Doméstico* são formas de minimizar essa questão. O Coletivo também se encaixa nessa linha de ação, pois sendo um espaço de articulação política, através dele o Sindicato tem conseguido garantir a sua representação com mais mulheres participando do movimento de mulheres negras e das manifestações políticas que

tem acontecido na cidade de Salvador e no Brasil, a exemplo do *II Encontro nacional de Mulheres Negras*, realizado em dezembro de 2018, quando foram representantes das duas organizações.

Com relação ao alcance das ações do Coletivo Creuza Maria Oliveira dentro da comunidade, podemos afirmar que o acolhimento e o fortalecimento das mulheres que participam das reuniões e atividades do grupo tem sido muito positivo para impulsioná-las a traçar estratégias e buscar ajuda para questões que lhes oprimem e lhes causam sofrimento, a exemplo de atendimento psicológico para si e para seus filhos. As mulheres entendem o espaço do Coletivo como um local seguro para partilhar suas vivências, angústias e expectativas, e enxergam esse espaço como uma das possibilidades de socialização no bairro, que possui poucas áreas públicas cuidadas e voltadas ao lazer. Lá recebem orientações, informações sobre seus direitos trabalhistas e participam de discussões que problematizam a sua condição de mulher negra trabalhadora com vistas ao seu empoderamento.

Através do curso de alfabetização realizado na sede do grupo, seis mulheres conseguiram transcender os limites da vergonha e da sensação de impotência que a condição de analfabetas funcionais lhe trazia, aprenderam a ler e a escrever seus nomes, o que é muito importante para elas, e criaram coragem para retornar à escola formal neste ano de 2019. Milca Martins, secretária geral do Sindoméstico, também retornou à escola para concluir o ensino médio com vistas a ingressar na universidade, e outras mulheres relataram o despertar do desejo de voltar a estudar, incentivadas pelo grupo.

As aulas de pintura em tecido e artesanato têm conferido às participantes mais autonomia e melhora da sua autoestima, pois muitas não se julgavam capazes de coordenar um pincel, além da possibilidade de geração de renda. O Coletivo tem outro projeto para ser executados através da parceria com a ACOPAMEC, voltado para mães e filhos jovens, e pretende continuar na busca por novas oportunidades para as mulheres da comunidade, que não tiveram acesso ao estudo e se submetem às piores formas de trabalho e ao trabalho informal como alternativa ao desemprego e à necessidade de manutenção de suas famílias, das quais muitas são chefes.

O Coletivo vem se articulando para buscar um posicionamento de grupo diante das desigualdades de gênero, raça e classe, e do movimento social de mulheres negras. Nesse sentido, pauta temas para as reuniões que sejam de interesse das mulheres, ou que estejam causando desconforto no grupo, para minimizar ou evitar a desmobilização. É sabido que nem todas as organizações de mulheres negras são feministas, e o sujeito “mulher negra” é

composto por mulheres negras com suas identidades individuais que são diversas, como comprovaram as teóricas feministas negras em suas pesquisas e vivências.

Exemplo disso é a heterogeneidade religiosa dentro do Coletivo Creuza, que faz com que alguns temas sejam tratados de forma muito sutil. Por exemplo, percebemos que nas discussões sobre combate ao racismo as mulheres que são adeptas de religiões neopentecostais se mostram desconfortáveis. Sexualidade e orientação sexual também ainda são temas que prescindem de mais cuidado, pelo mesmo motivo: o preconceito trazido por essas religiões a formas diversas de como as pessoas que não fazem parte dessas correntes cultuam o divino, e se relacionam afetiva e sexualmente com outras pessoas.

Os termos feminismo e feminismo negro também são pouco conhecidos pelas mulheres do Coletivo, e também pelas que frequentam o Sindoméstico, como relatam as suas diretoras, que se dizem “feministas da prática”, porque nunca tiveram a oportunidade de estudar isso, mas fazem questão de demarcar o seu posicionamento na defesa dos direitos das mulheres de uma forma geral, e das mulheres negras em especial, principalmente no tocante à violência, violência doméstica, combate ao racismo e à informalidade no exercício do trabalho doméstico, profissão da maioria delas. A experiência cotidiana do Sindoméstico e do Coletivo Creuza Maria Oliveira corrobora, desta forma, a leitura de Patricia Hill Collins e de teóricas feministas negras como Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, e nos inspira a falar em/trazer o termo “feminismo da prática”, que desafia os espaços acadêmicos a perceberem movimentos populares através de outras lentes. Esse “feminismo da prática” é ilustrado/inspirado pelo *modus operandi* das mulheres negras trabalhadoras domésticas e analisado/concebido a partir do que foi teorizado sobre o feminismo negro.

O feminismo negro luta para que as mulheres negras reconstruam a sua história a partir da sua própria voz e sob o seu ponto de vista, exercendo o seu protagonismo, portanto, é preciso continuar trabalhando nesse sentido, para que mais mulheres conheçam esse movimento, e para as que mais mulheres se reconheçam nele, pois, como ouvimos nos depoimentos das diretoras do Sindicato, muitas mulheres negras são feministas negras, posto que lutam pelo empoderamento e pelos direitos das outras. São “feministas na prática”, mas muitas não o sabem, entretanto, a partir do momento em que elas orientam as suas práticas políticas pela luta pela superação das opressões de gênero, raça e classe, pautando igualdade de direitos e de oportunidades não só para a sua categoria, mas para todas mulheres, em especial às negras, elas são feministas negras.

É preciso que mais mulheres sejam empoderadas de acordo com essa perspectiva, sobretudo as que vivem em condições de maior vulnerabilidade social, e para tanto,

precisamos ampliar ações que utilizem metodologias, com uma linguagem que facilite a apreensão dos conceitos por parte delas, favorecendo o autorreconhecimento enquanto feministas e, mais especificamente, enquanto “feministas da prática”.

O tema principal do feminismo negro é encontrar uma voz para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras (COLLINS, 2018), já que quem melhor fala sobre nós somos nós mesmas. Os referenciais disponíveis, pautados em padrões eurocentrados, brancos, elitistas e que têm as experiências masculinas como parâmetros, não nos representam, pois esses padrões nos objetificam como “o outro” e, assim, de alguma forma também nos desumanizam.

Nós, mulheres negras, precisamos lidar com a imagem que criam de nós e com a imagem que fazemos de nós mesmas, processo esse desgastante, porque dificulta uma autodefinição de nossa imagem em contextos onde essa vem sendo historicamente depreciada, pela mídia, pelos livros didáticos e pelos meios de comunicação em geral. Mas ao mesmo tempo é estimulante, pois a partir do momento em que entendemos que precisamos quebrar o ciclo das imagens controladoras que criam de nós, temos a tarefa de nos autodefinir, a partir do nosso ponto de vista. Esse processo dialético entre opressão e ativismo das mulheres negras, como destacaram Collins (1990), Castro (1992); Bernardino-Costa (2007; 2013; 2015); Bispo (2011); Pinto (2015; 2018); Leite (2017) é enaltecido por importantes personalidades do movimento de mulheres negras, a exemplo de Angela Davis, que reitera em seus discursos a importância da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil, inclusive destacando Creuza Oliveira como ícone e exemplo para nós, mulheres negras.

Assim, entendemos o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira como estratégia de resistência das mulheres negras da periferia e do Sindoméstico, o qual representa a maior categoria de mulheres negras trabalhadoras da Bahia. Em sendo o Sindoméstico um sindicato que sempre enfrentou condições precárias com relação à sua estrutura física e à sua subsistência, o Coletivo se torna esse lugar alternativo, onde se recria um espaço para compartilhar experiências, buscar fortalecimento coletivo e possibilitar a articulação política das mulheres negras. Vida longa ao Sindoméstico-Bahia! Vida longa ao Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira!!

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. Cenas do trabalho precoce na Paraíba. In: _____ (Org.). **Crianças e adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. cap. 2, p. 13-27. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/05/Crian%C3%A7asEadolescentesQueTrabalham.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-54.
- ALVES, Francisca Elenir. **De escrava a cidadã**: educação, trabalho e emancipação das trabalhadoras domésticas. Orientador: Prof. Dr. Álamo Pimentel. 2013. 240 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Univesidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- AMORIM, Andréa Monteiro de. **Emprego em serviços domésticos e efeitos sobre a saúde**. Orientador: Prof.^a Dra. Vilma Sousa Santana. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2010.
- ANGELOU, Maya. Ainda assim eu me levanto. 1978. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTg3ODk2NQ/>. Acesso em 03 mar. 2019.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ÁVILA, Maria Betania. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de et al. (Orgs.) **Transformando as relações trabalho e cidadania**: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: Cut/BR, 2007. v. 1, p. 129-142.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>. Acesso em: 9 out. 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- _____. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- _____. Colonialidade do poder e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. cap. 3, p. 45-58.

_____. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 147-163, Jan./ Abr. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 15-24, Jan./ Abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate**: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997). Orientador: Prof.^a Dra. Márcia dos Santos Macêdo. 2011. 204 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332006000100014&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. [S. l.], 1988.

_____. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. [S. l.], 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. [S. l.], 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRITES, Jurema Goski. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **CAMPOS-Revista de Antropologia Social**, [s. l.], v. 3, p. 65-82, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1588>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Serviço doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. In: MALUF, Sônia Weidner; LISBÔA, Maria Regina Azevedo (Orgs.). **Gênero, cultura e poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

BRITO DA MOTTA, Alda. Emprego doméstico: revendo o novo. **Caderno CRH**, [s. l.], n. 16, p. 31-49, Jan./ Jun. 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2380/1/CadCRH-2007-362%20s.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. **Visão de mundo da empregada doméstica**: um estudo de caso. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel Paiva (Orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST/SERT, 1998. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/extra1.php?area=extras>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia. **Corpos, trânsitos e resistências**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Trabalho decente doméstico: a nova Lei complementar 150/2015. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 5, n. 52, p. 75-98, Jul. 2016. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/95436>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Orientador: Profa. Dra. Cecília Maria Bacellar Sardenberg. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>. Acesso em: 30 maio 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Olhar, ouvir e escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília; São Paulo: Paralelo 15; Ed. UNESP, 2000. p. 13-37.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, p. 49-58, 2003.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 16 jan. 2019.

_____. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia das categorias sociais na produção de sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], p. 57-73, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/309847/mod_resource/content/1/alquimia%20cat%20soc.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

CASTRO, Mary Garcia; SILVA, João Vitor Marques da; SOUZA, Maria das Graças Neves de. Entre mudanças e persistências na história: trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia (Orgs.). **América Latina: corpos, trânsitos e resistências**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. v. 2, cap. 6, p. 153-187.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Trabalhadoras domésticas em luta: direitos, igualdade e reconhecimento. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4328-trabalhadoras-domesticas-em-luta-direitos-igualdade-reconhecimento>>. Acesso em: 13 de jan. de 2018.

CHANEY, Elsa; CASTRO, Mary Garcia. **Muchacha cachifa criada empleada, empregadina sirvienta y...más nada**: trabajadoras del hogar en América Latina y el Caribe. Venezuela: Editora Nueva Sociedad, 1993.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York/Londres: Routledge, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

_____. Reflections on the outsider within. *Journal of Career Development*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 85-88, 1 set. 1999. DOI <https://doi.org/10.1177/089484539902600107>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/089484539902600107?journalCode=jcdb>. Acesso em: 11 nov. 2018

_____. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016

_____. Epistemologia Feminista Negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Abusos sexuais no emprego doméstico no Rio de Janeiro: a imbricação das relações de classe, gênero e ?raça?. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 299-324, Jul./ Dez. 2014. Disponível em: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/viewFile/8214/6157>. Acesso em: 5 abr. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Brasília, v. 10, n. 1,

p. 171-178, 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011.
 Acesso em: 18 out. 2017.

CRUZ, Jamile Campos da. **As negras que conheci**: uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da cidade de Cruz das Almas - BA. Orientador: Prof^a Dra. Ângela Figueiredo. 2012. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

CRUZ, Tânia Cristina. Trilha metodológica da pesquisa: uma abordagem a partir das falas e vivências das trabalhadoras domésticas das regiões metropolitanas de Salvador e Brasília. In: MORI et al. (Orgs.). **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011. p. 73-87.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **No conjunto das domésticas? Estudo antropológico realizado no Residencial 27 de Abril – Salvador -BA**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: RBA/ABANT, 2014. Disponível em:
http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402008881_ARQUIVO_artigoCompleto29RBA.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. 144p. Resenha de: MOREIRA, Fernando Sá. **Griot: Revista de Filosofia, Amargosa**, v. 18, n. 2, p. 480-485, Dez. 2018.

_____. **Mulher, raça e classe**. [S. l.]: Plataforma Gueto, 2013. Disponível em:
<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980. v. 1.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980. v. 2.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?**. [S. l.]: Editora 34, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego: o emprego doméstico na Região Metropolitana de Salvador**. 2018. Disponível em:
<https://www.org.br/analisePED/2018/2018empredomssa.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello; MORI, Natalia. **Trabalhadoras domésticas em luta**: direitos, igualdade e reconhecimento. Brasília: CFEMEA: ACDI/CIDA, 2018. 124 p. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4328-trabalhadoras-domesticas-em-luta-direitos-igualdade-reconhecimento>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ESOCIAL. **Direitos do Empregado Doméstico**. Disponível em:
<<http://www.esocial.gov.br/direitosempregado.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, [s. l.], n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 18 out. 2017.

FIGUEIREDO, Angela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador. In: MORI, Natalia et al. (Orgs.) **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund., 2011. p. 89-131.

_____. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1080-1099, 2018. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2179-89662018000201080&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 51, p. 1-9, 24 set. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/18094449201700510017>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hGmhBrSBXLz4L5zH3fzmzPQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2019.

FIRMINO, Luísa Vilharqui de. Impressões de Trabalhadoras Domésticas em Salvador, Bahia, sobre as alterações na Legislação de Emprego Doméstico. **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 62-72, Set./ Dez. 2016. Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30250/17856>. Acesso em: 5 abr. 2018.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, p. 149-161, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], p. 223-244, 1984.

HARDING, Sandra. A socially relevant philosophy of science? Resources from standpoint theory's controversiality. **Hypatia**, v. 19, n. 1, p. 25-47, 2004.

HARRAWAY, Donna. Saberes localizados. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em:
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pDf. Acesso em: 13 jul. 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 61-74, Jun. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____; MARUANI, Margaret. **As novas fronteiras da desigualdade, homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 08 mar. 2019.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos estudos**. - **CEBRAP**, [s. l.], n. 93, p. 45-58, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005. Acesso em: 13 nov. 2016.

LEITE, Bianca Muniz. "**Audácia**": a Emenda Constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do Sindoméstico Bahia. Orientador: Profª Dra. Rosângela Janja Costa Araujo. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova lei do Trabalho Doméstico**: comentários à Lei Complementar n. 150/2015. São Paulo: Saraiva, 2015. 152 p.

LIMA, Tatiana Silva de. Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife de meados do século 19. **Revista ALPHA**, [s. l.], n. 10, p. 119-129, 2009. Disponível em: http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/22863/domesticos_servos_e_criados.pdf. Acesso em: 12 dez. 2017.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 21, n. 53, p. 385-399, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 abr. 2018.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cartilha Trabalho Doméstico Cidadão ? Valorização e Importância Social - Planseq**. [S. l.: s. n.], 2008.

_____. **Trabalho doméstico**. [S. l.], 2017. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp. Acesso em: 17 nov. 2017.

MORI, Natalia et al. **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011. 232 p.

MORI, Natalia; FLEISCHER, Soraya. **Conclusões do seminário sobre a pesquisa qualitativa**. In: MORI, Natalia et al. (Orgs.) **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund., 2011. p. 185-197.

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, [s. l.], n. 5, p. 15-34, 2004. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

NOBRE, Mirian. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Aloice. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 61-69. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ORTNER, Sherry. ¿Es la mujer con respecto al hombre lo que la naturaleza con respecto a la cultura? **Antropología y feminismo**, [s. l.], p. 109-131, 1979.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas ? a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 9-18, 1989. Disponível em: [file:///C:/Users/C/Downloads/michelleperrot%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/C/Downloads/michelleperrot%20(1).pdf). Acesso em: 13 jan. 2018.

PICANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**, [s. l.], ano 19, n. 31, p. 131-158, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281111919_O_emprego_domestico_no_Brasil_em_numeros_tensoes_e_contradicoes_RELET_no_31_2014. Acesso em: 22 out. 2018.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo. Editora Anita Garibaldi, 2015.

_____. Política, raça e gênero: Laudelina de Campos e a presença negra nas organizações de cunho político-partidárias. **Revista da ABPN**. v. 10, n. 25. Mar./ Jun. 2018. p. 101-140. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/610>>. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. **A prática feminista e o conceito de gênero**. [S. l.]: IFCH/UNICAMP, 2002.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 65-69, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2006000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 set. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: : REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

_____. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 04 out. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, Jul./ Dez. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 18 ago. 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (Brasil). Relatório do grupo de trabalho : realização de estudos sobre os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na constituição federal. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/487>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE. **Programa Qualifica Bahia**. [S. l.], 23 jul. 2017. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178>. Acesso em: 23 jul. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMPLES DOMÉSTICO E ESOCIAL. [S. l.], 23 nov. 2015. Disponível em: <https://www.contabilidade-financeira.com/2015/11/simples-domestico-e-esocial.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20/45, Jul./ Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAMANINI, Marlene. O processo saúde/doença das empregadas domésticas: gênero, trabalho e sofrimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p. 49-69, 2000. DOI <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/25761/22560>. Acesso em: 14 mar. 2017.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?**. [S. l.], 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

VALE, Maísa Maria. **Mulheres negras na política**: trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008 - 2012). Orientador: Lina Maria Brandão de Aras. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

VINHAES, D.; MORI, N. (org). **Trabalhadoras domésticas em luta: direitos, igualdade e reconhecimento**. Brasília: CFEMEA, ACDI/CIDA, 2008. 124p. Coleção 20 Anos de Cidadania e Feminismo.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe!: Movimento de Mulheres Negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 8-17, Mar./ Jun. 2010. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303/281>. Acesso em: 9 maio 2019.